Dinâmicas Regionais e Questão Agrária no Estado de São Paulo

Coordenadores: Jorge Eduardo Júlio
Leonam Bueno Pereira
Regina Petti

Dinâmicas Regionais e Questão Agrária no Estado de São Paulo

INCRA-SP
2006

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República

Guilherme Cassel

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

Rolf Hackbart

Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Raimundo Pires Silva

Superintendente do INCRA em São Paulo

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Ministério do Desenvolvimento Agrário

Dinâmicas Regionais e Questão Agrária no Estado de São Paulo

INCRA

Jorge Eduardo Julio

Leonam Bueno Pereira

Antônio Oswaldo Storel Júnior

Osvaldo Aly Júnior

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA

Regina Petti

Denyse Chabaribery

Ana Victória V. Martins Monteiro

Paulo José Coelho

Sônia Santana Martins

Richard Domingues Dulley

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE RIO PRETO

Joelson Gonçalves de Carvalho

EMBRAPA

Otavio V. Balsadi

INCRA-SP
2006

SUMÁRIO

Apresentação

Tamás Szmrecsányi[1]

As duas partes que integram este volume, apesar de focalizados no período recente, dizem respeito aos fatores determinantes e às principais conseqüências da evolução do setor agropecuário nas últimas duas décadas. Uma aborda o tema do ponto de vista de seus diversos segmentos produtivos, enquanto que a outra se fixa mais nos aspectos sociais e políticos da economia agrária contemporânea de São Paulo. Ao mesmo tempo, todavia, ambas se baseiam numa perspectiva espacial, analisando e diferenciando a situação vigente nas diversas regiões do Estado, com critérios de regionalização bastante similares.

Um denominador comum passível de ser extraído da leitura reside na falta de políticas agrícolas consistentes e conseqüentes para orientar a evolução havida, quer por parte do governo estadual, quer em decorrência de estratégias federais. As poucas iniciativas concretas dos poderes públicos nestes últimos vinte anos têm-se dado a reboque dos caprichos das chamadas forças do mercado, em vez de terem sido induzidas por preocupações de caráter mais geral, tais como a preservação dos recursos naturais, o zoneamento das atividades produtivas, a manutenção dos níveis de emprego no meio rural, para não falar da remuneração dos trabalhadores e da distribuição da renda predominantes na economia agrária. As mudanças ocorridas nesses âmbitos têm sido amplas e profundas, mas raramente benéficas para a maioria dos produtores e para a sociedade como um todo.

Embora continue a ser a unidade da federação mais rica, mais industrializada e mais urbanizada do País, e apesar de ainda concentrar a maior parcela do seu PIB agrícola e agroindustrial, o Estado de São Paulo definitivamente deixou de ter a agricultura diversificada e auto-suficiente do seu passado, estribada em numerosos estabelecimentos de médio e pequeno porte, empregadores de uma ampla e dinâmica força de trabalho. Atualmente o seu setor agropecuário vem se concentrando em quantidades menores de unidades cada vez maiores, especializadas em alguns

1 - Professor do DPCT / IG/ UNICAMP.

poucos produtos - particularmente na monocultura da cana-de-açúcar - e geradoras de relativamente poucos empregos permanentes. Esta última característica nem sempre decorre do progresso técnico associado à substituição de mão-de-obra por bens de capital, resultando antes com freqüência quer do caráter extensivo de muitas atividades, quer do predomínio de ocupações temporárias e informais.

Ambas as análises aqui apresentadas não se limitam a descrever e a avaliar a situação vigente no agro paulista, mas tentam igualmente fornecer elementos e alternativas para o equacionamento e a solução de seus principais problemas, podendo assim eventualmente vir a contribuir para a desejável implantação (ou reimplantação) das políticas públicas necessárias. Tais elementos aparecem com menor ênfase na primeira parte (sobre as dinâmicas produtivas setoriais) do que na segunda (relativamente à questão agrária), mas não deixam de se fazer presentes nela, mesmo que apenas de forma indireta. Já na outra, dá-se maior destaque às políticas ora vigentes e suas limitações, e os diagnósticos referidos especificamente aos assentamentos do INCRA.

Tomando como ponto de partida as mesorregiões do IBGE constantes do Censo Agropecuário de 1995/96, o último realizado até o momento, e procurando atualizar alguns dados do mesmo através dos levantamentos amostrais anuais do Instituto de Economia Agrícola da Secretaria de Agricultura do Estado, o primeiro estudo desenvolve uma análise espacial e setorial da economia agrária paulista, permeada por dois conjuntos de entrevistas realizadas com agentes econômicos e políticos representativos.

Seus principais resultados são apresentados e comentados através de 35 tabelas estatísticas repartidas entre seus dois capítulos - um de caráter regional, e outro relativo aos principais produtos e atividades do setor agropecuário de São Paulo. Uma de suas mais importantes conclusões é a de que tem faltado apoio a projetos capazes de favorecerem os pequenos produtores com menor capacidade de articulação e carentes de recursos financeiros.

Tanto as pesquisas tecnológicas como a assistência técnica tem favorecido preferencialmente os médios e grandes produtores dos ramos mais dinâmicos vinculados aos chamados agronegócios. Por sua vez, as questões sociais e ambientais têm sido mantidas praticamente à margem do modelo de desenvolvimento em vigor, o qual não tem conseguido dar conta dos problemas específicos inerentes à pequena produção de base familiar. Nesse trabalho também se questiona a relevância e funcionalidade das atividades

não-agrícolas do "novo" meio rural paulista, apontando para os numerosos empreendimentos frustrados nos chamados pesque-pague, e para o fato das atividades de turismo serem freqüentemente desenvolvidas em propriedades maiores, exploradas por proprietários de vivência urbana, e usufruídas basicamente por habitantes de posses da Capital.

O estudo relativo à questão agrária em São Paulo está igualmente estruturado em dois capítulos. O primeiro refere-se aos diagnósticos estipulados pelos artigos 43 a 46 do Estatuto da Terra (Lei nº 4504, de 30/11/1964) com vistas a um "zoneamento do País em regiões homogêneas do ponto de vista sócio-econômico e das características da questão agrária". Em função dos mesmos foram inicialmente delimitadas como áreas prioritárias, para a realização da reforma agrária em território paulista, amplas regiões do oeste e do sudoeste do Estado. Mas, tendo essa noção sido superada pela promulgação dos preceitos da Constituição Federal de 1988, muitas pessoas passaram a considerar que a reforma em si deixou de ser aplicável a São Paulo, um estado de agricultura moderna e consolidada.

Sucede, porém, que também no território paulista pode ser constatada ainda hoje a freqüente ocorrência de situações parecidas às de outras áreas menos desenvolvidas do País, com a presença de latifúndios improdutivos ou pouco trabalhados, terras públicas (federais e estaduais) griladas, posseiros não-titulados, além de pequenos proprietários e trabalhadores rurais expulsos do campo por processos de concentração fundiária, de centralização dos capitais e de especulação imobiliária. Assim, em várias áreas do Estado têm sido identificadas zonas a reformar, seja em função dos baixos níveis de produtividade da terra, seja devido à atuação de movimentos sociais - como nos casos do Pontal do Paranapanema e da região de Andradina. Trata-se de processos aos quais se contrapõe a expansão territorial patrimonialista de grandes explorações agrárias voltadas para a agroindústria canavieira, o reflorestamento através de espécies exóticas, e a pecuária ultra-extensiva, as quais via de regra, e principalmente a médio e longo prazo, mais desempregam do que empregam trabalhadores rurais e pequenos agricultores, dando origem e sustentação de um lado ao inchamento das favelas de periferias urbanas, e do outro ao presente confronto entre os agronegócios e os movimentos sociais que se opõem às tendências dominantes.

Esse confronto, assim como a deterioração dos padrões de vida das classes menos favorecidas só poderão vir a ser superados através de intervenções ativas, amplas e duradouras por parte dos

poderes públicos responsáveis pela manutenção do equilíbrio da sociedade brasileira. Uma das modalidades de tais intervenções, provavelmente das mais urgentes a curto prazo, é representada pelas desapropriações de terras ociosas ou pouco produtivas, e pela destinação das mesmas aos assentamentos de reforma agrária do INCRA. Trata-se de políticas até agora muito insuficientes e marcadamente instáveis, cuja escassez até o final dos anos 1990 foi gerando crescentes conflitos e até massacres, os quais acabaram levando ao estabelecimento pela União do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e do ITESP por parte do governo estadual, cujas atuações são examinadas no segundo capítulo da parte 2.

Por meio de sua leitura, pode-se perceber que algo já chegou a ser alcançado, mas que ainda resta muito mais por fazer, principalmente no âmbito financeiro. Embora constituindo programas de lenta maturação, as desapropriações e os assentamentos do INCRA conseguem apresentar quase de imediato alguns resultados auspiciosos. É o que se dá, por exemplo, com as atividades produtivas dos assentados em pequenos municípios com baixos índices de desenvolvimento, as quais, apesar de todas as dificuldades e da falta de assistência técnica e de apoio financeiro, conseguem a curto prazo não apenas fazer crescer a produção e os investimentos, mas também o consumo de todo o tipo de mercadorias, aumentando assim a arrecadação de impostos e taxas, e gerando a progressiva implantação de novos serviços públicos nos setores de educação e saúde, com a conseqüente ampliação da oferta secundária de postos de trabalho.

Mas, o efeito mais importante acaba se dando a nível dos próprios assentados, que de desempregados e marginalizados, vão se transformando em produtores e consumidores, adquirindo ou readquirindo ao mesmo tempo a sua cidadania. Tais políticas agrárias configuram portanto um meio válido e não simplesmente assistencialista para superar as atuais situações de pobreza e de exclusão sociais; e essa superação, por sua vez, representa um objetivo insubstituível na tentativa de transformação de um país grande num grande país.

INTRODUÇÃO

Este livro tem como objetivo primordial realizar uma abrangente caracterização da estrutura agrária paulista, contemplando sua heterogeneidade que, dada sua formação histórica, resultou em uma conformação regional particular, com dinâmicas setoriais vigorosas, lastreadas pelo ideário da modernização tecnológica e de concepções de desenvolvimento meramente produtivistas, contrapondo-se ao que ocorreu no âmbito da agricultura familiar e da reforma agrária, que desenharam um outro projeto de desenvolvimento para o estado de São Paulo baseado em parcerias entre instituições e tentando outras perspectivas diante da ausência de políticas públicas voltadas para essas categorias de produtores.

Com esse cenário da evolução recente do agro paulista buscou-se construir um alicerce para a discussão da predominância do complexo sucroalcooleiro e outras agroindústrias nas dinâmicas regionais e setoriais, da questão agrária, das dificuldades econômicas enfrentadas por grandes parcelas de produtores rurais, da exclusão de expressivo contingente de trabalhadores do campo, das questões ambientais e dos riscos à saúde humana, como problemas generalizados no estado de São Paulo que, durante muito tempo, não foram priorizados nos debates de economia política. Sendo assim, são problemas que, em conseqüência desse descaso, deixaram de ser alvo de políticas públicas sistemáticas para induzir melhores condições de trabalho e de vida no campo.

Muitas análises econômicas da agricultura dão conta do lado tecnológico envolvido na produção, apresentando a mudança técnica como um importante requisito para o aumento da produtividade e da lucratividade. A modernização da agricultura enquanto processo de difusão de inovações foi responsável pela especialização ocorrida na agricultura paulista, porque permitiu que muitos estabelecimentos adotassem inovações. Ao mesmo tempo, a integração agrícola à agroindústria processadora produziu sinergias que se manifestaram geograficamente, criando firmas especializadas em espaços especializados. Esse foi um processo excludente de modernização capitalista porque não foi abrangente o suficiente para todo o espaço agrário e, é bom não esquecer, que foi alicerçado por uma política agrícola baseada no subsídio à indústria produtora de insumos para a agricultura.

Portanto, foram décadas de política agrícola calcada em um modelo agro-exportador, primeiramente, e em um sistema de crédito rural que repassava subsídios à agricultura, mas serviam ao crescimento das multinacionais produtoras de insumos agrícolas. Tais diretrizes foram estabelecidas após o embate que ocorreu no Brasil no início dos anos 60, tendo como pano de fundo as lutas das ligas camponesas no campo e as lutas sindicais nas cidades, de um lado; com a elite agrária forçando o governo a assegurar as benesses advindas da modernização, de outro; num cenário de grande transformação social que se processava antes do golpe militar de 64. Diante da crise do Estado burguês, e mesmo com a Lei do Estatuto da Terra sendo promulgada em fins de 64, não restou alternativa a ele senão transfigurar a política agrária, que deveria ser apregoada por este instrumento, em política "agrícola" como forma de "solucionar o problema" da agricultura sem tocar no "conflito" que estava sendo exposto com as lutas sociais.

Diante dessa aparente contradição, uma vez que essa é uma característica do Estado burguês que não muda tão facilmente, a questão a ser colocada em pauta em tempos "menos autoritários" ou "mais democráticos" seria: Por que políticas públicas são necessárias? Por que são importantes atitudes pró-ativas em relação a políticas no espaço agrário?

Não é uma questão fácil de responder, até porque, no país, são poucos os trabalhos relacionados à elaboração e à avaliação de políticas públicas, o que coloca a comunidade acadêmica e a de técnicos dos órgãos governamentais em uma situação de pouca experiência no debate, na implementação e na avaliação posterior à implantação de políticas públicas, do impacto que possam vir a ter ou do alcance efetivo que tiveram.

DULLEY (1995:119) ao analisar as políticas estaduais para a agricultura, no período 1930-80, assevera que "o papel da Secretaria da Agricultura e do Ministério da Agricultura, em relação às políticas agrárias, foram e são semelhantes e, em termos gerais, obedeceram ao mesmo padrão de comportamento. O fato de as medidas fundamentais da política agrária serem, predominantemente, de origem federal ou estadual está ligado à questão da hegemonia das frações da classe dominante. Por outro lado, tem sido característica das políticas agrárias tratar principalmente dos problemas das classes dominantes. Assim é que, pelo menos na história da Secretaria da Agricultura de São Paulo, jamais foram ouvidos quaisquer setores das classes dominadas em relação aos rumos da política agrária".

O mesmo autor (DULLEY, 1995:41-47) também esclarece a confusão conceitual entre política agrícola e agrária. Primeiro, deve-se entender que a ação do Estado se dá sobre uma estrutura agrária, considerada como "a estrutura institucional da produção agrícola, compreendendo em primeiro lugar, a posse e uso da terra, o regime legal ou consuetudinário de propriedade da terra, a distribuição da propriedade da terra e recursos naturais renováveis (estrutura fundiária) e das explorações entre estratos de tamanho, o sistema conforme se explora a terra e se distribui o produto da mesma entre o que a explora e o proprietário; o assalariamento rural; e as relações de trabalho em geral". Sobre esta estrutura agrária atuam algumas medidas técnico-econômicas/administrativas/comerciais e ideológicas ou elementos moldadores[2] que são utilizados no sentido de atingir determinados objetivos gerais ou específicos.

Esses "elementos moldadores, geralmente, são conhecidos como instrumentos de política agrícola e com ela tem sido confundido, na medida em que num mimetismo ideológico escondem ou minimizam de tal forma a questão da terra em si, que esta passa na prática a não fazer parte da problemática oficial. Ou seja, o que é política agrária passa a ser política agrícola. A marginalização ou minimização da questão da terra vai assim até o ponto de não se considerá-la mais como algo ligado à produção agrícola mas, sim, por exemplo, como algo ligado mais à segurança nacional, preservação do direito de propriedade e polícia" (DULLEY, 1995:47).

A tradução mais "literal" dessa discussão tem sido notória no empenho que os governos estaduais e federais tiveram nas últimas décadas em desenvolver o setor agropecuário visando predominantemente os grandes complexos agroindustriais, em que as inovações tecnológicas resultam em diminuição na ocupação de trabalhadores rurais.

O presente livro ao apresentar a resultante das visões de pessoas participantes da sociedade e representantes de instituições diversas, de como a evolução da agricultura paulista tem conformado as dinâmicas setoriais e regionais, também ajuda a apontar as deficiências relacionadas com a ausência de políticas públicas propositivas para a agricultura. Também, ao discutir as formas como os assentamentos da reforma agrária no estado de São Paulo têm reivindicado políticas agrárias, criando um aprendizado

2 - Pode-se destacar, entre esses elementos, a organização do crédito, produção e comercialização; o sistema de financiamento da agricultura; os gravames que os governos aplicam à população rural na forma de impostos; os serviços proporcionados pelos governos ou empresas privadas às populações rurais (assistência técnica, energia, comunicações, vias de transporte, armazenagem, etc).

a partir de resultados importantes das ações voltadas para o desenvolvimento, aponta a necessidade de novos instrumentos de política agrária para que venha a ter uma abrangência maior, além de esforços localizados.

Sendo assim, essa questão fica como um alerta na leitura deste livro, pois, apesar de não ter sido realizada uma avaliação rigorosa de políticas públicas para o espaço agrário, as análises realizadas deixam claro a necessidade da articulação de políticas com o sentido de minorar a fragilidade da estrutura agrária, principalmente dos segmentos da pequena agricultura e de trabalhadores rurais, modificando a postura do Estado de submissão das políticas agrárias à dependência do comportamento do mercado.

As reflexões presentes nesta publicação indicam a necessidade de que o Estado, e nele especialmente o poder Executivo, evolua para o estabelecimento de um tratamento mais equilibrado entre os setores mais poderosos e organizados ligados ao setor agrícola (o agronegócio) e os menos poderosos, mesmo quando organizados, como os trabalhadores rurais assalariados, trabalhadores rurais demandantes de terra para produção privada e própria e os agricultores familiares já estabelecidos.

PARTE I
REGIONALIZAÇÃO E DINÂMICAS SETORIAIS NO RURAL PAULISTA

Neste início de século, a moderna agropecuária paulista aprofunda ainda mais sua integração com as agroindústrias e os mercados urbanos e externos, fortalecendo o modelo de produção baseado na monocultura altamente mecanizada e consumidora de insumos externos à propriedade, que leva à queda no número de postos de trabalho.

Por outro lado, problemas como o desemprego, a qualidade dos alimentos e da água e a falta de lazer trouxeram à tona a questão da melhoria da qualidade de vida. Nesse contexto, a multifuncionalidade do rural tornou-se mais evidente, mas o rural ainda está longe de se firmar como "produtor de qualidade de vida".

No Estado de São Paulo as características da agricultura não podem ser apontadas como rigorosamente tendendo a homogeneizar a estrutura agrária, seja no aspecto da estrutura fundiária ou dos seus sistemas produtivos. Sendo assim, para referir-se ao modus operandi da agricultura paulista requer-se um mapeamento mais abrangente sobre de qual agricultura estamos falando, realizada por quem e inserida em qual dinâmica de mercado. Ou seja, a compreensão das dinâmicas setoriais também requer o entendimento das dinâmicas regionais, assim como, muito do que consolida regiões como mais desenvolvidas em termos capitalistas, advém da inserção do seu principal produto agropecuário em complexos agroindustriais ligados ao mercado externo altamente competitivo. Em muitos casos a competitividade destes complexos é dada mais por vantagens comparativas, ligadas ao baixo valor da remuneração dos trabalhadores e à exaustão dos solos, do que pelas melhorias organizacionais e tecnológicas. Em outras regiões, a diversificação da agricultura familiar sustenta um padrão de

desenvolvimento menos capitalista, mas talvez, mais equilibrado nos aspectos sociais e econômicos, apesar das carências de infra-estruturas e do apoio de políticas públicas.

A atuação de instituições diversas, como as de pesquisa e de ensino, as entidades de classe (de trabalhadores e patronais), as ONGs, e outras, criam uma rede de parcerias e de convênios viabilizando projetos locais que explicam muito da intensidade das mudanças que vêm se processando no rural.

Para dar conta dessa complexidade este texto analisou as tendências regionais e setoriais que vêm imprimindo essa dinâmica diferenciada ao Estado de São Paulo, a partir de uma regionalização baseada em entrevistas com agentes envolvidos nos diversos segmentos da sociedade - produtivo, social e político -, durante os meses de julho a outubro de 2003.

A metodologia foi descrita no capítulo 1, o qual apresenta as oito regiões definidas, com suas instituições e dinâmicas próprias, resultante das entrevistas realizadas, e a evolução recente da composição do valor da produção agropecuária. Na caracterização da dinâmica dos principais complexos agroindustriais dada pelos entrevistados, grande parte da divisão regional acabou sendo explicada. Desta forma, o capítulo 2 não visou analisar os setores como em um estudo de mercado, mas destacar aquilo que afeta as tendências regionais. Espera-se que os enfoques regional e setorial possam dar um panorama da agropecuária e do rural no Estado de São Paulo, neste início de século.

CAPÍTULO 1

REGIONALIZAÇÃO DA AGROPECUÁRIA PAULISTA

A regionalização da agropecuária paulista, bem como a sua delimitação e caracterização, explicitando as interações entre as principais atividades exploradas, a sociedade e as instituições no Estado de São Paulo, teve o intuito de compreender as dinâmicas setoriais e regionais do espaço rural, como forma de visualizar sua evolução e tendência.

1. Procedimentos Metodológicos

A metodologia utilizada para o estudo foi desenvolvida pelo SEADE em conjunto com a UNICAMP, com o intuito de realizar a divisão regional da parte rural da pesquisa "Estudos de Mercado de Trabalho como Subsídios para a Reforma Profissional no Estado de São Paulo", realizada em parceria com o Instituto de Economia Agrícola (IEA), no âmbito do Programa de Reforma do Ensino Profissionalizante (PROEP - recursos do MEC, FAT e BID) (SEADE; IEA, 2003 e SEADE, jan/2004). A regionalização da agropecuária paulista foi cumprida em três etapas.

Na primeira etapa, procedeu-se à formação de uma base de dados secundários do Estado e das mesorregiões segundo o Censo Agropecuário 1995/96 (utilização de terras, condição do produtor, principais culturas, produção pecuária, pessoal ocupado, utilização de insumos, entre outros), o que permitiu a identificação das principais atividades agropecuárias e dos processos produtivos.

Na ausência de Censo Agropecuário mais atual, analisaram-se as tendências das explorações agropecuárias no Estado através dos dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA), que realizou tabulação especial segundo mesorregiões, agregadas para as oito regiões definidas neste projeto. Priorizou-se o valor da produção agropecuária elaborado pelo IEA porque este é um parâmetro que viabiliza a análise da agricultura e da pecuária comparativamente. O IEA utiliza para transformação dos valores correntes em reais o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), cuja variação entre

1995 e 2002 foi de 64% e de 15% entre 2000 e 2002.

O Valor da Produção Agropecuária do Estado de São Paulo foi dividido, em cinco grupos de produtos, segundo metodologia do IEA (TSUNECHIRO et al., 2001), a saber:

> a) Produtos vegetais para indústria: borracha, café, cana-de-açúcar, goiaba para indústria, laranja para indústria, mandioca para indústria e tomate para indústria;
> b) Produtos animais: carne bovina, carne de frango, carne suína, casulo, leite B, leite C e ovos de galinha;
> c) Grão e fibras: algodão, amendoim, arroz, feijão, milho, soja, sorgo e trigo;
> d) Olerícolas: abóbora, abobrinha, alface, batata, batata-doce, beterraba, cebola, cenoura, mandioca de mesa, pimentão, repolho, tomate de mesa; e,
> e) Frutas frescas: abacate, abacaxi, banana, goiaba de mesa, laranja de mesa, limão, manga, maracujá, melancia, pêssego de mesa, tangerina e uva fina de mesa.

Apesar de não incluir uma revisão bibliográfica sistematizada, o trabalho incorpora informações e análises de publicações especializadas, de informativos de empresas e instituições (relatórios, dados e folders) e de revistas e jornais, os quais foram utilizados apenas quando relevantes no contexto geral da pesquisa.

Essas informações e análises somadas a dados secundários visaram formar um primeiro escopo de informações, tendências e hipóteses que deram a base para orientar a escolha dos agentes entrevistados, assim como para aplicar o roteiro de entrevista de forma adaptada aos agentes e regiões.

A segunda etapa objetivou selecionar os agentes mais representativos dos setores econômico, social e político do Estado, para realizar sua caracterização, em termos qualitativos, de forma regionalizada.

Os agentes foram selecionados por escolha intencional, privilegiando os atores envolvidos diretamente com o universo da pesquisa, de forma a abranger os setores com destaque em área cultivada e/ou em valor da produção (laranja, cana, pecuária, café, papel e celulose, fruticultura e leite) e temas relevantes (meio ambiente, educação, novas atividades rurais e agricultura familiar).

Buscou-se cobrir os segmentos considerados mais representativos no Estado, tais como federações de trabalhadores e patronais, partidos políticos, universidades, organismos governamentais e não governamentais (ONGs), instituições de pesquisa e de for-

mação de mão-de-obra, movimentos sociais, empresas, etc., a maioria sediada na capital do Estado. Quando identificada alguma tendência ou dinâmica regional específica, buscava-se um agente social que pudesse acrescentar informações e dados. Selecionaram-se representantes do poder legislativo nas esferas estadual e de alguns municípios, do poder executivo nas esferas municipal, estadual e federal, quando fosse o caso, e, especialmente, nas áreas da extensão, pesquisa e meio ambiente. Dentro desses temas, foram selecionadas pessoas com diversidade de opiniões e interesses e que fossem representativas das diversas entidades existentes.

Para as entrevistas foram elaborados roteiros com questões de caráter abrangente e flexível que possibilitam a adaptação ao conhecimento e à vivência de cada agente entrevistado, explorando especialmente a área de atuação do entrevistado. As pessoas com atuação ou conhecimento do estado como um todo eram convidadas a estabelecer uma divisão regional do estado que explicasse a dinâmica setorial ou social para a qual tinha se proposto a dar. Os agentes locais eram instigados a definir melhor e aprofundar tais dinâmicas em suas respectivas regiões.

O roteiro não era apenas adaptado ao perfil do entrevistado, mas também às informações e análises realizadas pela equipe. As questões do roteiro aplicado aos agentes estaduais foram agrupadas em blocos, a saber:

- divisão regional do Estado de São Paulo;
- dinâmica das atividades agropecuárias nas regiões;
- dinâmica das atividades rurais não agrícolas nas regiões;
- meio ambiente;
- demanda por mão-de-obra de profissionais naquelas atividades.

A proposta do primeiro bloco de questões foi delimitar as regiões do Estado e as diferentes dinâmicas que contribuem (ou contribuíram) para configurar o espaço geográfico conforme a percepção dos entrevistados.

O segundo bloco buscou averiguar a dinâmica das atividades agropecuárias e suas perspectivas na(s) região(ões). Neste bloco consideraram-se as seguintes variáveis para a caracterização da estrutura produtiva agropecuária: 1) principais produtos; 2) níveis tecnológicos presentes nos processos de produção; 3) principais categorias de produtores; 4) formas de beneficiamento, transfor-

mação e comercialização; 5) importância do crédito; 6) fatores que impulsionam ou restringem as atividades agropecuárias; e 7) perspectivas em relação ao futuro dessas atividades na(s) região(ões).

O terceiro bloco teve o propósito de identificar as atividades rurais não agrícolas em evidência no meio rural, sua importância no contexto do desenvolvimento regional e os fatores responsáveis por sua expansão, com a mesma estrutura de questões do bloco anterior (atividades agropecuárias).

O quarto bloco foi introduzido não apenas porque o tema não era desenvolvido naturalmente ao longo das entrevistas[3], mas também por promover importantes modificações no processo produtivo num dos setores mais relevantes da agropecuária - a cana de açúcar -, o que ocorre, especialmente, em resposta às ações do Ministério Público, o que justificou destacar-se como agente a ser entrevistado seu representante em Ribeirão Preto.

O último bloco de questões, por sua vez, visou identificar a estrutura ocupacional da mão-de-obra, especialmente a técnica, nas atividades desenvolvidas no meio rural da(s) região(ões) e as perspectivas de ocupação desses profissionais, considerando-se a implementação de novas atividades ou tecnologias de produção.

A terceira etapa do projeto esteve voltada para a delimitação da região em que escolas técnicas agrícolas estão inseridas, cujos resultados foram incorporados parcialmente neste trabalho (SEADE; IEA, 2003 e SEADE jan/2004). As informações dessa terceira fase visaram municiar o Ministério da Educação em seu Programa de Reforma do Ensino Profissional (PROEP) e foram utilizadas nesse trabalho apenas parcialmente quando relevantes no contexto das regiões ou dos setores escolhidos.

Os agentes entrevistados em cada região foram, entre outros, pesquisadores ligados às universidades e às instituições de pesquisa; técnicos de órgãos federais, estaduais ou municipais de extensão rural; técnicos de órgãos privados ou cooperados de assistência técnica; gerentes de bancos responsáveis pelo financiamento rural; presidentes dos sindicatos de trabalhadores rurais e dos sindicatos rurais; prefeitos e secretários municipais; diretores ou gerentes de cooperativas, de grupos empresariais agropecuários ou de grande expressão regional (não rural) e de associações comerciais; produtores rurais; agentes sociais e políticos; diretores, professores, alunos e ex-alunos das escolas agrotécnicas.

3 - Diferentemente das questões competitividade, gestão, exportação e balança de pagamento, que são abordadas espontaneamente pela maioria.

O roteiro da entrevista aplicada aos agentes não vinculados diretamente à escola e ao ensino divide-se em blocos tal como o roteiro destinado aos agentes estaduais. A diferença é que não se aplica o primeiro bloco sobre divisão regional do estado e se introduz um bloco de questões para delimitar o contorno (geralmente grupo de municípios) da região onde a escola está inserida.

Um fator decisivo deste método é o perfil dos entrevistadores, que são os próprios técnicos da pesquisa, que participam em todas as fases e são responsáveis por sua redação final. Outro fator estratégico é a interação entre a equipe, trocando continuamente informações e dados e discutindo-os de forma que as tendências e hipóteses levantadas estejam sendo checadas e reelaboradas.

Além da capacidade em analisar dados, o entrevistador deve ter iniciativa em buscar mais informações, em questioná-las, procurando, no entanto, ser flexível e neutro[4] para captar novas perspectivas, especialmente durante as entrevistas. Mesmo que se mostre conhecedor do assunto, não pode induzir nem inibir o entrevistado. As colocações das pessoas entrevistadas, sempre que possível, foram comparadas aos dados obtidos na primeira fase e com as demais entrevistas, de forma que se incentivasse o entrevistado a esclarecê-los sempre que parecessem contraditórios com as informações obtidas até então[5].

Desses levantamentos foram definidas oito regiões, considerando-se que seriam suficientes para caracterizar as dinâmicas rurais do Estado de São Paulo (mapa 1).

1) Região Noroeste, antes chamada de Mogiana, por conta da estrada de ferro do mesmo nome que compreende as mesorregiões de São José do Rio Preto, Ribeirão Preto e Araraquara;
2) Região Nordeste, que engloba as mesorregiões de Campinas e Piracicaba;
3) Região Centro-Oeste, reunindo as mesorregiões de Marília, Bauru e Assis;
4) Região Oeste, compreendendo as mesorregiões de

4 - São aptidões, no entanto, que não se adquirem em treinamento de curto prazo, restringindo bastante o universo dos técnicos aptos para tanto.

5 - Por exemplo, um agente destacou a grande perspectiva da fruticultura numa região na qual o valor da produção deste agregado de produtos estava declinando. Neste caso, a orientação para o entrevistador é de não questionar a crença do entrevistado, mostrando-se neutro, mas, apresentado os dados, buscar o porquê da crença. Em geral o entrevistado explicita melhor sua colocação; neste caso, o entrevistado tinha a informar que, a própria crise da fruticultura local abriu uma perspectiva promissora através de novas formas de inserção no mercado estabelecidas recentemente.

Araçatuba e Presidente Prudente;
5) Região Centro-Sul, composta pelas mesorregiões de Itapetininga e a Macrometropolitana Paulista;
6) Região Litoral Sul, composta pela mesorregião de mesmo nome (Litoral Sul Paulista);
7) Região do Vale do Paraíba, também composta pela mesorregião de mesmo nome; e
8) Região Metropolitana de São Paulo.

MAPA 1 - Limites de regionalização, Estado de São Paulo, 2003

Fonte: Elaborado a partir de dados do IBGE e da pesquisa

Houve uma coincidência na definição de 6 regiões por parte dos entrevistados: Noroeste, Nordeste, Vale do Paraíba, Metropolitana de São Paulo, Centro-Sul e Litoral Sul Paulista. As variações referiram-se mais a sub-regiões dentro destas seis grandes áreas.

Nas outras duas regiões, Oeste e Centro-Oeste, estão ocorrendo uma grande "disputa" entre projetos. Por isso, incidiram algumas variações conforme o agente entrevistado, normalmente influ-

enciado pelo "projeto" da região com o qual tem mais contato ou afinidade. Conforme o projeto que for bem sucedido, poderá haver mudança no contorno dessas duas regiões.

Os municípios da Mesorregião Macrometropolitana Paulista, segundo os entrevistados, deveriam estar distribuídos entre as regiões Centro-Sul, Nordeste e Metropolitana de São Paulo (especificamente aqueles considerados cinturão verde, como São Roque e Atibaia), no entanto não foi possível desagregar os dados, e a totalidade da Mesorregião Macrometropolitana Paulista foi considerada como parte da Região Centro-Sul.

A importância relativa do valor da produção agrupado segundo produtos para indústria, conforme metodologia do IEA (TSUNECHIRO, 2001), tem forte poder explicativo da concepção dos entrevistados sobre as dinâmicas regionais. As duas regiões consideradas mais dinâmicas têm mais de 45% do seu valor da produção constituído pelos produtos para indústria. Esse grupo de produtos responde por 10 a 40% do valor da produção das três regiões consideradas intermediárias e por menos de 3% nas regiões pouco dinâmicas (Tabela 1).

Tabela 1
Participação dos produtos para indústria no valor da produção, por Regiões Estado de São Paulo
2002

(%)

Estado e Regiões	Produtos para indústria	Produtos animais	Grãos e fibras	Frutas Frescas	Olerícolas	Valor da Produção Total
Noroeste	55	19	10	15	1	100
Nordeste	45	24	7	12	12	100
Centro-Oeste	39	37	16	2	6	100
Oeste	29	54	11	5	1	100
Centro-Sul	11	29	23	15	22	100
Vale do Paraíba	2	69	11	10	7	100
Litoral Sul	0	11	1	87	1	100
Metropolitana	1	37	1	20	42	100

Fonte: Tabulação especial elaborada p elo IEA.

As regiões Noroeste e Nordeste concentram a agricultura de maior valor comercial do Estado. Os dados da Tabela 2 e Tabela 3 mostram que 42,1% dos estabelecimentos agropecuários, 40,2% da área e 44,5% do pessoal ocupado na agropecuária paulista estão nas Regiões Noroeste e Nordeste. As demais regiões podem ser classificadas em dois grupos: um, formado pelas regiões Centro-Oeste, Oeste e Centro-Sul, que podem ser consideradas áreas de transição e cujas participações no número de estabelecimentos, na área e no pessoal ocupado, são relativamente próximas entre

si. Já o Vale do Paraíba, o Litoral Sul e a Região Metropolitana formam um grupo com menor importância em termos de área, estabelecimentos e pessoal ocupado (Tabelas 2 e 3).

Tabela 2
Número de Estabelecimentos, Área Total e Área Média, segundo Regiões Estado de São Paulo
1995

Estado e Regiões	Estabelecimentos		Área Total		Área Média
	Número	%	(mil ha)	%	(ha)
Estado de São Paulo	218.016	100,0	17.369	100,0	80
Noroeste	66.010	30,3	5.486	31,6	83
Centro-Oeste	34.678	15,9	3.734	21,5	108
Oeste	38.274	17,6	3.522	20,3	92
Centro-Sul	33.950	15,6	1.788	10,3	53
Nordeste	25.868	11,8	1.504	8,7	58
Vale do Paraíba	9.639	4,4	790	4,5	82
Litoral Sul	6.036	2,8	447	2,6	74
Metropolitana	3.561	1,6	98	0,6	27

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Tabela 3
Área Total e Pessoal Ocupado, segundo Regiões
Estado de São Paulo
1995

Estado e Regiões	Área Total		Pessoal Ocupado	
	(mil ha)	%	Número	%
Estado de São Paulo	17.369	100,0	914.954	100,0
Noroeste + Nordeste	6.990	40,3	407.119	44,3
Noroeste	5.486	31,6	279.129	30,4
Nordeste	1.504	8,7	127.990	13,9
Centro-Oeste	3.734	21,5	162.067	17,7
Oeste	3.522	20,3	126.700	13,8
Centro-Sul	1.788	10,3	139.366	15,2
Vale do Paraíba	790	4,5	38.899	4,3
Litoral Sul	447	2,6	21.987	2,4
Metropolitana	98	0,6	18.816	2,1

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Recorrente nas entrevistas foi a incapacidade de conciliar o cenário que se monta para o futuro da agricultura paulista, baseado em cadeias produtivas visando a produção de energia e a exportação com um futuro mais equânime social e economicamente, assim como mais equilibrado em termos ambientais. Os entrevistados apresentam uma concepção de desenvolvimento na qual a sustentabilidade é uma preocupação, mas não se ocupam dela de forma global e sistemática através de iniciativas concretas, exceto localizadamente e em aspectos específicos.

A agricultura orgânica destaca-se como alternativa ao padrão convencional de produção agrícola. Além disso, em grande parcela está associada a um sistema de comercialização menos subordinado aos intermediários, através de feiras orgânicas, entregas di-

retas ao consumidor e lojas especializadas. Porém, vêm ampliando seu espaço nas demais estruturas de comercialização como as grandes redes de varejo que disponibilizam prateleiras identificadas para a comercialização deste tipo de produto, seguindo tendência mundial movida pela busca de uma alimentação mais saudável. Nessa estrutura de comercialização, acaba existindo subordinação do produtor aos contratos dos supermercados que têm causado apreensão aos pequenos produtores. Estima-se que o estado de São Paulo concentre a produção orgânica do país, porém os dados obtidos foram os da participação da região Sudeste (ES, MG, RJ e SP) no total da produção orgânica do país (Tabela 4).

Tabela 4
Produtores cadastrados na certificadora de produtos orgânicos AAOCert

Produto	Sudeste			Participação Sudeste no Brasil (%)	
	Nº produtores	Área (ha)	Área média	N.º produtores	Área (ha)
Total	381	4.442,69	12	90	90
Hortaliças	124	474,44	4	92	85
Frutas	73	594,91	8	88	88
Café	104	3.157,98	30	94	94
Cereais / Grãos	28	178,79	6	93	75
Pupunha	3	34,07	11	100	100
Cogumelos	15	n.d.	n.d.	100	n.d.
Ervas medicinais	5	2,5	1	63	3
Produtos de origem animal	10	n.d.	n.d.	91	n.d.
Processados	19	n.d.	n.d.	83	n.d.

Fonte: AAOCert

No que se refere a sustentabilidade social, para a maioria dos entrevistados, o fortalecimento da agricultura familiar poderia vir de encontro aos graves problemas que assolam toda a sociedade, tais como o desemprego, a violência, o inchaço nos grandes centros urbanos e as restrições do orçamento público voltado à área social. Um dos representantes do setor defende o investimento do Estado na agricultura familiar porque geraria ocupação, trabalho, renda, empregos diretos e indiretos, economia em saúde, bem como, economia com o seguro desemprego e os programas de complementação de renda, eliminando gastos sociais ao elevar a qualidade de vida.

Foi salientada a viabilidade da agricultura familiar no Estado de São Paulo oriunda da proximidade do mercado consumidor dos grandes centros urbanos paulistas, bem como o desenvolvimento de nichos de produtos diferenciados e de maior valor agregado. Porém, a inserção da agricultura familiar é dificultada pelas barreiras de acesso às grandes redes varejistas, à tecnologia de produção e gestão e ao sistema de crédito. Praticamente todos os entre-

vistados que valorizaram a agregação de valor na produção destacaram as dificuldades impostas pela legislação vigente.

O representante da agricultura familiar entrevistado destacou, ainda, que as atividades desenvolvidas pela agricultura familiar geram recursos que são aplicados, em sua maioria, na própria região, dinamizando-a.

A pesquisa que originou esse trabalho, além de estabelecer a regionalização do estado, focou 8 regiões definidas como área de influencia para 8 escolas agrotécnicas estudadas. Desta forma, o leitor vai observar que as regiões nordeste e Metropolitana de São Paulo são apresentadas de forma sucinta. Isso ocorre porque não foi realizada pesquisa em sub-regiões dessas duas regiões. No noroeste foram visitadas as sub-regiões Jales e Jaboticabal; na oeste, a sub-região do entorno de Rancharia; no Centro-Oeste, Santa Cruz do Rio Preto e no Centro-Oeste, Itapetiniga e Jundiaí.

No Vale do Paraíba e no Litoral Sul, observou-se que existe uma identidade das escolas agrícolas visitadas com a região como um todo. Desta forma o texto apresentado a seguir não foca uma subregião em detrimento de outras.

Considera-se, no entanto, que essa assimetria na apresentação não compromete a análise, pois o critério de seleção das 8 regiões foi o de buscar cobrir a diversidade existente no estado de São Paulo.

2. Região Noroeste

Composta pelas mesorregiões de Ribeirão Preto, Araraquara e São José do Rio Preto, é definida pelo eixo formado pelas rodovias Anhanguera e Washington Luís, originado do desenvolvimento do entorno da estrada de ferro Mogiana.

É a região que concentra a agricultura de maior valor comercial do Estado, sobretudo nas atividades dos complexos agroindustriais da cana-de-açúcar e da laranja, que em conjunto representam 53% de todo o valor da produção agropecuária regional (Tabela 5). A topografia facilita a expansão da cana, com um crescimento tanto em área, em especial na zona de influência de São José do Rio Preto, quanto em produtividade, em Ribeirão Preto e seu entorno. O rendimento físico é elevado tanto nas áreas das usinas como nas de fornecedores. O corte mecânico se expande melhorando a questão ambiental, mas desempregando muito e as matas ciliares, especialmente nas áreas das usinas, estão sendo recompostas. Avalia-se que estas são melhorias ligadas à ação do Ministério

Público. Apesar de ocorrerem autuações também pela falta de área de reserva legal, há resistência no cumprimento da lei gerando processos protelatórios.

Já a laranja tem, para além das questões logísticas de escoamento da produção, um componente a mais, que é seu nível de acidez, preferido pela indústria, segundo entrevistado ligado à produção de suco de laranja.

Esses dois complexos agroindustriais (cana e laranja) predominam nas mesorregiões de Ribeirão Preto e de Araraquara. A soja, o amendoim e o sorgo fazem rotação com a cana e são utilizados na fabricação de rações que são consumidas nas propriedades, dentro e fora do Estado de São Paulo.

O turismo rural restringe-se ao turismo técnico em propriedades modelo com ampliação de atividades fornecendo refeição e produtos artesanais. Não há atrativos turísticos naturais, exceto na direção de Mato Grosso onde se busca estimular o turismo num circuito maior denominado Região dos Grandes Lagos.

Na mesorregião de Ribeirão Preto, o amendoim, que é plantado em rotação com a cana, tem alcançado o mercado externo graças ao trabalho da COPLANA - cooperativa dos plantadores de cana da região de Guariba e Jaboticabal. Essa cooperativa importou secadores que reduzem a umidade abaixo de 8%, fator importante para evitar a possibilidade do desenvolvimento de fungos que produzem a aflatoxina, também adquiriu silos especiais e galpão refrigerado e com esses investimentos, aliados à nova variedade e seleção de grãos, foi possível obter a ISO 14.000.

De forma geral, as cooperativas existentes fornecem assistência técnica para as culturas da cana, citrus, amendoim e soja.

Na fruticultura, a assistência técnica é realizada principalmente pela CATI, apesar das limitações, pois os agrônomos contratados pelo sistema de municipalização não ficam tempo suficiente para desenvolverem um programa de trabalho consistente. Os fruticultores dependem do crédito oficial e, muitas vezes, as garantias exigidas pelos bancos dificultam o acesso dos pequenos produtores.

O programa de Produção Integrada de Frutas (PIF) para melhoria da qualidade da produção e implantação do selo de qualidade vem se desenvolvendo em regiões fruticultoras, por exemplo, foi selecionada a manga para a região que engloba, entre outros, os municípios de Monte Alto, Vista Alegre do Alto e Cândido Rodrigues. Várias instituições estão envolvidas no programa, tais como, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), CNPq, CATI, Unesp, IAC, Instituto Biológico, ITAL e Cooperativas.

Tabela 5

Valor da Produção Agropecuária
Região Noroeste, Estado de São Paulo
1995-2002

Produto	Valor da Produção [1] (R$)				Variação (%)	
	1995	2000	2002	% de 2002	2002/1995	2002/2000
TOTAL	5.654.375.881	6.435.776.599	8.158.077.990	100	44	27
Produtos para ind ústria	2.609.531.218	3.405.851.243	4.512.134.422	55	73	32
Produtos animais	1.221.299.349	1.538.885.291	1.544.385.324	19	26	0
Frutas frescas	1.067.777.303	777.068.648	1.211.930.364	15	14	56
Grãos e fibras	640.134.822	656.011.161	820.672.116	10	28	25
Olerícolas	115.633.191	57.960.256	68.955.764	1	-40	19
Produtos Selecionados						
Cana-de-açúcar	1.942.880.818	2.830.456.904	3.079.251.543	38	58	9
Laranja para indústria	478.904.472	313.842.750	1.196.737.046	15	150	281
Carne bovina	644.711.648	814.993.213	894.202.111	11	39	10
Laranja de mesa	381.006.873	220.231.882	654.054.605	8	72	197
Soja	182.715.539	231.709.352	350.666.788	4	92	51
Carne de frango	247.953.877	361.060.078	320.692.356	4	29	-11
Milho	248.666.345	253.696.977	277.775.591	3	12	9
Limão	420.846.579	238.797.085	246.458.539	3	-41	3
Leite C	221.506.169	221.692.973	202.566.573	2	-9	-9
Café beneficiado	109.809.844	195.686.429	183.681.262	2	67	-6
Manga	131.125.632	196.781.078	166.976.609	2	27	-15
Tangerina	68.857.370	55.874.907	79.025.121	1	15	41
Amendoim em casca	45.494.214	71.832.584	66.256.310	1	46	-8
Algodão em caroço	98.697.766	59.821.025	61.917.421	1	-37	4
Ovo	29.017.922	41.677.314	49.717.288	1	71	19
Carne suína	41.019.828	59.517.174	45.856.801	1	12	-23
Borracha	51.668.073	52.183.167	40.040.883	0	-23	-23
Feijão	31.335.281	18.818.166	39.257.350	0	25	109
Cebola	60.785.743	25.371.387	31.815.900	0	-48	25
Leite B	35.698.600	39.371.310	31.152.400	0	-13	-21
Uva de mesa	32.166.075	20.739.691	22.586.335	0	-30	9
Tomate de mesa	22.018.530	16.197.074	22.213.992	0	1	37
Banana	11.758.539	27.310.231	22.190.616	0	89	-19
Sorgo	8.280.769	10.741.248	17.546.861	0	112	63

1 - Com preços médios estimados para dez.2002, em reais, corrigidos pelo IPCA.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA)

De forma geral, na mesoregião de Ribeirão Preto, há iniciativas de organização de produtores médios e pequenos, nem sempre bem sucedidas. A PRODIJA, por exemplo, foi uma associação de produtores de Jaboticabal que chegou a produzir um volume de 3 caminhões de verduras, legumes e frutas por dia, mas faliu com os atrasos de pagamentos na venda a CEASAs locais e de Santo André. Os produtores que restaram abastecem o município de Ribeirão Preto. A COPLANA vem desenvolvendo um programa de diversificação, especialmente para as áreas com declividade maior que 12%, pela inviabilidade de serem mecanizadas para o plantio da cana.

Há iniciativas das prefeituras para fortalecer o produtor local como, por exemplo, em Jaboticabal, onde o programa Fome Zero municipal implementou o planejamento da produção e a comercialização direta com o consumidor com a assessoria do SEBRAE.

As atividades não-agrícolas foram consideradas irrelevantes para os municípios da região de Jaboticabal, principalmente pelos

parcos atrativos turísticos que apresentam. Foram realizados investimentos em "pesque-pague", sem grande repercussão. Já os bordados de Ibitinga e a represa da CESP no Rio Tietê foram declarados de potencial para receberem investimentos.

A expansão da cana também alcança a mesoregião de São José do Rio Preto, porém essa região diferencia-se pela importância das médias propriedades integradas, não apenas aos complexos agroindustriais da cana e da laranja, como também, do leite. Estão presentes grandes usinas de leite como Parmalat e Nestlé e, dos mais de 12 milhões de bovinos do estado, dois milhões encontram-se nessa mesoregião. A cana está expandindo-se rapidamente, causando grande impacto ambiental e modificando o sistema de produção do rebanho paulista, antes criado basicamente em regime extensivo a pasto e, mais recentemente, de forma intensiva a pasto ou confinada (consumindo produtos destinados para ração, plantados em rotação com a cana forrageira).

Na **mesoregião de São José do Rio Preto**, diferencia-se a região entre os Rios Paraná e Tietê, onde estão situados os municípios de Fernandópolis, Jales e Santa Fé do Sul e neles, a cana encontra certa dificuldade para penetrar, apesar de a área ser plana. Isso é explicado pela presença de propriedades rurais de pequeno a médio porte com alto grau de diversificação.

Tal diversificação origina-se em áreas de antigas plantações de café que foram dizimadas pela geada, nos anos 80, quando essa região direcionou-se à fruticultura, em especial uva, manga, atemóia, laranja, assim como ao leite, arroz e feijão para autoconsumo.

As frutas da região estão conquistando outros mercados, pois por causa dos fornecimentos sem ressarcimento ao CEAGESP e aos CEASAs e à concorrência das frutas vindas do pólo Petrolina-Juazeiro (NE do país) e de Pirapora (MG), os produtores estão apostando nos cuidados com a produção e manejo, nos menores custos obtidos com a mão-de-obra familiar e num conceito de gerenciamento amplo, para alcançar outros mercados. Tal conceito inclui diversificação, adição de valor, integração com o sistema de ensino e pesquisa local, organização para estudos de mercados e de formas para responder a eles (rastreabilidade de produtos, melhoramento genético) e coleta de dados para implantação de um sistema contábil e de planejamento. A prefeitura de Jales, por exemplo, organizou 66 produtores de uva de melhor qualidade, padronizando embalagens com emblema "Uvas de Jales". Assim elevam a possibilidade de efetivarem contratos com supermercados de classe alta, butiques de frutas na capital, redes de super-

mercado e para exportação, bem como para outros estados como Paraná, Minas Gerais e Distrito Federal.

A agricultura familiar apresenta-se forte e tecnificada, mas uma parte dela tem dificuldade em modernizar-se. Para os agentes regionais entrevistados, a diferenciação entre os produtores dinâmicos e os demais se dá mais pela capacidade de gestão do que pelo tamanho da propriedade.

Foram constatadas diversas articulações e parcerias na região. A prefeitura, a CATI, EMBRAPA, a escola técnica, sindicatos, SEBRAE, associações, instituições de ensino superior formam uma considerável rede de estímulo à produção e resistência às dificuldades encontradas pelo produtor familiar. Alguns entrevistados, que não atuam na região, imputam a essa integração regional a sobrevivência da agricultura diversificada e baseada na força de trabalho familiar.

O "Projeto de Viabilidade da Atividade Leiteira na Agricultura Familiar", implementado pela EMBRAPA de São Carlos em convênio com a CATI, tem como base um sistema de pasto rotacionado que reduz os custos de alimentação, dividindo o pasto em piquetes possibilitando a renovação da área, com descanso e irrigação. O programa é monitorado e constatou-se aumento de 50% na produção de leite, com redução de custos. Esse é um programa básico para manutenção da rentabilidade das menores propriedades.

O processo de ocupação dessa sub-região foi realizado com muito desmatamento e sem preservação de várzeas e de matas ciliares, causando redução das águas superficiais. Esse é um problema sério especialmente considerando-se a necessidade de irrigação nos pomares e no novo sistema de pasto em piquetes. Existem algumas iniciativas de recomposição de áreas de preservação permanente (APP) e dois viveiros na região foram financiados com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO). Na área urbana, a água não é problema e a região é uma das mais saneadas do país.

3. Região Nordeste

Essa região é notoriamente industrial, com destaque para a Região Metropolitana de Campinas, local com elevada concentração de indústrias de alta tecnologia. A agricultura aqui estabelece fortes ligações a montante e a jusante com a agroindústria. Assim como na região noroeste, a produção de cana-de-açúcar e de

laranja é importante, com 25% e 16% do valor da produção regional, respectivamente, em 2002 (Tabela 6).

É a partir dessa região que se inicia o fluxo modernizante da agricultura paulista em direção ao noroeste, num modelo integrado com a agroindústria. Os investimentos públicos em infra-estrutura de transporte, em pesquisa e assistência técnica fazem parte da história regional e muito favoreceram o fortalecimento dos complexos da cana-de-açúcar e citrícola.

No entanto, observa-se maior diversificação, com a presença de frutíferas[6], inclusive as orgânicas, da olericultura e de flores (Holambra). As pequenas propriedades são familiares, contudo altamente tecnificadas e com gestão empresarial.

Na região Nordeste do Estado de São Paulo está constituindo-se um pólo para produtos orgânicos, que vai do município de Indaiatuba até Amparo, Serra Negra e Monte Alegre. Além de hortaliças, encontram-se na região caqui, uva, jabuticaba, frutas da mata atlântica (sapoti), leite e produtos processados, como o iogurte orgânico.

A região desponta como pólo de produção orgânica porque está próxima da capital, de forma a não encarecer demais o transporte, mas distante o suficiente para contar com água de boa qualidade. O inverno é seco, tornando a região propícia para o cultivo de frutas orgânicas. Nessa região, a área das propriedades e o nível educacional dos produtores são maiores do que o dos produtores orgânicos do cinturão verde, onde prevalecem as hortícolas. Os produtores conseguem comercializar de forma direta, pesquisando sempre novos compradores. Com base nas entrevistas, pode-se dizer que o nível educacional se reflete na capacidade de questionar o sistema de comercialização e de buscar novos mercados, colocando os produtores em posição menos subordinada aos intermediários.

No entanto, considerando-se a região nordeste do estado como um todo, especialmente a região metropolitana de Campinas, há problemas de abastecimento de água devidos às demandas para irrigação e para os centros urbanos, ao lado do consumo das agroindústrias. A crescente falta de qualidade da água implica em restrições ao seu uso e agravam o abastecimento no eixo São Paulo - Campinas, de crescente densidade populacional.

As atividades não-agrícolas no meio rural como as novas funções de moradia, hotelaria e lazer, são vistas, pela maioria dos entrevistados, como uma atividade complementar à agrícola, na geração de renda, não como uma solução para o produtor rural.

6 - Tangerina, limão, uva, manga e, em que pese a menor participação, pêssego e maçã.

Tabela 6
Valor da Produção Agropecuária
Região Nordeste, Estado de São Paulo
1995-2002

Produto	Valor da Produção [1] (R$)			% de 2002	Variação (%)	
	1995	2000	2002		2002/1995	2002/2000
TOTAL	2.717.406.655	2.801.104.252	3.650.624.306	100	34	30
Produtos para ind ústria	1.117.358.775	1.261.678.948	1.643.418.404	45	47	30
Produtos animais	657.882.043	762.649.437	866.201.884	24	32	14
Frutas frescas	384.794.185	228.226.512	439.688.067	12	14	93
Olerícolas	398.565.752	337.477.198	428.140.834	12	7	27
Grãos e fibras	158.805.899	211.072.157	273.175.117	7	72	29
Produtos Selecionados						
Cana-de-açúcar	758.592.559	884.876.643	917.208.514	**25**	21	4
Laranja para indústria	219.568.904	142.559.254	575.516.483	**16**	162	304
Carne de frango	273.596.527	400.122.170	465.627.829	13	70	16
Laranja de mesa	174.684.653	100.037.656	314.537.941	9	80	214
Batata	187.496.944	148.415.185	205.391.722	6	10	38
Carne bovina	134.068.484	184.987.816	202.489.453	6	51	9
Milho	84.662.985	147.615.139	184.932.853	5	118	25
Café beneficiado	132.575.758	225.635.292	143.649.181	4	8	-36
Tomate de mesa	84.568.899	97.810.602	105.685.375	3	25	8
Cebola	76.685.574	54.383.865	74.451.220	2	-3	37
Carne suína	58.761.973	51.412.192	66.982.688	2	14	30
Ovo	82.545.561	32.711.950	56.157.697	2	-32	72
Tangerina	91.901.543	46.706.976	52.822.476	1	-43	13
Leite C	65.281.366	60.527.289	45.425.226	1	-30	-25
Feijão	19.393.095	21.430.007	42.892.400	1	121	100
Leite B	43.435.228	32.745.280	29.352.800	1	-32	-10
Algodão em caroço	35.114.224	26.379.816	24.967.710	1	-29	-5
Limão	47.661.069	16.259.020	19.055.545	1	-60	17
Uva de mesa	20.763.170	12.958.390	17.158.929	0	-17	32
Manga	9.895.435	26.600.770	16.213.531	0	64	-39
Soja	10.141.727	11.434.765	16.022.803	0	58	40
Cenoura	25.416.626	8.546.173	10.780.722	0	-58	26

1 - Com preços médios estimados para dez.2002, em reais, corrigidos pelo IPCA.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA)

Por exemplo, os empreendimentos turísticos que se firmam no meio rural são, regra geral, implantados por aqueles que já tinham negócio na área ou eram oriundos das áreas urbanas e dispõem de capacidade para investimentos na adequação da propriedade e contratação de mão-de-obra especializada.

A única região onde as novas atividades foram apresentadas como tendo mantido os jovens no meio rural, de fato, foi a de Brotas e Dourado[7] onde surgiu um nicho de mercado para o turismo de aventura e o ecoturismo. Segundo um dos entrevistados, essa saída foi criada de forma autóctone, devido ao desenvolvimento de uma visão conservacionista entre os jovens, transformando o que era "molecagem" em ecoturismo. Muitos jovens estu-

7 - Municípios vizinhos, porém Dourado situa-se na região noroeste do Estado.

daram até a universidade, passaram a ter visão de negócio e se transformaram em microempresários de sucesso nesta área. Há dez agências de ecoturismo em Brotas, levando à criação de cursos de terceiro grau em gastronomia, turismo e marketing em Araraquara, município pertencente à região Noroeste.

4. Região Centro-Oeste

À semelhança com as regiões Noroeste e Nordeste, a região Centro-Oeste apresentou a cana como a principal atividade, com 30% do valor da produção agropecuária regional, em 2002, e a carne bovina representou 20%.

As agroindústrias da região estão voltadas, basicamente, para a transformação em óleos e farelos. Em conseqüência, a soja obteve significativo crescimento entre 1995 e 2002, especialmente nas mesoregiões de Assis e Marília. Em 2002, a soja chegou a representar 7% do valor da produção regional (Tabela 7).

A perspectiva de mercado para outros grãos, como o trigo, a aveia e a cevada, também é boa, uma vez que os moinhos do estado, que hoje importam a matéria-prima, inclusive de outros estados, mostram interesse em adquira-la em São Paulo. As taxas de crescimento do valor da produção do trigo, de 87% e 365% nos períodos 1995-2002 e 2000-2002, respectivamente, demonstram bem esse otimismo. Desde 2001, estão sendo testadas sementes de cevada cervejeira em fazenda da CATI e a Empresa Malteria fornece sementes e assistência técnica aos produtores interessados[8].

Os grãos são cultivados em propriedades médias, geralmente lucrativas, com uso de sementes certificadas e mecanizadas em todas as operações. O plantio direto cresce na região com uso de financiamento bancário.

No entorno do Rio Paranapanema, as propriedades menores são mais diversificadas, combinando pecuária de leite ou mista com lavouras de cereais e mandioca ou a produção em estufas de pimentão, tomate caqui e pepino japonês. A produção em estufas disseminou-se até meados dos anos 1990 e tem tido papel importante na estabilidade econômica de pequenos produtores. A maioria dos contratos do PRONAF se destinou à implantação de sistemas de produção em estufas na região, que se tornou a principal produtora de pimentão do estado.

8 - Disponível em:< www.estado.com.br >. Acesso em 03/09/03.

Tabela 7
Valor da Produção Agropecuária
Região Centro-Oeste, Estado de São Paulo
1995-2002

Produto	Valor da Produção [1] (R$)				Variação (%)	
	1995	2000	2002	% de 2002	2002/1995	2002/2000
TOTAL	2.804.678.926	3.238.498.061	3.927.673.376	100	40	21
Produtos para indústria	1.084.624.222	1.360.203.031	1.543.160.188	39	42	13
Produtos animais	1.005.352.713	1.278.347.347	1.440.288.361	37	43	13
Grãos e fibras	379.136.776	352.250.332	634.755.088	16	67	80
Frutas frescas	268.197.234	176.269.779	246.354.414	6	-8	40
Olerícolas	67.367.983	71.427.572	63.115.325	2	-6	-12
Produtos Selecionados						
Cana-de-açúcar	936.894.930	1.089.215.673	1.193.984.424	30	27	10
Carne bovina	562.633.979	723.530.087	777.925.624	20	38	8
Ovo	138.456.408	265.650.356	347.336.791	9	151	31
Soja	123.056.444	120.865.957	275.252.929	7	124	128
Milho	187.443.012	156.070.846	242.756.457	6	30	56
Laranja para indústria	29.985.085	38.794.722	187.517.164	5	525	383
Carne de frango	92.843.698	110.437.201	147.026.647	4	58	33
Café beneficiado	90.898.773	183.484.441	130.638.248	3	44	-29
Laranja de mesa	23.855.538	27.223.299	102.484.054	3	330	276
Carne suína	75.637.824	78.739.551	78.970.837	2	4	0
Leite C	91.663.781	74.524.847	70.125.934	2	-23	-6
Feijão	21.342.738	27.399.899	54.122.125	1	154	98
Tangerina	60.833.135	33.648.552	51.890.492	1	-15	54
Amendoim em casca	19.655.575	35.034.987	35.543.406	1	81	1
Limão	60.322.038	32.767.330	27.834.649	1	-54	-15
Batata	10.930.850	24.794.573	24.687.247	1	126	0
Mandioca para indústria	19.113.753	39.238.361	20.714.438	1	8	-47
Melancia	22.981.681	28.520.149	19.837.400	1	-14	-30
Leite B	38.044.353	23.509.262	17.898.800	0	-53	-24
Tomate de mesa	29.919.762	26.861.005	16.390.463	0	-45	-39
Banana	15.131.302	12.798.098	15.519.950	0	3	21
Trigo	8.086.893	3.250.435	15.109.028	0	87	365
Pimentão	5.841.143	3.114.103	9.931.512	0	70	219

1 - Com preços médios estimados para dez.2002, em reais, corrigidos pelo IPCA.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA)

O "Projeto de Viabilidade da Atividade Leiteira na Agricultura Familiar", implementado pela EMBRAPA de São Carlos em convênio com a CATI e o SEBRAE, viabiliza assistência técnica para melhoria no manejo e alimentação das vacas e tem conseguido elevar a produção de leite com baixo investimento. Tem ocorrido aumento no uso de tanques de resfriamento e na procura por melhoramento de matrizes.

Ainda na região do entorno do Rio Paranapanema, apenas alguns "pesque-pague" sobreviveram da explosão de empreendimentos ocorrida anos atrás. Mesmo com esse insucesso, não foram realizadas pesquisas sobre a produção de peixe para o mercado, mas a escola técnica agrícola fornece alevinos e assistência técnica.

Nota-se redução na vazão de alguns ribeirões, e iniciativas para o reflorestamento das suas margens têm sido implantadas. No entanto, ainda são iniciativas limitadas para resolver o problema. A promotoria pública tem cobrado a recomposição das áreas e esti-

pulado prazos. Quanto à qualidade da água, houve redução dos problemas com defensivos e descarga de vinhaça nos cursos d´água pelas usinas.

A primeira microbacia do estado foi implantada nessa bacia hidrográfica com sucesso quanto à conservação do solo e da água e à organização dos produtores, os quais estiveram envolvidos em curso de capacitação para o uso de agrotóxicos e na implantação de um sistema de recolhimento de embalagens.

Existe um processo de substituição de culturas que tem se manifestado tanto na Região Oeste quanto na Centro-Oeste, podendo configurar, num futuro próximo, uma nova regionalização, em que as mesorregiões de Araçatuba e Bauru, que ficam na margem esquerda do Rio Tietê, seriam ocupadas pela expansão da cana e, na região limítrofe com o Mato Grosso, se consolidaria a pecuária extensiva. Nas demais mesorregiões, fazendo limite com Paraná e utilizando a hidrovia para escoamento da produção, poderia ser consolidada a produção de grãos.

5. Região Centro-Sul

A região Centro-Sul paulista, formada pelas mesorregiões de Itapetininga e Macrometropolitana, apresentou um valor da produção mais distribuído dada a diversificação das atividades. Os produtos mais importantes na composição do valor da produção regional foram a carne bovina e o milho, contribuindo com 13% cada um (Tabela 8). A pecuária de pequenos animais, destacando-se a avicultura de corte e de postura e a suinocultura somaram 13% do valor da produção, em 2002, e a olericultura 22%.

A produção de milho local supriria a demanda dos criadores locais, mas as misturadoras de ração importam crescentemente do Mato Grosso. Os pequenos produtores locais demandam por melhoria na infra-estrutura de secagem e armazenagem do milho para viabilizar sua comercialização direta com os criadores de aves e suínos para elevar a rentabilidade do produtor.

Nos grãos, o plantio direto foi disseminado, principalmente, com os recursos do Fundo de Expansão da Agropecuária e da Pesca (FEAP) nos cultivos do feijão e do milho, contribuindo significativamente no controle da erosão.

Há várias iniciativas na área de criação de animais, entre elas a produção de caprinos para leite, o suíno "light", que foi resultado de melhoramento realizado por produtor local que comercializa com

Tabela 8
Valor da Produção Agropecuária
Região Centro-Sul, Estado de São Paulo
1995-2002

Produto	Valor da Produção [1] (R$)				Variação (%)	
	1995	2000	2002	% de 2002	2002/1995	2002/2000
TOTAL	1.779.988.248	1.689.546.722	2.047.282.569	100	15	21
Produtos animai s	456.992.247	548.865.183	588.057.742	29	29	7
Grãos e fibras	180.580.521	271.932.755	480.731.679	23	166	77
Olerícolas	674.325.177	504.319.280	448.870.459	22	-33	-11
Frutas frescas	340.919.545	209.386.041	301.786.845	15	-11	44
Produtos para indústria	127.170.758	155.043.464	227.835.843	11	79	47
Produtos Selecionados						
Carne bovina	196.958.519	237.784.389	263.499.905	13	34	11
Milho	87.404.992	156.853.174	259.952.418	13	197	66
Carne de frango	98.312.648	163.382.325	191.207.720	9	94	17
Batata	140.132.517	146.528.788	163.820.077	8	17	12
Tomate de mesa	268.485.610	152.874.907	151.414.806	7	-44	-1
Feijão	78.620.148	90.264.341	149.446.738	7	90	66
Uva de mesa	135.606.652	84.189.127	119.455.009	6	-12	42
Laranja para indústria	28.042.654	25.256.019	109.335.880	5	290	333
Cana-de-açúcar	72.124.500	103.775.351	103.930.300	5	44	0
Laranja de mesa	22.310.179	17.722.827	59.755.513	3	168	237
Tangerina	63.248.189	34.505.268	51.361.804	3	-19	49
Soja	4.096.329	12.989.436	51.251.864	3	1151	295
Ovo	27.094.923	31.164.302	45.702.187	2	69	47
Leite C	55.098.162	60.237.674	41.323.920	2	-25	-31
Carne suína	60.930.830	42.751.376	38.046.950	2	-38	-11
Cebola	99.405.075	55.666.227	33.029.600	2	-67	-41
Repolho	15.842.539	32.389.603	32.850.804	2	107	1
Pêssego de mesa	45.345.980	28.174.243	25.023.949	1	-45	-11
Caqui		15.643.557	22.703.850	1		45
Cenoura	85.420.741	59.063.899	21.322.109	1	-75	-64
Café beneficiado	22.151.834	24.676.238	13.964.926	1	-37	-43
Abóbora	7.529.102	6.762.193	10.817.820	1	44	60

1 - Com preços médios estimados para dez.2002, em reais, corrigidos pelo IPCA.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA)

marca própria, a instalação de frigoríficos para aves para exportação e para abate de ovinos, porém sem perspectiva de expansão por ter demanda limitada.

A **mesoregião de Itapetininga** ficou conhecida como o "Ramal da Fome", com entorno pouco dinâmico e baixos Índices de Condições de Vida (ICVs), apesar da recente industrialização e da relativa proximidade da capital. Os empreendimentos na região são atraídos pelo sistema de rodovias que liga municípios paulistas aos do sul do país e do Mato Grosso, dentro da malha ferroviária do MERCOSUL.

Nesta mesoregião existe forte presença do cultivo de batata com alta tecnologia, em grande e média escala. A batata é consumida em todo o Brasil, incluindo comercialização direta com grandes redes de supermercado e indústrias de fora do Brasil, como a fábrica argentina da Chips. A expansão da produção está limitada pela forte concorrência pela terra e alguns bataticultores estão cultivando em Minas Gerais.

As principais áreas de reflorestamento do Estado encontram-se nessa região, onde se registra a presença da indústria madeireira, de papel e móveis. As médias e grandes propriedades utilizam mão-de-obra assalariada, contudo, segundo depoimentos, as condições de trabalho são precárias.

Como resposta à reestruturação dos laticínios que não passam mais nas "linhas", onde se concentram as pequenas unidades de produção de leite, foi criada a COPRIR (Cooperativa dos Pequenos Produtores Rurais de Itapetininga e Região) para realizar o processamento do leite desses pequenos produtores. Porém, essa cooperativa também está enfrentando problemas com a falta de pagamento dos clientes.

Os "calotes" e os preços reduzidos dificultam as várias experiências organizativas, como as das associações de horticultores, de viticultores, de ovinocultores e de caprinocultores, entre outras. Destaca-se que, em outras regiões, os "calotes" também dificultaram a organização de produtores para a comercialização.

A frustração de projetos participativos deve ser objeto de estudo, por exemplo, o projeto aprovado para a microbacia dessa região foi considerado um dos melhores do estado e, mesmo assim, não foi executado. Nesse sentido, a municipalização da assistência técnica foi avaliada negativamente, inclusive, nas várias regiões paulistas pesquisadas, pois tem contribuído muito para a descontinuidade dos projetos participativos. Isso ocorreu em programas federais cuja contratação de técnico passou pela prefeitura. Assim, o sistema de parcerias, como as realizadas com o SEBRAE, foi avaliado como mais promissor para estimular o desenvolvimento regional.

O turismo rural é explorado por empresários de São Paulo e para o público paulistano. Os pequenos produtores que investiram em "pesque pague" não obtiveram retorno econômico e, ainda, tiveram problemas devido à legislação ambiental.

Na área ambiental registrou-se avanço no controle da erosão com o plantio direto, mas o uso de agrotóxicos tem sido exacerbado e sem controle, especialmente no cultivo de batata e hortaliças. Esta foi a única sub-região onde os agentes declararam que os mananciais estão relativamente bem protegidos por matas ciliares.

A expansão da laranja mostra-se promissora porque a região tem sido preservada de pragas e doenças, como o cancro cítrico e a morte súbita, e seu clima e solo favorecem a acidez para o mix do suco, demandada pelos europeus.

A sub-região de Sorocaba apresenta-se mais como uma zona de transição, com a entrada da citricultura, mas aparece também a pe-

cuária, tanto de leite como de corte. Dentre as quatro áreas com reflorestamento no Estado, esta sub-região é uma das duas principais, ambas próximas a centros urbanos, com produção de celulose. Estão presentes as empresas de papel e celulose Ripasa, Suzano e Votorantin. A atividade de reflorestamento no Estado de São Paulo cresceu 127 mil hectares entre 2000 e 2002, segundo dados da CATI/IEA, demonstrando o vigor expansionista desse setor.

A proximidade da **Mesoregião Macrometropolitana** com a capital explica sua diferenciação. Alguns de seus municípios fazem parte do cinturão verde voltado para o mercado da Grande São Paulo.

Na região em torno de Jundiaí, situada na mesoregião Macrometropolitana entre Campinas e São Paulo, desenvolveu-se importante área de produção de uva de mesa, baseada na pequena propriedade com trabalho familiar, onde se destacam, ainda, a produção de figo e morango.

A proximidade de grandes centros urbanos e os condomínios fechados permitiu o desenvolvimento de atividades de turismo na região. Nos municípios situados no entorno da serra do Japi, a degustação e comercialização de frutas movimentam a economia local, com as festas da uva e do morango e os parques temáticos. Criou-se um pólo turístico na região chamado circuito das frutas. Nas propriedades rurais o agroturismo e turismo histórico (como propriedades produtoras de vinho artesanal com variedades plantadas pelos imigrantes italianos).

Porém, esse modelo de desenvolvimento trouxe grandes empreendimentos imobiliários que vêm expulsando a agricultura familiar da região, sem possibilidade de realocação, acabando por migrar para a periferia dos centros urbanos. Alguns meeiros têm se deslocado para a região de Jales, onde seus conhecimentos na produção de uvas podem ser aproveitados.

Na Serra do Japi ocorre o turismo ecológico e conservacionista. O agroturismo técnico traz estudantes, profissionais e produtores de outras regiões para os estabelecimentos rurais quando se discute sistemas de produção e tecnologias.

Por outro lado, a industrialização e a urbanização trouxeram problema grave com o lixo. São vários locais inadequados para o seu depósito. Na microbacia hidrográfica do Rio Jundiaí-Mirim, além do lixo, ocorre o manejo inadequado do solo e da água e, também, a mineração, levando ao assoreamento dos rios.

6. Região Oeste

Na região Oeste, juntamente com a região Centro-Oeste, situa-se parte significativa das grandes propriedades do Estado (Tabela 2), predominando a pecuária de corte[9]. Sua agricultura encontra-se menos capitalizada que a das regiões noroeste e nordeste, assim como os complexos agro-industriais e outras atividades industriais, são relativamente menos importante no produto local.

Nessa região, a pecuária ainda é extensiva, com baixa capacidade de articulação econômica e geração de empregos, com muitas áreas de cria e recria de gado transferindo-se para o Estado de Mato Grosso. A modernização dessa atividade está ocorrendo com a introdução do manejo intensivo a pasto, que libera áreas para outros cultivos.

A crescente integração entre agricultura e pecuária aumenta a receita de algumas propriedades. Algumas fazendas de gado de corte estão destinando área para o cultivo da soja, no verão, rotacionado com milho, sorgo ou trigo, no inverno, sem redução do rebanho. A presença da indústria esmagadora de soja na região, que produz ração, realimenta o sistema podendo estimular não apenas a produção de leite como a avicultura.

A pecuária de leite, comum nas pequenas unidades produtivas, inclusive nos assentamentos, tem baixa produtividade. Nesse sentido, o sistema de piquete preconizado pela EMBRAPA/CATI foi implantado em uma propriedade-modelo, dentro da primeira microbacia de Rancharia, para ser usada como demonstração para outros produtores.

As atividades que geram emprego são: a produção de leite e a produção de semente de braquiária, uma especialidade da mesorregião de Presidente Prudente com fornecimento de sementes para São Paulo e outros estados.

O produto animal respondeu por 57% do valor da produção agropecuária regional, em 1995, e por 54%, em 2002, uma queda relacionada ao menor crescimento relativo do valor da produção de leite C e ao forte crescimento do valor da produção da cana-de-açúcar, do milho e da soja. O valor da produção da cana-de-açúcar cresceu 90%, fazendo com que sua participação no valor da produção agropecuária regional saltasse de 17% para 25%, de 1995 a 2002 (Tabela 9). Isso configura uma tendência, uma vez que estão em andamento projetos de novas usinas para a região.

Mesmo com crescimento moderado da produção e do preço, de 1995 a 2002, a importância da produção de leite da região Oeste

9 - Localiza-se aí cerca de um terço do rebanho paulista.

no Estado cresceu, passando de 4% para 9% do valor da produção estadual do leite B e de 18% para 20% do leite C, ficando atrás apenas da região Noroeste, que respondeu por 38% do valor da produção do leite C, em 2002.

Tabela 9

Valor da Produção Agropecuária
Região Oeste, Estado de São Paulo
1995 – 2002

Produto	Valor da Produção [1] (R$)				Variação (%)	
	1995	2000	2002	% de 2002	2002/1995	2002/2000
Total	1.907.875.371	2.205.394.264	2.498.531.639	100	31	13
Produtos animais	1.086.767.638	1.262.815.076	1.346.866.771	54	24	7
Produtos para indústria	388.494.806	619.239.777	715.844.204	29	84	16
Grãos e fibras	194.086.729	165.805.106	268.792.014	11	38	62
Frutas frescas	172.647.548	118.067.303	129.611.650	5	-25	10
Olerícolas	65.878.649	39.467.002	37.417.000	1	-43	-5
Produtos selecionados						
Carne bovina	860.823.409	1.008.020.799	1.115.031.466	45	30	11
Cana-de-açúcar	324.621.656	536.496.286	616.623.210	25	90	15
Milho	74.209.932	84.430.715	117.865.061	5	59	40
Leite C	107.907.833	111.038.945	105.339.960	4	-2	-5
Ovo	89.517.892	115.613.282	100.607.044	4	12	-13
Soja	8.973.130	21.843.295	71.180.511	3	693	226
Feijão	24.687.047	22.226.480	46.364.240	2	88	109
Manga	26.378.685	34.898.633	34.629.016	1	31	-1
Laranja para indústria	8.651.911	4.543.337	34.068.532	1	294	650
Abacaxi	39.608.351	29.961.939	29.732.366	1	-25	-1
Café beneficiado	24.313.953	32.776.089	27.200.063	1	12	-17
Tomate para indústria	14.229.166	19.962.013	19.355.800	1	36	-3
Laranja de mesa	6.883.289	3.188.181	18.619.529	1	171	484
Amendoim em casca	8.480.306	19.249.575	18.191.647	1	115	-5
Batata-doce	34.415.416	17.311.628	15.252.502	1	-56	-12
Algodão em caroço	72.236.319	15.133.584	12.186.843	0	-83	-19
Melancia	27.473.385	14.553.392	12.135.000	0	-56	-17
Leite B	9.123.672	7.778.441	11.754.960	0	29	51

1 - Com preços médios estimados para dez.2002, em reais, corrigidos pelo IPCA.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA)

A região Oeste é formada pelas mesoregiões de Araçatuba e de Presidente Prudente, as quais participam com R$ 1,3 bilhão e R$ 1,2 bilhão, respectivamente, no valor da produção agropecuária regional. O valor da produção agropecuária da mesoregião de Araçatuba cresceu 25%, na segunda metade da década de 90, e da mesoregião de Presidente Prudente, 7%. Essas mesorregiões mantêm características semelhantes no que se refere à pecuária, mas se diferenciam bastante quando se observam os cultivos que mais cresceram no período recente.

O crescimento da cana na mesoregião de **Araçatuba** ocorreu com maior intensidade, no período recente. Entrevistados alertaram para o fato de que a concentração da produção em um produto como a cana causa severos impactos ambientais que deverão ser enfrentados no futuro. Nessa mesoregião destacou-se, ainda, o crescimento da produção de laranja e de soja.

Outra tendência apontada foi a introdução do cultivo de grãos com estrutura de comercialização e tecnologia similares às do Paraná, como o plantio direto, visível ao longo do limite entre os estados, partindo da região de Assis até o Pontal do Paranapanema.

Muitos enfatizaram essa ampliação da produção de grãos, o que de fato ocorreu, porém a área total ainda é pequena em relação à do estado. Na mesoregião de Presidente Prudente, a soja também se expandiu, entre 1995 e 2002, chegando ao mesmo patamar que na mesoregião de Araçatuba. A produção de milho dobrou no mesmo período, em Presidente Prudente, contudo, ainda corresponde a menos da metade do valor de Araçatuba.

Os entrevistados citaram condições favoráveis para essa expansão, como a grande disponibilidade de terras e as boas condições hídricas, além da construção do Terminal Hidroviário de Presidente Epitácio, no Rio Paraná que, além de facilitar o escoamento da produção, trará vantagens no recebimento de insumos, notadamente o calcário produzido na região de Sorocaba.

Informações veiculadas na imprensa[10] sobre a intenção de instalar granjas de aves e de suínos na região, o que viria corroborar uma mudança no perfil dessa região, não foram confirmadas pelos dados de valor da produção, uma vez que alguns projetos deste tipo fracassaram.

Outro impulsionador da conversão do uso do solo para grãos, além do uso da soja para reforma dos pastos, é o programa de parcerias e arrendamentos de terras, que contou com o apoio da CATI regional. Só na região de Venceslau, foram negociados cerca de 45 mil hectares de terras para o plantio da soja em 2002.

Para alguns entrevistados, os esforços para incentivar a bolsa de arrendamento e parcerias, dentro do projeto de expansão da soja ligado ao eixo rodoferroviário do Mercosul, foram uma resposta ao acirramento dos conflitos agrários na região e, portanto, um projeto que disputa o modelo de desenvolvimento que vingará na região, gerando maior pressão, ainda, pela terra.

O plantio direto na palha obteve excelentes resultados nas áreas de grãos e foi incentivado visando à necessidade de conservação do solo. A implantação de microbacias também contribuiu para essa consciência.

O outro modelo de desenvolvimento para a região é o da ampliação da pequena propriedade. Os projetos de agricultura familiar já desenvolvidos nos assentamentos existentes, notadamente no

10 - PRODUÇÃO, 2003

Pontal do Paranapanema, mostram-se promissores no que se refere à dinâmica econômica regional-local, uma vez que possibilitam uma ativação do comércio, dos serviços e pequenos negócios, como, por exemplo, as pequenas indústrias.

Na **mesoregião de Presidente Prudente** as autuações, acordos e prazos estabelecidos pela promotoria local estimularam a recomposição de matas ciliares. Em alguns projetos, as madeireiras forneceram mudas, dado o esgotamento de madeira nativa na região.

Existe um projeto de recomposição de corredores florestais com manejos agroflorestais na mesoregião de Presidente Prudente, através da parceria entre a Escola Técnica de Rancharia, que produziria as mudas, e a ESALQ, no sentido de apoiar projetos voltados para a diversidade e os corredores florestais envolvendo os alunos dos assentamentos vizinhos que freqüentam a escola em regime de alternância.

Por outro lado, o problema do destino das embalagens de agrotóxicos não está resolvido com a legislação vigente, pois as firmas não as recolhem.

A falta de atrativos naturais e a distância da capital não viabilizam o turismo rural. Houve treinamento para o processamento de lã, embutidos, doces e compotas, mas não foram resolvidas as questões da baixa remuneração e da dificuldade de obtenção do alvará de inspeção municipal, especialmente para produtos de origem animal.

7. Região do Vale do Paraíba

O Vale do Paraíba tem como bagagem histórica ter sido a primeira Região do Estado de São Paulo a explorar a cafeicultura de grande porte. Com a decadência da cultura, a exploração da pecuária leiteira foi incentivada, devido às restrições do relevo com altas declividades de suas terras, tendo sido a mais importante bacia leiteira do estado até os anos 70. Com a emergência de outras bacias leiteiras, a especialização no gado semi-confinado ou confinado, para a produção de leite, foi a alternativa tecnológica experimentada na região, também encontrando concorrência acirrada com outras regiões que produziam em sistemas menos onerosos. Recentemente, manteve-se como importante produtora de leite, mas, proporcionalmente, sem a mesma envergadura.

No que tange à produção leiteira, caracteriza-se basicamente por pequenos produtores que, tradicionalmente, estão ligados ao sis-

tema cooperativo da região.

A pecuária leiteira, apesar das dificuldades inerentes ao processo produtivo, encontra relativa estabilidade, uma vez que o produtor consegue, através dela, uma remuneração mensal que funciona como um salário. Por outro lado, uma das restrições à ampliação da produção deve-se à má distribuição de renda que impede o maior consumo de leite e de seus derivados no país. Outro fator que restringe a expansão da produção é a distribuição de lucros na cadeia produtiva do leite, em especial entre os produtores e os lacticínios. Entretanto, essa integração facilitou o acesso a financiamentos para a aquisição de tanques de resfriamento do leite, o que ainda é pouco para conter a permanência do leite *informal* (leite *in natura* vendido pelo produtor, sem passar por inspeção sanitária).

A pecuária de corte vem substituindo parte da produção leiteira, juntas respondem por quase 70% do valor da produção agropecuária do Vale do Paraíba (tabela 10).

A assistência técnica agropecuária na região é fornecida pelo Estado através da CATI, e tem um papel importante o trabalho que é desenvolvido através das Cooperativas de produtores de leite. Um dos entrevistados ligados a assistência técnica pública discorreu sobre um projeto que está sendo desenvolvido pela EMBRAPA em parceria com outros órgãos, e que aplica tecnologia de baixo custo adaptada aos produtores de leite, pequenos e descapitalizados, tendo como resultado a melhoria dos rebanhos e o aumento da produção das unidades em até quatro vezes. Esse projeto tem várias unidades modelos implantadas em vários municípios da região, desde 2001.

Existem outras atividades agropecuárias que assumem relativa importância, como o arroz, principalmente no sistema irrigado, a banana e o feijão preto, cujo destino é o de abastecer o Rio de Janeiro. Outras atividades agropecuárias na região apresentam menor expressão econômica, algumas com queda na importância relativa como a carne de frango, a alface e o limão. A fruticultura sempre foi apontada como uma alternativa viável na região, mas a sua participação no valor da produção caiu de 10,3%, em 1995, para 6,7%, em 2002 (Tabela 10).

As olerícolas e as flores são exploradas nos municípios mais próximos à região metropolitana de São Paulo. Jacareí desponta como o segundo pólo produtor de flores no estado de São Paulo, predominando propriedades de descendentes de japoneses, com média e grande escala. Emprega-se alta tecnologia e algumas técnicas são desenvolvidas pelos próprios produtores. Principalmente no caso das orquídeas, as técnicas não são repassadas.

Tabela 10
Valor da Produção e Participação por Produto
Vale do Paraíba, Estado de São Paulo
1995, 2000 e 2002

Produto	Valor da Produção [1] (R$)			Participação Percentual		
	1995	2000	2002	1995	2000	2002
TOTAL	277.223.262,7	237.766.484,5	254.960.954,8	100	100	100
Frutas frescas	28.556.298,5	19.915.310,3	17.142.668,7	10,3	8,4	6,7
Olerícolas	20.139.160,2	17.356.010,4	13.043.242,4	7,3	7,3	5,1
Grãos e fibras	30.499.379,7	28.389.561,9	34.752.695,8	11	11,9	13,6
Produtos animais	191.975.021,2	166.281.061,9	184.293.876,6	69,2	69,9	72,3
Produtos para indústria	6.053.403,2	5.824.540,0	5.728.471,3	2,2	2,4	2,2
Produtos Selecionados						
TOTAL DE LEITE	105.479.109,3	69.370.717,4	90.921.595,7	38	29,2	35,7
Leite C	40.281.095,8	41.678.958,2	55.239.455,7	14,5	17,5	21,7
Leite B	65.198.013,5	27.691.759,2	35.682.140,0	23,5	11,6	14
Carne bovina	50.949.674,0	87.846.079,7	86.817.952,8	18,4	36,9	34,1
Arroz em casca	17.693.529,0	15.532.081,2	17.238.408,8	6,4	6,5	6,8
Banana	13.416.712,8	12.064.757,0	9.294.603,4	4,8	5,1	3,6
Feijão	4.961.126,9	5.040.397,2	9.223.837,3	1,8	2,1	3,6
Milho	7.834.240,7	7.809.120,0	8.264.286,8	2,8	3,3	3,2
Tomate de mesa	7.068.276,1	10.419.061,6	8.010.168,4	2,5	4,4	3,1
Carne suína	1.499.108,4	5.059.717,7	4.395.077,8	0,5	2,1	1,7
Tangerina	4.737.585,6	2.197.522,7	2.616.937,8	1,7	0,9	1
Laranja para indústria	958.034,1	781.306,5	2.305.372,2	0,3	0,3	0,9
Cana-de-açúcar	1.877.114,7	2.163.030,3	2.099.456,0	0,7	0,9	0,8
Caqui	0,0	972.028,2	2.094.690,0		0,4	0,8
Ovo	3.237.528,9	3.917.043,8	2.090.500,3	1,2	1,6	0,8
Mandioca para mesa	3.950.763,1	1.725.926,2	1.363.457,4	1,4	0,7	0,5
Laranja de mesa	762.192,9	548.263,8	1.259.958,7	0,3	0,2	0,5
Café beneficiado	2.773.782,0	2.149.236,6	1.065.881,9	1	0,9	0,4
Manga	3.066.984,7	2.572.392,1	773.858,8	1,1	1,1	0,3
Alface	3.899.133,5	1.395.205,2	749.540,3	1,4	0,6	0,3
Abobrinha	559.341,8	658.812,5	646.272,0	0,2	0,3	0,3
Pimentão	1.178.213,0	472.183,8	540.925,2	0,4	0,2	0,2
Batata	2.062.730,9	323.516,7	490.910,4	0,7	0,1	0,2
Abóbora	348.355,5	883.585,0	389.610,0	0,1	0,4	0,2
Maracujá	481.261,7	470.306,1	366.882,8	0,2	0,2	0,1
Limão	4.328.415,7	666.674,1	313.745,2	1,6	0,3	0,1
Repolho	94.186,0	262.948,4	298.279,9	0	0,1	0,1
Pêssego de mesa	1.169.294,7	344.729,0	241.041,1	0,4	0,1	0,1
Mandioca para indústria	309.313,6	692.259,1	226.096,3	0,1	0,3	0,1
Beterraba	117.608,3	642.876,5	207.369,1	0	0,3	0,1
Batata-doce	598.173,9	384.667,4	203.344,6	0,2	0,2	0,1
Cebola	154.315,4	11.217,5	84.800,0	0,1	0	0
Carne de frango	30.809.600,6	87.503,3	68.750,0	11,1	0	0
Cenoura	108.062,6	176.009,7	58.565,3	0	0,1	0
Goiaba de mesa	224.739,5	23.479,4	57.145,0	0,1	0	0
Uva de mesa	84.254,8	33.054,8	53.331,0	0	0	0
Melancia	37.864,7	7.995,9	50.000,0	0	0	0
Soja	3.742,0	7.963,5	26.163,0	0	0	0
Borracha	31.412,8	18.529,7	18.705,0	0	0	0
Abacate	246.245,6	13.855,8	18.126,3	0,1	0	0
Goiaba para indústria	19.413,5	14.833,0	12.960,0	0	0	0
Abacaxi	746,0	251,4	2.348,7	0	0	0
Amendoim em casca	71.578,3	5.344,6	0,0	0	0	0
Sorgo	6.740,9	0,0	0,0	0	0	0
Tomate para indústria	12.754,4	0,0	0,0	0	0	0

1 - Com preços médios estimados para dez.2002, em reais, corrigidos pelo IPCA.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA)

Na produção de flores e de hortaliças, além da atuação da CATI, há muitos profissionais, inclusive filhos de produtores formados em agronomia e que desenvolvem trabalho de assistência técnica. Inclusive, na área ambiental é uma região com carência de especialista em oferecer assistência para as propriedades agrícolas.

A Escola Técnica Agrícola da região também desenvolve papel na área de assistência técnica, na medida em que responde às diversas demandas de produtores e moradores que a procuram.

Quanto às políticas locais para a agricultura, a Prefeitura

Municipal de Jacareí, tem atuado de formas diversas. Com relação à floricultura, por exemplo, por dois anos consecutivos realizou a Feira das Flores, no mês de setembro, visando estimular e valorizar a atividade.

Para facilitar o desenvolvimento agrícola, a prefeitura municipal de Jacareí firmou convênio para transporte de calcário com uma empresa fornecedora barateando o preço em 35%, criou a patrulha agrícola (só recebe a preparação do solo, o produtor que colocar calcário no solo), o "programa de agricultura itinerante" (levantamento de demandas nos bairros rurais) que originou o orçamento participativo com a representação de delegados das áreas rurais e a montagem de um quiosque do produtor (no mercado municipal). Há, ainda, o Consórcio Três Rios para utilização de máquinas para conservação de estradas com a participação dos municípios de Jacareí, Santa Branca, Igaratá, Jambeiro, Paraibuna e Salesópolis.

A prefeitura de Jacareí firmou ainda um convênio com a PROVE para construção de unidade móvel de agroindústria de pequeno porte que deverá funcionar em locais alternados a cada ano, servindo para treinamento e difusão das atividades agroindustriais para os produtores, além de apoiar juntamente com os outros órgãos, a escola e a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Jacareí.

O Vale do Paraíba e a mesoregião de Itapetininga são as regiões de maior expressão para o reflorestamento e produção de celulose do Estado de São Paulo. Estão presentes os seguintes grupos empresariais do setor de papel e celulose: a Nobrecel, a Suzano e a Votorantin.

O reflorestamento e as áreas de preservação são importantes na região e, com a ampliação das instalações da Votorantim Celulose e Papel (VPC), localizada em Jacareí, tem havido compra de áreas para plantio de eucalipto. Essa empresa se comprometeu em recompor as áreas de preservação permanente, tendo instalado viveiro de produção de mudas nativas, com estufas e venda de mudas. Há outros viveiros de plantas nativas na região, inclusive com uso de tecnologia avançada.

Além da importação de máquinas e tecnologias, o setor de papel e celulose tem investido no desenvolvimento de tecnologia de forma integrada entre as empresas e instituições de pesquisa. A origem desse tipo de atuação deu-se na década de 80, quando havia incentivo fiscal para o plantio e a parcela de gastos em pesquisa podia ser abatida do Imposto de Renda.

As empresas desenvolvem pesquisas e variedades adaptadas a cada região (plantam eucalipto 100% clonal e selecionado por região). Além do melhoramento genético, realizam adaptações de

máquinas e de produtos, sistema de controle de pragas e conservação ambiental. Por exemplo, na VCP Florestal existe, há 15 anos, uma Gerência de Pesquisa que utiliza, além de equipe própria, a consultoria de universidades.

O papel da legislação e da fiscalização na área ambiental fez a diferença para as transformações nas práticas da empresa. Há 5 anos, foi criada uma Gerência de Meio Ambiente visando melhorar a aplicação da legislação ambiental e a sua relação com o Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais (DEPRN). A Cetesb, apesar de atuar prioritariamente junto a indústrias, teve atuação nas áreas de reflorestamento.

Além de plantar em terras próprias, as empresas de reflorestamento utilizam o arrendamento de terras de terceiros, por 14 anos, no mínimo. Outra política de expansão da área plantada é o fomento florestal, com o cadastramento de produtores que recebem mudas e assistência técnica e ficam liberados para vender madeira para quem quiserem. De uns anos para cá, criou-se uma nova modalidade de relacionamento entre a indústria e o produtor florestal, na qual a empresa financia a produção, repassando recursos do BNDES, vinculando o contrato à venda da madeira. No Vale do Paraíba, em que pese o avanço da atividade de reflorestamento na região, o valor da terra para arrendamento continua referenciado no preço de 1 a 3 litros de leite/ha/dia.

Como nos demais produtos agropecuários, exporta-se o produto em fases iniciais de processamento, isto é, a celulose. Já o papel é destinado ao mercado interno. Ocorre que nas indústrias dos EUA e da União Européia, existe capacidade ociosa, pois não está havendo plantio, mas há demanda por celulose, especialmente a destinada a papéis especiais (*soft*, lenços), cujo processo produtivo é mais poluente. No que tange às perspectivas de mercado, o crescimento do consumo de papel segue o da economia como um todo.

Mais próximo à capital, as cidades de São José dos Campos e Jacareí transformaram a paisagem bucólica da região, dominada atualmente pela grandiosidade do parque industrial instalado, formando quase que um corredor de grandes fábricas ao longo da Rodovia Presidente Dutra. Os setores que dominam são os da indústria automobilística, de química fina e o pólo de alta tecnologia da produção de aviões.

Nos municípios próximos ao eixo industrial, registram-se muitas pequenas propriedades compradas para lazer por pessoas oriundas do meio rural que foram trabalhar nas indústrias e de idosos que somente conseguem a subsistência. Com o desemprego ger-

ado pela crise e pelo desenvolvimento tecnológico, tem-se procurado viabilidade econômica nestas propriedades

Os municípios chamados de cidades históricas, que ficam na fronteira com o Rio de Janeiro, possuem grande beleza natural com atrativos turísticos ligados a antigas fazendas transformadas em hotéis. Também, ligadas ao turismo estão as cidades do litoral norte, famosas pela paisagem formada de inúmeras pequenas praias. Já para o lado da Serra da Mantiqueira, o tipo de turismo explorado é o de montanha, tendo Campos do Jordão como o exemplo típico.

Na região há grande produção artesanal na área rural que é comercializada em feiras de artesanato nos municípios. Foram citadas várias atividades de indústrias rurais na região, desde olarias até a produção de aguardente e rapadura.

O Vale do Paraíba é considerado um forte pólo turístico pelos entrevistados que citaram o litoral, as áreas de serra (inclui ecoturismo), as cidades históricas como Arapeí, Bananal, Areias, São José do Barreiro, Lavrinhas, Silveiras, Cunha, São Luís do Paraitinga, Redenção da Serra e Natividade da Serra, além do turismo rural, que está crescendo na região e se instala em propriedades acima de 20 ou 50 alqueires, sendo que o público alvo dessa atividade é a população da grande São Paulo. Com intenção de estimular um público regional em Jacareí foi fundada uma Associação para o Desenvolvimento do Turismo.

As festas religiosas estão sendo mapeadas para divulgação por parte de administrações municipais e o SENAR tem oferecido cursos estimulando e treinando pessoas para trabalhar com turismo. Vários entrevistados apontaram o turismo rural e regional como uma boa alternativa de geração de emprego.

Além do litoral e das cidades históricas do Vale do Paraíba, há na região três represas, que permitem a exploração turística como atividade econômica. São as represas Jaguarí, Santa Branca e Paraibuna, onde já estão instaladas chácaras de lazer e são desenvolvidas atividades de pesca.

8. Região Litoral-Sul

Também conhecida como Vale do Ribeira, possui pouca expressão econômica, inclusive nas atividades agropecuárias, destacando-se a produção de bananas e algumas outras frutíferas,

11 - Encontram-se, também no litoral sul de São Paulo, a presença da pecuária leiteira e o cultivo de arroz irrigado que, apesar de destacar-se em alguns municípios, é pouco expressiva na região como um todo.

além do turismo ecológico em potencial[11]. Seu produto mais tradicional - a banana - não está conseguindo firmar-se no mercado nacional e internacional, não estando presente nas exportações brasileiras porque o embarque do pequeno volume que se destina aos países do Mercosul se dá pelos portos do Paraná e de Santa Catarina. A banana contribuiu com 78% do valor da produção em 2002, apesar do valor da produção ter caído 50% entre 1995 e 2002 (Tabela 11).

Há tentativas de diversificação da produção em Cananéia e Iguape, como por exemplo as iniciativas para a produção de plantas medicinais, de ostras e de tainha. Outro potencial está na produção orgânica que poderia transformar as restrições ambientais em vantagens comparativas.

Nessa região, a questão ambiental é extremamente relevante, por sediar o último resquício de Mata Atlântica do Estado. A tabela 12 mostra a importância da área ocupada com mata natural. Restrições ambientais aliadas à dificuldade do sistema viário obstaram o desenvolvimento econômico nos moldes tradicionais, levando a região aos menores índices de desenvolvimento humano (IDH) do Estado.

Segundo a Associação de Agricultura Orgânica (AAO), no Vale do Ribeira a conversão de pequenos produtores tradicionais para a produção orgânica é principalmente uma questão de estudo do sistema vigente e sua adaptação ao mercado, diferente do restante do Estado, onde é necessário um período de três anos para a conversão das áreas de produção ao novo sistema. Como exemplo, tem-se a adesão de produtores de banana que já se encontravam adaptados para a obtenção de certificação, da AAO, da fruta *in natura* e com algum nível de processamento.

Mais do que a falta de transferência de tecnologia à produção local, destaca-se a inadequação da tecnologia convencional para a região, que tem grande potencial para desenvolver-se num modelo de tecnologia apropriada ao tamanho da propriedade e que seja sustentável social e ambientalmente. São aproximadamente 20 mil famílias na agricultura familiar, com um sistema próprio de produção. Existem moradores que não usam produtos químicos, ao contrário, utilizam técnicas tradicionais de agroflorestas, explorando a área de forma a manter e preservar o local. Assim, alguns entrevistados sugerem que se invista na exploração sustentável, orientada pelas leis ambientais e não pelas de mercado.

Porém, essa idéia deve ser fortalecida uma vez que os moradores enfrentam a possibilidade de expulsão da terra, pois sendo pressionados a entrar no mercado, fatalmente irão causar a poluição das

Tabela 11
Valor da Produção Agropecuária
Região Litoral -Sul, Estado de São Paulo
1995-2002

Produto	Valor da Produção [1] (R$)				Variação (%)	
	1995	2000	2002	% de 2002	2002/1995	2002/2000
TOTAL	488.580.614	298.267.471	251.732.637	100	-48	-16
Frutas frescas	458.598.124	266.996.556	219.859.414	87	-52	-18
Produtos animais	22.435.076	24.277.948	28.461.684	11	27	17
Grãos e fibras	1.790.739	2.388.804	1.487.306	1	-17	-38
Olerícolas	3.539.068	3.502.294	1.403.044	1	-60	-60
Produtos para indústria	2.217.608	1.101.868	521.189	0	-76	-53
Produtos Selecionados						
Banana	392.263.934	238.628.995	196.066.610	78	-50	-18
Carne bovina	18.655.834	21.025.308	23.365.597	9	25	11
Tangerina	31.439.682	13.695.630	15.564.101	6	-50	14
Maracujá	32.209.465	13.854.789	7.618.202	3	-76	-45
Leite C	2.579.119	1.695.415	3.262.380	1	26	92
Carne suína	742.715	1.293.665	962.745	0	30	-26
Mandioca para mesa	2.014.676	2.066.578	833.961	0	-59	-60
Leite B	29.229	112.291	768.000	0	2528	584
Goiaba de mesa	1.610.380	642.242	572.770	0	-64	-11
Feijão	549.904	513.442	548.469	0	0	7
Arroz em casca	808.633	1.384.142	529.923	0	-34	-62

1 - Com preços médios estimados para dez.2002, em reais, corrigidos pelo IPCA.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA)

águas e a devastação da mata, o que provoca um conflito de identidade entre uma atividade mais preocupada com o meio ambiente ou a produção para o mercado. Esta última opção torna-se ainda mais difícil, porque existem poucas estradas, deficiência em serviços de saneamento básico, escolas e saúde.

A legislação é rigorosa para as comunidades tradicionais, não permitindo a permanência de moradores em Unidades de Conservação. Apesar desse rigor, existem problemas com a pulverização feita por aviões, poluição de nascentes e rios e a devastação de áreas.

Tabela 12
Área Cultivada e Participação dos
Principais Produtos, Vale do Ribeira
2002

Produtos	Vale do Ribeira	
	ha	%
Banana	28.525	2
Chá	2.050	0
Milho	2.294	0
Arroz	1.450	0
Olerícolas	4965	0
Reflorestamento	23.576	2
Mata natural	968.539	79
Frutas	3.223	0
Pastagens	192.937	16
Outros	2.668	0
Total	**1.230.227**	**100**

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati)

O cultivo do chá, que está em declínio em todo estado, é um dos responsáveis por tais problemas, pois 90% da área estadual estão na mesoregião do Litoral Sul, onde enfrenta problemas com a legislação devido às restrições para a poda.

A região foi objeto de inúmeros planos e projetos de desenvolvimento elaborados por vários governos estaduais, com pouco resultado efetivo. Avalia-se que se despende muito recurso em diagnósticos e ressente-se de ações efetivas. Os inúmeros projetos de desenvolvimento são desarticulados e iniciam-se do zero, desconsiderando trabalhos anteriores. Uma avaliação sobre a atuação das prefeituras de modo geral, refere-se à predominância de uma visão unidirecional de desenvolvimento onde a industrialização é vista como único caminho para o desenvolvimento, desconsiderando especificidades locais.

9. Região Metropolitana de São Paulo

A mesoregião Metropolitana de São Paulo, com alto grau de industrialização, tem participação marginal na agropecuária paulista (Tabela 13), exceto em algumas hortícolas e na pequena participação de frutas, integrada ao Ceasa e Ceagesp (Tabela 14).

Foram descritos problemas sérios na comercialização, extremamente concentrada em poucos intermediários, parte dos quais tem expandido sua atuação para a região Centro-Sul e, ainda, relacionados com a comercialização de insumos ilícitos, especialmente voltados para o cultivo do tomate.

Na área do cinturão verde de São Paulo, está concentrada a produção de verduras orgânicas do Estado. A produção localiza-se no entorno de Ibiúna, Cotia, Itapevi, São Roque, Caucaia e Atibaia (situados nas mesorregiões Metropolitana e Macrometropolitana de São Paulo). São pequenos produtores que utilizam mão-de-obra familiar e comercializam com intermediários.

Tabela 13
Valor da Produção Agropecuária
Região Metropolitana de São Paulo, Estado de São Paulo
1995-2002

Produto	Valor da Produção [1] (R$)			% de 2002	Variação (%)	
	1995	2000	2002		2002/1995	2002/2000
TOTAL	213.530.572	232.326.679	245.242.425	100	15	6
Olerícolas	122.480.457	107.269.304	103.221.302	42	-16	-4
Produtos animais	50.995.495	82.925.188	89.555.147	37	76	8
Frutas frescas	35.602.653	39.090.939	48.705.957	20	37	25
Grãos e fibras	3.286.441	2.610.052	2.290.551	1	-30	-12
Produtos para indústria	1.165.524	431.194	1.469.468	1	26	241
Produtos Selecionados						
Ovo	40.693.657	55.008.304	50.872.565	21	25	-8
Caqui		29.836.401	37.677.315	15		26
Alface	23.045.297	23.692.744	22.418.648	9	-3	-5
Cenoura	31.563.825	17.890.987	18.499.097	8	-41	3
Tomate de mesa	11.460.512	16.732.468	17.250.706	7	51	3
Repolho	10.379.303	13.337.462	16.682.332	7	61	25
Carne suína	1.123.554	2.258.169	15.184.349	6	1251	572
Leite C	1.838.847	9.354.079	11.300.190	5	515	21
Beterraba	9.927.891	10.821.603	11.273.615	5	14	4
Batata	23.716.207	14.276.171	7.079.225	3	-70	-50
Pimentão	4.203.158	3.637.315	6.186.080	3	47	70
Tangerina	12.456.385	3.064.897	5.625.635	2	-55	84
Carne bovina	3.460.330	5.358.777	5.399.835	2	56	1
Carne de frango	1.830.426	2.147.556	3.638.208	1	99	69
Leite B	2.048.681	8.798.304	3.160.000	1	54	-64
Feijão	2.007.988	1.331.422	1.518.990	1	-24	14
Mandioca para mesa	3.666.633	2.135.816	1.473.897	1	-60	-31
Pêssego de mesa	4.869.768	1.610.051	1.471.798	1	-70	-9
Abobrinha	2.197.631	1.880.538	1.293.928	1	-41	-31
Laranja para indústria	480.095	213.480	1.280.698	1	167	500
Banana	5.478.038	2.267.427	1.253.291	1	-77	-45

1 - Com preços médios estimados para dez.2002, em reais, corrigidos pelo IPCA.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA)

Tabela 14
Valor da Produção e Participação no Total do Estado de São Paulo, segundo Produtos Selecionados
Região Metropolitana de São Paulo
1995-2002

Macro	Valor da Produção [1] (R$)			Participação Percentual		
	1995	2000	2002	1995	2000	2002
Região Metropolitana SP						
Abobrinha	2.197.631	1.880.538	1.293.928	16	11	10
Alface	23.045.297	23.692.744	22.418.648	49	53	58
Beterraba	9.927.891	10.821.603	11.273.615	35	33	43
Caqui		29.836.401	37.677.315		60	55
Carne suína	1.123.554	2.258.169	15.184.349	0	1	6
Cenoura	31.563.825	17.890.987	18.499.097	22	21	36
Ovo	40.693.657	55.008.304	50.872.565	10	10	8
Pêssego de mesa	4.869.768	1.610.051	1.471.798	6	4	4
Pimentão	4.203.158	3.637.315	6.186.080	14	19	19
Repolho	10.379.303	13.337.462	16.682.332	34	26	29
Tomate de mesa	11.460.512	16.732.468	17.250.706	3	5	5

1 - Com preços médios estimados para dez.2002, em reais, corrigidos pelo IPCA.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA)

CAPÍTULO 2

DINÂMICAS SETORIAIS

O Estado de São Paulo concentra o maior parque industrial da América Latina e a maioria das inversões industriais, inclusive do período recente. Além da forte preponderância industrial, São Paulo também apresenta a agricultura mais diversificada e moderna do país e o maior mercado consumidor de produtos agrícolas, tanto nacionais quanto importados.

A diversificação da agricultura paulista deveu-se em grande medida, em um primeiro momento, a dois fatores: um endógeno, vinculado à expansão de áreas agricultáveis com o conseqüente parcelamento das antigas áreas ligadas à cafeicultura; e, outro exógeno, pela retração das importações em função dos dois conflitos mundiais de 1914/19 e 1939/45, o que, por sua vez, ampliou a produção interna de vários itens alimentares (TARTAGLIA; OLIVEIRA, 1988). Aliado à diversificação agrícola, o incremento tecnológico como instrumento de política pública, altamente difundido nos anos 70, foi fundamental e decisivo para transformar a agricultura paulista na mais moderna do país. Esse padrão persistiu durante toda a década de 80[12], cumprindo o papel de geração de superávits comerciais para fazer frente aos serviços da dívida externa.

Entretanto, os anos 90 foram marcados pela intensificação do processo de globalização e de reestruturação produtiva e por profundas alterações nas formas anteriores de competição no mercado interno e internacional, dados os caminhos que tomaram as negociações internacionais e a nova postura governamental, baseada no ideário da não intervenção estatal.

A partir de 1990, o Brasil adotou uma política de abertura comercial às importações e, em 1991, juntamente com a Argentina, o Paraguai e o Uruguai, constituíram o Mercosul. O setor agrícola nacional ficou mais sujeito à competição da produção agrícola de outros países, que atingiu especialmente produtos como algodão, trigo, cebola, pecuária leiteira, entre outras. Diferentemente do que ocorreu na maior parte dos países, especialmente nos desenvolvidos, a agricultura brasileira e a paulista não contou com uma política pública sistemática de amparo às suas produção e renda.

12 - Entretanto, ao lado de um expressivo segmento moderno, responsável por uma parcela significativa da produção de lavouras comerciais, ainda persiste uma agropecuária tradicional e de baixo padrão tecnológico.

Além disso, as exportações agrícolas brasileiras são afetadas pelo protecionismo dos países desenvolvidos. O açúcar produzido em São Paulo, por exemplo, tinha dificuldade de entrar no mercado europeu, onde se prioriza o consumo do açúcar de beterraba, que é mais caro, mas produzido localmente, ou aquele proveniente de ex-colônias que possuem salvaguardas comerciais. Ao ser derrubada esta barreira, provavelmente aumentará a área de cana. De forma semelhante, o suco de laranja encontra fortes barreiras tarifárias quando exportado para os EUA. Recentemente, a abertura em alguns países como a China e o interesse dos países desenvolvidos em privilegiar o setor de serviços e indústrias menos poluentes abrem algumas perspectivas para a exportação de *commodities*.

O Sul e o Centro-Oeste do Brasil tendem a se especializar no cultivo de cereais e oleaginosas, como o milho, soja, arroz e algodão. O café, que já foi uma cultura essencialmente paulista, hoje tem Minas Gerais como o maior estado produtor e a Bahia com um grande crescimento na área plantada.

A diversificação de sua agricultura não impede que São Paulo responda pela quase totalidade da produção de laranja, assim como da exportação do suco. A sua área produtora de laranja segue os eixos rodoviários rumo ao nordeste e noroeste paulista, via Anhangüera e Washington Luiz, respectivamente. O maior percentual da área de cana-de-açúcar também se encontra em São Paulo e sua rotação com o amendoim faz desse Estado seu maior produtor (Tabela 15). Também participa com mais de 50% do valor da produção nacional de abacate, chá-da-Índia, limão e de resinas (Tabela 16) e é o estado líder no valor da produção de banana, borracha, figo, goiaba, manga, cebola, melancia, tangerina, tomate e ovos de galinha (TSUNECHIRO, 2000). Acrescente-se, ainda, a liderança de São Paulo na floricultura altamente tecnificada, situada na região nordeste do Estado.

Tabela 15
Participação do Estado de São Paulo na Área Colhida e na Produção do Brasil
2000

Produto	Área colhida(ha)			Produção obtida(t)		
	São Paulo (a)	Brasil (b)	(a)/(b) %	São Paulo (c)	Brasil (d)	(c)/(d) %
Abacaxi	2.175	55.771	4	37.260	1.348.702	3
Algodão	65.770	808.684	8	148.230	1.914.959	8
Alho	190	12.824	1	900	78.254	1
Amendoim	85.100	102.714	83	159.700	184.518	87
Arroz	61.900	3.671.063	2	113.600	11.144.123	1
Banana	52.520	520.459	10	65.152	630.149	10
Batata-inglesa	17.655	151.678	12	411.890	2.608.173	16
Café (em coco)	210.000	2.274.300	9	420.780	3.650.331	12
Cana-de-açúcar	2.417.000	4.786.995	50	180.621.780	317.601.477	57
Cebola	10.808	65.706	16	280.767	1.136.505	25
Feijão (em Grão)	186.790	4.302.235	4	215.860	3.005.591	7
Fumo (em folha)	132	321.221	0	65	595.230	0
Laranja	620.000	861.626	72	91.448.750	108.552.006	84
Maça	363	30.041	1	27.560	5.800.627	0
Mamona	2.840	198.215	1	4.150	114.829	4
Mandioca	32.300	1.712.337	2	740.040	23.203.442	3
Milho (em Grão)	1.086.180	11.614.394	9	2.820.170	31.717.126	9
Soja	534.510	13.618.131	4	1.189.420	32.679.270	4
Sorgo granífero	51.340	495.827	10	83.340	778.370	11
Tomate	12.450	57.568	22	740.720	3.072.788	24
Trigo	14.012	1.065.155	1	26.550	1.669.839	2
Uva	11.553	59.700	19	201.630	978.578	21

Fonte: LSPA. Anuário Estatístico do Brasil – 2000

Tabela 16
Valor da Produção Agropecuária, São Paulo e Brasil
1998

(valores correntes)

Produtos	São Paulo	Brasil	%
Abacate	26.972,00	52.360,00	52
Banana	197.078,00	1.021.395,00	19
Borracha (látex coagulado)	36.710,00	79.203,00	46
Caqui	13.857,00	48.454,00	29
Chá-da-índia (folha verde)	3.249,00	3.625,00	90
Figo	6.533,00	16.064,00	41
Goiaba	36.472,00	74.153,00	49
Laranja	953.592,00	1.544.496,00	62
Limão	111.728,00	160.131,00	70
Manga	59.778,00	159.197,00	38
Tangerina	102.030,00	233.626,00	44
Amendoim (em casca)	58.618,00	70.245,00	83
Cana de açúcar	3.003.829,00	6.060.685,00	50
Cebola	89.212,00	259.176,00	34
Melancia	32.108,00	161.576,00	20
Tomate	251.050,00	916.498,00	27
Madeira para papel e celulose	104.455,00	509.786,00	20
Resina	9.639,00	11.282,00	85
Ovos de galinha	393.863,00	1.523.281,00	26
Ovos de codorna	6.429,00	23.381,00	28

Fonte: Tsunechiro, 2000 (dados IBGE, CNA e FNP).

Apenas a cana-de-açúcar, a carne bovina e a laranja respondem por 60% do valor da produção agropecuária do Estado, que em 2002 foi de R$ 21 bilhões, segundo cálculos do IEA. Acrescentando-se os valores da produção de ovo, carne de frango, milho e soja, tem-se 76% do valor da produção agropecuária do Estado (Tabela 17). O café passou de quinto para décimo produto em valor da produção entre 2000 e 2002, em razão da queda de 51% nos preços. Essa perda de importância relativa só não foi maior graças ao aumento de 168% na produção (Tabela 18).

Destaca-se o crescimento da participação dos produtos destinados para a indústria, que representavam 34% do valor da produção em 1995 e passaram a responder por 41% em 2002, resultado do elevado crescimento da cana-de-açúcar e da laranja para indústria e da queda do valor real da produção de frutas e olerícolas. Entre 2000 e 2002, destacou-se o crescimento de 49% do valor da produção de grãos e fibras (Tabela 17 e Tabela 19). Após um crescimento de 11% ao ano em 2001 e 2002, o valor da produção paulista cresceu apenas 2% em valores reais em 2003 (Tabela 20).

Peculiar que, exatamente os dois grupos de produtos com queda no valor da produção entre 1995 e 2002 são os que mais empregam força de trabalho por unidade de área. Utilizando-se das estimativas de demanda de força de trabalho por produto, nota-se que as olerícolas, as frutas frescas, mais a laranja, empregam um terço da força de trabalho e ocupam apenas 14% da área plantada (Tabela 21).

Tomando-se os dados da população economicamente ativa, nota-se a queda nas ocupações agrícolas entre 1995 e 2001 (Tabela 22), explicada pela mecanização em especial na colheita e pós-colheita e pelo crescimento da participação relativa de culturas que geram menos ocupações por unidade de área.

Além da diversidade da agropecuária, o Estado de São Paulo caracteriza-se por ser o maior mercado consumidor do país e por possuir terras de elevado valor. Por estas duas características, alguns agentes defendem que se deve incentivar ainda mais essa diversidade de culturas, especialmente as que têm elevado valor da produção e grande utilização de força de trabalho por hectare, para que possam abastecer os mercados locais e das regiões metropolitanas. A geração de ocupação e renda seria uma forma mais racional e barata de aumento da qualidade de vida, deixando de reforçar a dicotomia entre as políticas econômica e social.

Tabela 17
Valor da Produção Agropecuária, Estado de São Paulo
1995, 2000 e 2002

Produto	Valor da Produção [1] (R$)			Variação (%)		% em
	1995	2000	2002	2002/1995	2002/2000	2002
Total	15.843.659.525	17.138.680.534	21.034.125.891	33	23	100
Produtos para indústr ia	5.336.544.734	6.809.368.720	8.650.112.188	62	27	41
Produtos animais	4.693.699.583	5.665.046.533	6.088.110.788	30	7	29
Frutas frescas	2.757.092.891	1.835.021.090	2.615.079.380	-5	43	12
Grãos e fibras	1.588.392.882	1.690.465.273	2.516.656.566	58	49	12
Olerícolas	1.467.929.435	1.138.778.919	1.164.166.969	-21	2	6
Produtos Selecionados						
Cana-de-açúcar	4.037.550.444	5.447.303.149	5.913.264.803	46	9	28
Carne bovina	2.472.261.878	3.083.546.469	3.368.731.944	36	9	16
Laranja para indústria	766.591.472	525.996.773	2.106.784.471	175	301	10
Laranja de mesa	609.884.928	369.106.056	1.151.424.274	89	212	5
Carne de frango	754.891.991	1.042.840.630	1.132.403.697	50	9	5
Milho	691.772.098	808.215.886	1.092.688.039	58	35	5
Soja	328.986.911	398.850.768	764.437.104	132	92	4
Ovo	410.815.311	545.872.963	652.521.033	59	20	3
Leite C	586.156.373	580.750.180	534.583.639	-9	-8	3
Café beneficiado	382.828.241	664.472.804	500.220.975	31	-25	2
Batata	374.455.400	336.768.942	403.914.700	8	20	2
Feijão	182.897.328	187.024.154	343.374.148	88	84	2
Tomate de mesa	429.490.643	324.757.145	325.732.945	-24	0	2
Limão	574.515.281	303.678.529	304.332.993	-47	0	1
Tangerina	342.405.047	192.941.673	262.854.328	-23	36	1
Carne suína	247.019.556	255.423.899	260.132.084	5	2	1
Banana	479.390.581	309.182.832	259.396.999	-46	-16	1
Manga	187.747.690	278.606.270	231.333.574	23	-17	1
Uva de mesa	199.181.406	125.253.533	166.166.739	-17	33	1
Cebola	244.520.351	139.829.438	143.588.660	-41	3	1
Leite b	211.213.440	153.319.915	137.988.700	-35	-10	1
Amendoim em casca	73.899.845	126.143.910	120.070.407	62	-5	1
Algodão em carroço	217.250.702	110.044.109	113.917.173	-48	4	1
Caqui		49.917.378	69.010.500		38	0
Borracha	70.149.604	72.631.392	58.787.999	-16	-19	0
Repolho	30.281.298	51.564.172	58.238.495	92	13	0
Cenoura	143.362.697	86.267.200	51.433.189	-64	-40	0
Alface	46.973.653	44.621.643	38.873.425	-17	-13	0
Melancia	63.128.075	55.135.934	38.851.600	-38	-30	0
Mandioca para indústria	36.426.495	64.768.148	37.927.032	4	-41	0
Arroz em casca	73.795.589	40.349.042	37.682.378	-49	-7	0
Pêssego de mesa	78.173.117	41.142.194	36.359.331	-53	-12	0
Pimentão	30.219.481	19.133.018	33.156.093	10	73	0
Abacaxi	61.086.616	36.929.590	32.898.868	-46	-11	0
Mandioca para mesa	50.204.458	33.170.632	28.057.486	-44	-15	0
Tomate para indústria	37.557.160	28.356.070	26.853.620	-28	-5	0
Maracujá	75.685.545	33.872.057	26.294.123	-65	-22	0
Beterraba	28.637.132	33.079.630	25.977.613	-9	-21	0
Trigo	11.059.155	7.473.315	24.571.813	122	229	0
Abacate	45.360.139	23.465.281	22.672.821	-50	-3	0
Abobora	27.775.970	26.289.505	22.264.011	-20	-15	0
Batata-doce	48.545.380	26.205.467	20.171.313	-58	-23	0
Sorgo	8.731.256	12.364.090	19.915.504	128	61	0
Goiaba de mesa	40.534.467	15.789.765	13.483.231	-67	-15	0
Abobrinha	13.462.969	17.092.126	12.759.040	-5	-25	0
Goiaba para indústria	5.441.318	5.840.385	6.273.288	15	7	0
Casulo	11.341.034	3.292.478	1.749.692	-85	-47	0

1 - Com preços médios estimados para dez.2002, em reais, corrigidos pelo IPCA.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA)

Tabela 18
Preço, Produção e Valor da Produção do Café no Estado de São Paulo
1995, 2000 e 2002

Ano	Preço		Produção		Valor da Produção [1]	
	R$/saca	índice	saca	índice	R$	índice
1995	219,55	100	1.743.703	100	382.828.241	100
2000	183,84	84	3.614.470	207	664.472.803	174
2002	107,07	49	4.671.906	268	500.220.976	131

1 - Com preços médios estimados para dez.2002, em reais, corrigidos pelo IPCA.
Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA)

Tabela 19
Participação dos Grupos de Produtos no Valor da Produção Agro pecuária,
Estado de São Paulo
1995, 2000 e 2002

Grupo de Produtos	Valor da Produção [1]					
	1995		2000		2002	
	(milhões R$)	(%)	(milhões R$)	(%)	(milhões R$)	(%)
TOTAL	15.843,7	100	17.138,7	100	21.034,1	100
Produtos para indústria	5.336,5	34	6.809,4	40	8.650,1	41
Produtos animais	4.693,7	30	5.665,0	33	6.088,1	29
Frutas frescas	2.757,1	17	1.835,0	11	2.615,1	12
Grãos e fibras	1.588,4	10	1.690,5	10	2.516,7	12
Olerícolas	1.467,9	9	1.138,8	7	1.164,2	6

1 - Com preços médios estimados para dez.2002, em reais, cor rigidos pelo IPCA.
Fonte: Elaborada a partir da tabela 17.

Tabela 20
Valor da Produção Agropecuária do Estado de São Paulo.
1995, 2000 e 2002

Ano	Valores Reais [1]		
	bilhões de R$	Índice	Variação Anual (%)
1995	17,61	100	-
1999	18,39	104	4
2000	19,69	112	7
2001	21,78	124	11
2002	24,16	137	11
2003	24,55	139	2

1 - Com preços médios estimados para dez. de 2003, em reais, corrigidos pelo IPCA.
Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA)

Tabela 21
Demanda da Força de Trabalho Agrícola Anual por Cultura
Estado de São Paulo
1995 - 2002

Culturas	Equivalente Homem Ano			Variação	
	1995	2000	2002	1995-2002	2000/2002
Abacaxi	860	735	974	13%	33%
Algodão	30.190	5.743	5.376	-82%	-6%
Alho	...	277	277		0%
Amendoim	7.450	6.429	6.096	-18%	-5%
Arroz	11.280	5.230	4.329	-62%	-17%
Banana	18.150	27.706	27.468	51%	-1%
Batata	9.220	5.500	5.836	-37%	6%
Café	96.070	110.119	100.393	4%	-9%
Cana-de-Açúcar	360.820	222.734	250.907	-30%	13%
Cebola	15.030	4.020	3.542	-76%	-12%
Chá	2.460	2.333	1.355	-45%	-42%
Eucalipto	29.610	30.981	33.228	12%	7%
Feijão	21.070	15.467	18.198	-14%	18%
Figo	390	590	545	40%	-8%
Fumo	...	174	275		58%
Goiaba	2.320	3.214	2.674	15%	-17%
Laranja	62.030	77.237	78.921	27%	2%
Maçã	...	209	138		-34%
Mamona	90	401	130	44%	-68%
Mandioca	9.750	11.164	9.562	-2%	-14%
Maracujá	2.320	1.655	1.328	-43%	-20%
Melancia	1.780	2.715	1.775	0%	-35%
Milho	18.200	25.385	24.510	35%	-3%
Morango	...	4.754	5.002		5%
Olerícolas[1]	73.070	70.322	67.476	-8%	-4%
Pêssego	1.610	2.700	2.487	54%	-8%
Pinus	5.590	5.326	4.707	-16%	-12%
Seringueira	6.670	11.381	12.153	82%	7%
Soja	9.310	8.814	9.457	2%	7%
Sorgo	...	476	434		-9%
Tomate Rasteiro	900	642	582	-35%	-9%
Trigo	210	89	223	6%	151%
Uva	17.890	23.455	25.212	41%	7%
Total	**814.340**	**687.978**	**705.570**	**-13%**	**3%**

1 - Inclui abóbora, abobrinha, alface, batata -doce, berinjela, beterraba, brócolis, cenoura, chuchu, couve, couve -flor, milho verde mandioquinha, pepino, pimentão, quiabo, repolho, tomate envarado e vagem.
Fonte: Fundação Seade.

Tabela 22
População Economicamente Ativa Ocupada,
segundo Área, Situação do Domicílio e Ramo de Atividade
Estado de São Paulo
1995-2001

(em mil pessoas)

Área, Situação do Domicílio e Ramo de Atividade	1995	2001	Variação 1995/2001
	Nº	Nº	%
Total	**14.875**	**16.588**	**12**
Urbano	13.815	15.649	13
Agrícola	559	451	-19
Não-agrícola	13.256	15.198	15
Rural	1.060	939	-11
Agrícola	543	381	-30
Não-agrícola	517	558	8

Fonte: Tabulações especiais do projeto Rurbano.

No entanto, estes agentes ressentem-se de uma política nesse sentido. Ao contrário, é notório o empenho do atual governo estadual em desenvolver o setor agrícola visando predominantemente as grandes cadeias agro-industriais e a exportação, onde as inovações tecnológicas resultam em queda de postos de trabalho

Mais efetivo, ainda, está sendo o investimento em logística. Apesar das privatizações, o estado tem conseguido a duplicação das principais vias, mais especificamente as que ligam as grandes cadeias agroindustriais ao mercado, logística essa complementada com a entrada em operação do Terminal Hidroviário de Presidente Epitácio, no Rio Paraná que, dada sua ligação com a Hidrovia do Tietê, trará não só a possibilidade de menores custos no transporte de insumos para as áreas em produção como também abrirá uma nova opção de escoamento da produção, inclusive somando-se àquela dos países do Mercosul.

No que se refere aos mercados mais distantes como a União Européia, tem-se, também, recentemente, um incremento da intermodalidade aérea e rodoviária baseada na futura construção de um aeroporto internacional de cargas em Bauru, estrategicamente localizado e de fácil acesso para a malha rodoviária. Tem-se também incentivado a operacionalização e utilização dos chamados "Portos Secos" ou Estações Aduaneiras do Interior (EADI), que visam à diminuição do "Custo Brasil", eliminando etapas burocráticas, facilitando dessa forma a exportação.

Além de São Paulo concentrar grande parte da produção sucroalcooleira e de suco de laranja do país, o governo do estado tem como meta, segundo um dos entrevistados, transformá-lo no maior "país" exportador de carne do mundo. O incremento tecnológico, que faz da agricultura paulista a mais moderna do país, tem-se voltado especialmente para estes produtos. Em que pesem as vantagens em relação à competitividade que todos esses esforços trarão à agricultura do Estado, o resultado é a crescente importação de produtos de outros estados para o consumo interno.

A falta de prioridade para a agricultura familiar foi apontada em várias entrevistas, sendo notório que ao lado do expressivo segmento dito moderno, sobrevive, no Estado, uma agropecuária tradicional e de baixo padrão tecnológico. Quase todos citaram o papel desastroso da municipalização da assistência técnica, levando à contratação de agrônomos por períodos curtos, com vínculos mais políticos do que técnicos. Isso foi apontado como a causa do atraso do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas do Estado. Alguns consideram que, atualmente, a única área onde a as-

sistência técnica tem sido efetiva é a defesa sanitária, especialmente a animal[13]. Deve-se alertar, porém, para o caráter eminentemente de fiscalização que a Coordenadoria de Defesa Sanitária realiza em São Paulo.

A Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (SAA) disponibiliza recursos do Fundo de Expansão da Agricultura e da Pesca (FEAP) para pequenos empresários rurais, num programa de crédito do Governo Estadual. Parte desses recursos está sendo destinada para a compra de maquinário, para o plantio direto e para a instalação de laticínios. Se estes projetos forem bem conduzidos, poderão ter papel importante no controle da erosão e na viabilização da produção de leite nas propriedades familiares.

A maioria dos entrevistados citou a necessidade de incentivos governamentais para o desenvolvimento da pequena produção. Uma liderança de movimento social defende um modelo de desenvolvimento voltado para a criação de comunidades com produção diversificada e integrada a associações e cooperativas que processem os produtos, consolidando sua presença em mercados locais e estruturando sua capacidade de concorrência em mercados maiores, como o das regiões metropolitanas, e o internacional.

Na área de meio ambiente, avanços na implantação de gestão ambiental em projetos agropecuários são pouco disseminados, e o papel da regulamentação e da fiscalização ambiental tem tido um caráter meramente punitivo, com muitas denúncias de corrupção.

Um dos entrevistados que atua na área ambiental denuncia que praticamente inexistem as áreas de reserva legal e preservação permanente, a erosão é generalizada e os recursos naturais são utilizados de forma "ineficiente e esbanjadora". Este comportamento não se deve apenas ao fato de não haver custos embutidos no uso de recursos naturais, pois também há uso indiscriminado de insumos poluentes, que oneram o produtor.

A legislação ambiental é abrangente mas, no que se refere aos instrumentos para sua aplicação, o Estado tem utilizado basicamente recursos de fiscalização e punitivos (principalmente multas). Apesar de limitados, tais instrumentos obtiveram alguma eficácia na introdução de práticas mais adequadas, isto é evidente nas áreas de reflorestamento e viveiros das empresas de celulose.

Os grandes produtores estão mais preparados e têm condições de contratar consultoria especializada. Por exemplo, estudos para

13 -Para um dos entrevistados essa ação insere-se num projeto do governo estadual de preparar o setor para a exportação de produtos animais.

inserção no mercado de seqüestro de carbono estão sendo realizados pelas entidades representativas do setor canavieiro.

O pequeno produtor, devido às suas restrições sócio-ambientais, depende de iniciativas governamentais ou coletivas. Nesse sentido, recentemente, o IBAMA regulamentou o procedimento para conversão de multas administrativas[14] em prestação de serviços a serem executados de forma direta pelo infrator, quando constatada a impossibilidade de reparação ou de indenização do dano ambiental.

Além das dificuldades individuais devido aos custos e à própria compreensão da legislação, há outros problemas que demandam ações ainda mais articuladas. Um exemplo, é a garantia da qualidade das hortaliças nos cinturões verdes das regiões metropolitanas, pois se faz necessária a fiscalização da água e do solo para o controle de doenças humanas. O problema da água foi abordado mais quanto à qualidade do que à disponibilidade e é mais crítico nas áreas de olericultura e fruticultura. Outro exemplo, ainda em áreas metropolitanas, é o do comprometimento do ar, como já ocorreu no município de Paulínea, na região nordeste do Estado.

De fato, incorporar a questão ambiental no cotidiano é complexo e envolve muitos aspectos. Por exemplo, entre os fatores que diferenciam a agricultura orgânica da convencional, destaca-se que o lucro deve estar limitado por princípios éticos na relação entre produtores, consumidores e trabalhadores, em consonância com a origem dos movimentos alternativos de produção agrícola. Ou seja, pouco adiantaria construir um processo diferente de produção, que traga dentro de si os mesmos desvios que estão atualmente presentes nos processos dominantes da produção e comercialização. Envolve mudança da cultura pois "Qualquer agricultura que se deseje sustentável, tem que ser constituída por algo maior do que um conjunto de recomendações técnicas que levem em consideração os limites ecológicos da produção agrícola" (EHRENFELD, 1993).

A mudança na percepção do que venha a ser um novo modelo envolve amplos aspectos e uma verdadeira inversão no funcionamento do sistema, como por exemplo, adaptar a tecnologia aos processos naturais de produção, em vez de adaptar plantas e animais à tecnologia, o que envolve a concepção de toda a cadeia produtiva.

Assim, os defensores de uma nova agricultura, ao contrário da convencional, apresentam vários objetivos, produtos e dimensões, entre as quais se destacam: produção física, produção de conhecimentos por parte dos agricultores, um mercado justo, a regeneração do local,

14 - Instrução Normativa do IBAMA n. 10, de 31 de dezembro de 2003 (DOU 03/11/2003), que regulamentou o art. 2o do Decreto 3.179/99 e o art. 72 da Lei 9.605/98.

a participação dos consumidores e a regeneração do planeta.

Porém, essa discussão ainda não é generalizada e os três principais focos de atuação do Ministério Público não se relacionam com os problemas ambientais ligados diretamente ao sistema de cultivo, mas com as áreas de preservação permanente e de reserva legal. Primeiro, o cumprimento da cota de 20% da área da propriedade para reserva legal, que pode ser explorada com manejo auto-sustentado, encontra resistência dos produtores, pois exige a redução da área comercial explorada e o investimento na área florestada. O segundo, fazer cumprir as restrições de atividades nas áreas de preservação permanente, não encontra muita resistência dos agricultores. Por fim, a conservação ou recuperação de matas ciliares é objeto de 80% das demandas em causas do Ministério Público no tema "meio ambiente".

A importância deste terceiro foco, recuperação de matas ciliares, é reconhecida em todas as regiões do Estado, e iniciativas concretas já ocorrem. A recomposição está sendo objeto de interesse de várias ONGs, prefeituras do interior, governo estadual e federal, certamente como conseqüência da conscientização do seu papel na manutenção da qualidade e quantidade das águas superficiais e no controle da erosão do solo. O esforço de técnicos governamentais e ONGs concentra-se na identificação de árvores matrizes, fornecedoras de sementes, da formação de viveiros regionais e da viabilização de projetos para os pequenos produtores.

1. Agroindústria[15]

A agroindústria paulista correspondia, em 1996, a 1.879 empresas com atuação no estado e a 3.579 unidades aqui localizadas (entre sedes, plantas industriais e unidades auxiliares). Em 1996, o conjunto dos ramos agroindustriais[16] gerou quase 12% do valor adicionado industrial paulista e empregou 10,8% do pessoal ocupado. Sua participação na receita do setor industrial foi de 14,5%.

A agroindústria paulista poderia ser separada em três blocos. No primeiro, estão os segmentos de madeira e celulose, café e fibras têxteis, que se caracterizam por baixos níveis de salários, produti-

15 - Este item é inteiramente baseado nos dados da Pesquisa da Atividade Econômica Paulista (PAEP) descritos em SEADE (2003).

16 - A agroindústria paulista foi dividida em dez ramos de atividade, considerando as atividades ligadas ao primeiro processamento de matérias-primas derivadas da agropecuária: carnes, sucos, óleos vegetais, leite, moagem de cereais, cana-de-açúcar, café, fibras têxteis, madeira e celulose e, finalmente, um agrupamento reunindo as demais agroindústrias, no qual se destacam conservas, fumo, couros.

vidade e faturamento. No outro extremo, estão os ramos de sucos, óleos vegetais, leite e moagem de cereais, com elevado grau de concentração, alta produtividade e altos salários, em razão de possuírem uma mão-de-obra mais qualificada. Finalmente, no espaço intermediário encontram-se a cana-de-açúcar, carnes e outros ramos, como fumo, couros, conservas e outros.

A agroindústria da cana-de-açúcar é a maior geradora de emprego, receita, remunerações e valor adicionado. Este ramo representa cerca de 40% do emprego e do valor adicionado da agroindústria paulista de primeira transformação, sendo seguido muito de longe pelos demais ramos agroindustriais.

Em termos de número de unidades, além da agroindústria de transformação da cana-de-açúcar, a maior presença está nos ramos de leite, moagem de cereais e carnes. O ramo de leite está em segundo lugar na contribuição para o valor agregado gerado na agroindústria paulista (17,8%). No entanto, sua contribuição em termos de pessoal empregado é bastante inferior, o que faz transparecer um processo industrial mais intensivo em capital.

O segmento de carnes compreende, ao lado de muitos pequenos abatedouros tradicionais, algumas instalações grandes e modernas de abate de aves e bovinos, responsáveis pelos bons indicadores de produtividade do conjunto dos ramos agroindustriais aqui tratados.

A agroindústria do café respondia, em 1996, por apenas 1,3% do valor adicionado, contrastando com seu antigo poderio na geração de renda e emprego. Em 1996, suas 216 empresas empregavam 4.946 pessoas.

Os indicadores de porte permitem questionar alguns mitos correntes sobre o perfil das empresas agroindustriais no que diz respeito ao tamanho e à receita gerados por estabelecimento, pois, ao contrário do que se imagina, o peso das médias e grandes empresas (com 100 e mais pessoas ocupadas) é bem maior no segmento agroindustrial que nos demais[17]. A receita por empresa nas agroindústrias é quase quatro vezes maior que a média das demais indústrias. Enquanto 91,5% das empresas não agroindustriais são pequenas (com até 99 pessoas ocupadas) e respondem por 36% do pessoal ocupado, na agroindústria, 77,5% das empresas são pequenas e abrigam apenas 15% do pessoal ocupado.

A maior dimensão das empresas está associada a uma característica geral da agroindústria, que é reunir principalmente indústrias

17 - Vale lembrar que a PAEP pesquisou as empresas industriais no Estado de São Paulo com 5 e mais empregados.

de processamento. Assim, nos ramos agroindustriais é mais comum a presença de plantas industriais com maior escala de produção. O tamanho médio das plantas agroindustriais é o dobro das plantas das demais atividades industriais.

Porém, há uma grande heterogeneidade neste agregado denominado agroindústria processadora. A análise dos dados desagregados pelos dez segmentos apresenta grande diferença. Num extremo estão os setores de cana-de-açúcar, leite, óleos vegetais e sucos e, no outro, estão os segmentos de desdobramento de madeira, café e fibras têxteis, onde predominam empresas de pequeno porte e baixo valor agregado.

A empresa agroindustrial também apresenta valor adicionado, por pessoa ocupada e receita por pessoa ocupada, bem superior ao de outros tipos de indústrias. Apesar disso, de modo geral, o trabalhador na agroindústria recebe remuneração inferior à média dos demais segmentos, apesar do nível de instrução dos empregados ser exatamente o mesmo dos demais segmentos.

Com relação aos requisitos para a contratação de pessoal, a agroindústria não difere dos demais segmentos da indústria, que não exigem, para a maioria de seus postos de trabalho, nível algum de escolaridade do candidato ou, no máximo, o 1º grau completo. Isto ocorre em 88,5% dos casos na indústria e 86,6% na agroindústria. Entre as agroindústrias de sucos, 76,2% declaram não fazer qualquer exigência quanto ao nível de escolaridade da maior parte dos empregados, o mesmo ocorrendo em 63,1% das agroindústrias de madeira. Apenas 3,6% das agroindústrias exigem o 3º grau completo para a admissão da maior parte de seus funcionários. Na área de produção, 22,5% das empresas declararam exigir pessoal com curso técnico ou profissionalizante e, na agroindústria, esta porcentagem é de apenas 14,9%. Na agroindústria 13,6% das empresas declararam promover cursos técnicos, regulares ou apenas treinamento para os seus empregados, porcentagem superior aos 11,2% praticados pela indústria em geral. Os principais segmentos que oferecem treinamento aos funcionários são o da cana (44,2%), o do leite (29,5%) e o dos óleos vegetais (25,1%).

Tomando-se apenas as empresas que oferecem treinamento, mais de 60% delas oferecem cursos na área de qualidade. Em segundo lugar estão os cursos técnicos que são proporcionados por 47,2% das indústrias que treinam e 61,6% das agroindústrias. A alta incidência de treinamento técnico é puxada pelos segmentos do leite (78,1%), sucos (87,4%) e da cana-de-açúcar (76,9%), para citar os mais importantes.

No outro extremo temos os programas de alfabetização de adultos com apenas 2,5 % delas incentivando programas de alfabetização, apesar da agroindústria em geral não exigir qualquer nível de escolaridade para contratação da maioria de seus funcionários, com destaque para a agroindústria da cana, que é o segmento da agroindústria com maior incidência de trabalhadores analfabetos ou com baixa escolaridade (23%), seguido pelo segmento da indústria de carnes (20%).

Analisando-se os demais programas educacionais incentivados pelas empresas, como os cursos de 1º e 2º graus regulares ou supletivos, a participação das empresas também é muito reduzida, atingindo algo em torno de 1% dos casos.

Tendo em vista os números apresentados pela PAEP podemos concluir que a baixa remuneração percebida pelos trabalhadores da agroindústria tem motivos não relacionados à escolaridade. Entre as razões mais prováveis para essa situação, pode-se apontar o maior percentual das plantas industriais localizadas no interior do estado e a relativa fraqueza dos sindicatos de trabalhadores da alimentação, indicações que demandariam novas pesquisas, assim como outros cruzamentos a partir da base de dados da PAEP.

A principal região agroindustrial do Estado é justamente a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), que responde por 28,8% das unidades do Estado e por 24,8% da receita agroindustrial, seguida pelas regiões de Campinas e de Ribeirão Preto. Estas três regiões concentram cerca de 60% da receita e das unidades agroindustriais do Estado. No entanto na RMSP e na região de Campinas a agroindústria tem baixa participação nas atividades industriais como um todo. Na RMSP, por exemplo, a agroindústria representa apenas 6,3% da receita industrial e 3,7% das unidades industriais.

O peso da RMSP no segmento agroindustrial deve-se, em grande parte, a mudanças recentes que tendem a valorizar as funções de logística em relação à produção strictu-sensu, ou seja, uma par-te importante da composição das receitas dos ramos agroindustriais deve-se a atividades relacionadas ao transporte, distribuição, embalagem, propaganda e marketing realizadas em unidades industriais não necessariamente envolvidas com a produção. Essas unidades são grandes geradoras de emprego.

São poucas as regiões administrativas cuja receita industrial é eminentemente agroindustrial. Entre as regiões, podem ser citadas Ribeirão Preto cujo faturamento agroindustrial (R$2,1 bilhões) corresponde a praticamente dois terços das receitas industriais da região; Barretos, com 14,7% das unidades industriais e 91,4% da receita; Presi-

dente Prudente (30,9% e 73,1%); Marília (21,6% e 68,4%); Araçatuba (18,8% e 53,6%) e São José do Rio Preto (15,2% e 49,3%).

Outro caso exemplar, no extremo oposto, é o da Região Administrativa de Registro. Nesta área da porção sul do Estado, conhecida pelos seus elevados níveis de pobreza, tanto a participação das unidades da agroindústria como de sua receita estão próximas de zero em comparação com a total do Estado. Observa-se, no entanto, que, do ponto de vista da movimentação industrial, a agroindústria tem um peso importante em Registro, reunindo 23,6% das unidades industriais, mas com um faturamento baixo e uma participação na receita industrial da região de apenas 16,3%.

Em conclusão, verifica-se que na metade oeste do Estado a agroindústria é extremamente significativa, no entanto, a maior parte dessa área tem uma contribuição pouco significativa para a atividade agroindustrial total do Estado. Essa se concentra, pesadamente, no eixo São Paulo/Campinas/Ribeirão Preto, onde há maior diversificação industrial.

2. Cana-de-açúcar

A cultura da cana, apesar de se encontrar disseminada por todo o Estado, tem maior concentração em três grandes regiões, a saber: na região Noroeste, 52%, Centro-Oeste, 20% e Nordeste, 16% (Tabela 23). O valor da produção da cana-de-açúcar cresceu 47% entre 1995 e 2002, puxando o valor total da produção agropecuária paulista, que cresceu apenas 33% no mesmo período. No entanto, entre 2000 e 2002, o valor da produção da cana-de-açúcar cresceu 9%, enquanto o valor total da agropecuária paulista cresceu 23%.

A mesoregião de Ribeirão Preto é a mais tecnificada, com elevado percentual de colheita mecanizada. Junto com Bauru e São José do Rio Preto, respondeu por 55% do valor da produção paulista, em 2002.

A participação de Piracicaba, a quarta mesoregião produtora de cana do Estado, diminuiu de 11%, em 1995, para 9%, em 2002, devido ao relevo que não permite a mecanização da colheita. Permaneceram as áreas mais planas e com maior tecnologia, o que resultou na elevação do rendimento físico na região. Diminuiu, também, a importância dos fornecedores que, no entanto, ainda são significativos nesta mesoregião e na de São José do Rio Preto.

Segundo um entrevistado do setor, a terceirização continua no setor canavieiro. Como exemplo, a Usina Costa Pinto, que atual-

Tabela 23
Valor da Produção [1] de Cana-de-açúcar, Estado de São Paulo
1995, 2000 e 2002

Região e Mesoregião	Ano				Variação %	
	1995	2000	2002			
	R$	R$	R$	%	1995/02	2000/02
Estado de São Paulo	4.037.550.443	5.447.303.149	5.913.264.803	100	47	9
Oeste	324.621.654	536.496.286	616.623.210	10	90	15
Araçatuba	211.913.079	367.684.691	426.654.690	7	101	16
Presidente Prudente	112.708.575	168.811.595	189.968.520	3	69	13
Noroeste	1.942.880.818	2.830.456.904	3.079.251.543	52	58	9
Araraquara	343.515.494	476.748.743	498.345.580	8	45	5
Ribeirão Preto	1.292.239.090	1.858.924.644	2.026.175.200	34	57	9
São José do Rio Preto	307.126.233	494.783.517	554.730.763	9	81	12
Centro-oeste	936.894.932	1.089.215.675	1.193.984.424	20	27	10
Assis	308.530.816	413.352.577	456.253.322	8	48	10
Bauru	615.799.963	667.188.197	724.869.154	12	18	9
Marília	12.564.153	8.674.901	12.861.948	0	2	48
Nordeste	758.592.557	884.876.643	917.208.514	16	21	4
Campinas	296.787.675	364.364.070	396.011.000	7	33	9
Piracicaba	461.804.882	520.512.573	521.197.514	9	13	0
Centro-sul	72.124.500	103.775.350	103.930.300	2	43	0
Itapetininga	44.745.256	70.821.093	63.472.960	1	42	-10
Macrometropolitana Paulista	27.379.244	32.954.257	40.457.340	1	48	23
Litoral Sul Paulista	312.329	166.821				
Metropolitana de São Paulo	246.539	152.440	167.356	0	-32	10
Vale do Paraíba Paulista	1.877.114	2.163.030	2.099.456	0	12	-3

1 - Com preços médios estimados para dez.2002, em reais, corrigidos pelo IPCA.

Fonte: Instituto de Economia Agríco la (IEA)

mente monopoliza o setor da moagem em Piracicaba, terceirizou toda a sua área de produção de cana.

A mesoregião de Araçatuba obteve o maior percentual de crescimento nos dois períodos, superando o valor da produção de cana da mesoregião de Campinas desde 2000, quando passou a responder por 7% do valor da produção estadual. O grande crescimento da cana nessa região ocorre com menor nível de tecnificação, baixo nível de mecanização e emprego agrícola sem qualificação. Colaboraram para a expansão, as condições naturais e físico-climáticas favoráveis ao cultivo da cana e o preço da terra relativamente menor.

Está prevista, para os anos de 2003 a 2005, a instalação de sete novas usinas de processamento de cana e o aumento da capacidade de esmagamento das usinas já em operação, somando um investimento de cerca de R$ 1 bilhão, em Araçatuba e entorno. Das novas usinas, três estão projetadas para a mesoregião de Araçatuba e as outras quatro para as mesorregiões próximas: duas em São José do Rio Preto, uma em Presidente Prudente e outra em Marília. As novas unidades em vias de instalação são de grupos que já operam no nordeste do país, nas regiões Nordeste e Noroeste do estado e de grupos locais também.

Está ocorrendo, ainda, compra de terras na região de Araçatuba por parte de proprietários de terra de Ribeirão Preto, com a finali-

dade de arrendá-las às novas usinas. Este processo está se refletindo nos preços, pois o alqueire paulista que, no fim de outubro de 2002, oscilava entre 8 a 10 mil reais, passou para 14 e 15 mil reais em junho de 2003 (USINAS, 2003, p. B8).

A cana mantém-se como principal produto no valor da produção do Estado (28% em 2002), assumindo importância ainda maior em algumas regiões (Tabela 24). Tomando-se uma agregação menor de municípios, no caso as unidades administrativas da Secretaria da Agricultura do Estado, que divide o Estado em 40 Escritórios de Desenvolvimento Regional (EDR), a cana chega a representar 92% do valor da produção dos 16 municípios que compõem o EDR de Piracicaba (Tabela 25). Até mesmo a EDR de Campinas, caracterizada pela maior diversificação de culturas e elevado valor por hectare, tem na produção da cana 37,8% do seu valor da produção agropecuária. A Tabela 24 mostra a crescente importância da cana-de-açúcar na região oeste, especialmente na mesoregião de Araçatuba. Pode-se visualizar, também, sua participação decrescente no valor da produção da mesoregião de Piracicaba.

Tabela 24
Participação da Cana -de-açúcar no Valor da Produção Agropecuária Regional e no Estado de São Paulo
1995, 2000 e 2002

Região e mesoregião	Ano		
	1995 (%)	2000 (%)	2002 (%)
Estado de São Paulo	25	32	28
Oeste	17	24	25
Araçatuba	23	32	33
Presidente Prudente	12	16	16
Noroeste	34	44	38
Araraquara	38	44	32
Ribeirão Preto	47	58	53
São José do Rio Preto	15	23	20
Centro-oeste	33	34	30
Assis	35	41	37
Bauru	40	39	35
Marília	3	2	2
Nordeste	28	32	25
Campinas	16	19	16
Piracicaba	51	56	42
Centro-sul	4	6	5
Itapetininga	5	8	5
Macrometropolitana Paulista	3	4	5
Litoral Sul Paulista	0	0	0
Metropolitana de São Paulo	0	0	0
Vale do Paraíba Paulista	1	1	1

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA)

Tabela 25
Importância da Cana-de-açúcar no Valor da Produção Agropecuária, segundo Escritórios de Desenvolvimento Regional (EDR) selecionados
Estado de São Paulo
2002

Região/EDR	Importância para a EDR
Estado	...
Região Nordeste	
Piracicaba	92,0
Araraquara	54,4
Limeira	48,7
Campinas	37,8
Região Noroeste	
Ribeirão Preto	85,6
Jaú	82,2
Orlândia	74,5
Catanduva	53,4
Barretos	49,1
Jaboticabal	41,2
General Salgado	41,1
Votuporanga	40,0
Região Oeste	
Araçatuba	74,3
Andradina	66,7
Presidente Venceslau	62,5
Presidente Prudente	61,9
Franca	56,2
Dracena	50,9
Região Centro-Oeste	
Bauru	57,3
Botucatu	56,8
Ourinhos	55,9
Assis	52,8
Tupã	44,1
Lins	42,3

Fonte: **Oliveti et al., 2003.**

Esse modelo de agroindústria centrada na monocultura, potencializado nas regiões Noroeste e Nordeste do Estado de São Paulo, onde se concentra 60% do valor da produção agropecuária paulista, acirra o conflito entre a proteção ao meio ambiente e os projetos econômicos privados, o que tem exigido atuação significativa do Ministério Público na região de Ribeirão Preto. Conforme entrevistado da área de meio ambiente, os efeitos da monocultura e da concentração da propriedade da terra mostram que o modelo de agricultura praticado no país é insustentável do ponto de vista social e ambiental, o que levou as Constituições Estadual e Federal a assumirem que é papel do Estado induzir uma mudança do padrão de produção agrícola.

Praticamente todos os entrevistados citam as conseqüências negativas do crescimento das áreas de cana nos moldes atuais, porque acaba com a diversidade de culturas, expulsa produtores familiares, eleva o desemprego e a poluição ambiental. Os avanços em termos tecnológicos e de regulamentação na cultura da cana, não foram suficientes para compensar o seu crescimento.

Uma das promotorias públicas mais atuantes na questão do combate ao trabalho infantil e da defesa do meio ambiente tem base na região de Ribeirão Preto. Entre suas ações estão: a promoção da erradicação do trabalho infantil na cana-de-açúcar e na laranja, as duas principais monoculturas da região, a obrigatoriedade do transporte de trabalhadores rurais em ônibus fechado e com assentos, por parte dos empregadores, e o combate à queima da cana-de-açúcar antes da colheita, causadora de intensa poluição do ar.

Realizar a colheita sem queimada significa mecanizar o corte, prática que desemprega a categoria mais sofrida do campo, que são os cortadores de cana (bóias-frias). Estima-se que a taxa de desemprego que ocorrerá com a mecanização da colheita gire em torno de 20%. As contrapartidas na proposta de erradicação da queimada até 2.012, conforme previa o Decreto Estadual n. 42.056, de 06/08/97, segundo o representante do Ministério Pú-blico, visavam uma mudança no modelo de agricultura anti-am-biental e anti-social e previam ações apoiadas pelos movimentos sociais. Entre elas: a qualificação da mão-de-obra para o corte mecanizado de forma que parte dos trabalhadores fosse reabsorvida, a introdução de novas culturas nas áreas não mecanizáveis vi-sando a diversificação, a destinação de áreas públicas e privadas para assentamentos de trabalhadores e a proibição do trabalho de adolescentes no corte e o ensino fundamental obrigatório para as crianças e os jovens. Como o prazo do decreto se estendeu para 2.020, também a proposta de cunho social ficou relegada.

O quadro ambiental é agravado ao se considerar a grande quantidade de água utilizada pelas usinas. Além da quantidade, há um problema do destino da água, mesmo considerando-se que o restilo ou vinhaça, subproduto resultante da moagem da cana, esteja sendo usado como adubo nas culturas. Mesmo com o tratamento da água utilizada, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) constatou a presença de resquícios de agrotóxico em mananciais nas áreas de lavoura de cana-de-açúcar, conforme afirmou um dos entrevistados.

A Coopersucar destaca-se por sua participação ativa na geração de tecnologia, tendo desenvolvido uma relação estreita com órgãos públicos de pesquisa. Este empenho levou à implementação de uma área de desenvolvimento tecnológico naquela instituição, o que permitiu a disseminação da tecnologia, inclusive para os seus fornecedores (SEADE, 1999:27). O setor foi pioneiro na implantação desse sistema de desenvolvimento tecnológico, que vem sendo buscado também no setor de celulose e, crescentemente, da citricultura no estado.

3. Café

No Brasil, o mercado do café é dominado por quatro grandes multinacionais: Nestlé, Sara Lee, Kraft e Procter & Gamble que, juntas, detêm 60% do mercado nacional (MERCADO, 2003).

Nos últimos anos ocorreu uma significativa concentração na agroindústria de café. Apesar de persistirem 180 torrefadoras em São Paulo, apenas três grupos detêm 50% do mercado. A Sara Lee comprou o Café do Ponto, Pilão, Seleto, Caboclo e União, respondendo sozinha por 25% do mercado brasileiro e 35% do paulista. A Melita, em Avaré, responde por 8% do mercado estadual e cresce processando o café que vem do sul do país, e a Mitsui responde por 5% do mercado paulista.

Os plantios do café no Estado de São Paulo estão notadamente concentrados em três regiões: nordeste, centro-oeste e noroeste. A região noroeste foi a que apresentou maior crescimento no valor da produção, entre 1995 e 2002, cerca de 67%, e a menor queda entre 2000 e 2002 (Tabela 26).

Especialista entrevistado destacou quatro sub-regiões. Na região noroeste, em áreas de cerrado, os produtores de café têm cunho mais empresariais, com produção moderna e mecanizada. Na sub-região da região nordeste, denominada comumente média mogiana, entre São João da Boa Vista e Serra Negra, predominam produtores familiares, tradicionais, com produção pouco mecanizada e colheita manual. Isto se torna um problema, na medida em que concorrem pela força de trabalho com a indústria que se desenvolve em torno de Campinas.

As outras duas áreas de café do Estado localizam-se na região centro-oeste. Uma delas é formada por cafezais novos, que substituíram os danificados por geadas, o que por um lado é uma vantagem, pois contam com avanços na adoção de tecnologia em relação à produção moderna situada na região nordeste, mas, por outro lado, continuam expostos ao risco de novas geadas. São produtores familiares que também cultivam olerícolas. Em direção a Marília encontra-se a quarta área de café, antiga e decadente, com a predominância de produtores tradicionais. Nesta última, no entanto, já aparecem extensas áreas novas com plantio adensado.

Tabela 26
Valor da Produção, Participação Relativa e Variação do Café Beneficiado, segundo Regiões e Estado de São Paulo
1995/2000/2002

Região	Valor da Produção [1] (R$)			Participação (%)			Variação (%)	
	1995	2000	2002	1995	2000	2002	2002/1995	2002/2000
Estado de São Paulo	**382.828.241**	**664.472.804**	**500.220.975**	**100**	**100**	**100**	**31**	**-25**
Litoral Sul	253.798	-	-	0	0	0	-	-
Metropolitana de São Paulo	50.496	65.079	21.414	0	0	0	-58	-67
Centro-Oeste	90.898.773	183.484.441	130.638.248	24	28	26	44	-29
Centro-Sul	22.151.834	24.676.238	13.964.926	6	4	3	-37	-43
Nordeste	132.575.758	225.635.292	143.649.181	35	34	29	8	-36
Noroeste	109.809.844	195.686.429	183.681.262	29	29	37	67	-6
Oeste	24.313.953	32.776.089	27.200.063	6	5	5	12	-17
Vale do Paraíba	2.773.782	2.149.236	1.065.882	1	0	0	-62	-50

1 - Com preços médios estimados para dez.2002, em reais, corrigidos pelo IPCA.
Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA)

A cafeicultura é apoiada por instituições fortes, como CDPC[18], Funcafé, Fundo Embrapa Café e Leilões, e um amplo conjunto de políticas, num espectro institucional que já obteve muitos êxitos. São Paulo dispõe de Institutos como o Agronômico de Campinas (IAC), com resultados positivos na área de genética e manejo, Instituto Biológico (IB), direcionado para estudos de controle de pragas e doenças, e o Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL), os quais também cobrem vários campos da agronomia e produção de alimentos.

De acordo com um dos entrevistados, a difusão do conhecimento, no entanto, é falha, mesmo práticas simples como as podas não chegam ao produtor e a erosão foi citada como um problema generalizado.

Isto pode estar relacionado à predominância de módulos pequenos de lavoura cafeeira. Apesar disso, a assistência técnica da CATI é considerada boa nas duas regiões mais dinâmicas. Praticamente, não há contratação de profissional de nível médio por produtores de café e os grandes produtores utilizam empresas de consultoria.

A comercialização é considerada eficiente, sendo que o esforço por integração, rotulagem, marca e comercialização ocorre regionalmente. O setor ressente-se da legislação trabalhista, pois dificulta a contratação esporádica de trabalhadores, e menos da ambiental, que o impede de mexer em área de capoeira.

4. Frutas

O Estado de São Paulo é o principal produtor de frutas do Brasil. Em 2001, respondeu por 39,8% do valor da produção de frutas do país. O peso das frutas no valor da produção vegetal do Brasil é de 17% e em São Paulo essa participação é maior, atingindo 32% (Tabela 27).

18 - Conselho Deliberativo de Política Cafeeira.

Tabela 27
Participação dos Principais Estados no Valor da Produção de Frutas do Brasil e Importância do Valor da Fruticultura no Valor da Produção Vegetal Total. 2001

Estado	Frutas	Produtos Vegetais	Frutas/Prod. Veg. (%)
Brasil	100,0	100,0	17
São Paulo	39,8	21,1	32
Bahia	10,5	6,4	28
Rio Grande do Sul	8,5	14,8	10
Brasil (R$ milhões)	9.137	53.817	...

Fonte: Banco de dados de TSUNECHIRO.

Em 2002, o valor da produção de laranja para indústria foi de R$ 2,1 bilhões e o valor da produção de frutas frescas, foi de R$ 2,6 bilhões, o que demonstra a importância das demais frutas no Estado de São Paulo, que é o primeiro produtor brasileiro de laranja, banana e limão, e segundo de manga e uva de mesa. A fruticultura paulista apresenta os seguintes pólos, considerando-se a participação do valor da produção das principais frutas de cada região no total do Estado:

- Litoral Sul - banana (76%) e maracujá (29%).
- Metropolitana de São Paulo - caqui (55%).
- Centro-Oeste - abacate (23%), maracujá (18%), melancia (51%), pêssego de mesa (18%) e tangerina (20%).
- Centro-Sul - uva de mesa (72%), pêssego de mesa (69%), caqui (33%), tangerina (20%) e maracujá (14%).
- Nordeste - abacate (39%), laranja de mesa (27%), laranja para indústria (27%), tangerina (20%) e uva de mesa (10%).
- Noroeste - goiaba para indústria (89%), laranja de mesa (57%), goiaba de mesa (37%), abacate (23%), laranja para indústria (57%), limão (81%), manga (72%), tangerina (30%) e uva de mesa (14%).
- Oeste - abacaxi (90%), goiaba de mesa (33%), manga (15%), maracujá (29%) e melancia (31%).

Na região do Vale do Paraíba não há destaque para as frutas produzidas.

O nível de tecnologia utilizado varia conforme a fruta. Assim, na banana ainda se emprega baixa tecnologia, pois grande parte da produção é realizada pela pequena agricultura familiar do Vale do Ribeira. Outras frutas requerem nível mais alto de tecnologia, como é o caso da uva e do pêssego de mesa e do caqui.

Apesar de ser um importante produtor de frutas frescas, a compe-

titividade da fruticultura paulista é baixa em relação à do Nordeste do Brasil, Chile e Argentina, por exemplo, que montaram um complexo para a produção e exportação de frutas frescas. O mercado internacional de frutas frescas está abastecido e, em geral, apresenta demanda declinante. Os únicos segmentos que parecem ter algum futuro são os chamados "fresh cut", fruta fresca cortada e embalada, pronta para consumo e os sucos de frutas prontos para beber, que mais se aproximem do sabor natural da fruta.

No Estado de São Paulo, a fruticultura é realizada em pequenas propriedades, que produzem pequenos volumes, e é difícil alcançar uma escala eficiente para exportação mesmo associando vários produtores. Enquanto no Nordeste, em um perímetro irrigado de Petrolina (PE), chega-se a 50 mil hectares de manga para exportação.

No entanto, como a maior parte da produção paulista de frutas frescas destina-se ao mercado interno, que não é tão exigente quanto a padrões, os agricultores não estão necessariamente motivados a investir em tecnologia, melhores variedades, melhores práticas de colheita, etc. Eles entregam para o intermediário, recebem um preço aviltado, reclamam, mas se conformam com a situação.

Na opinião de um dos entrevistados, um dos problemas mais sérios com relação à mão-de-obra empregada na fruticultura em São Paulo é que o produtor não aceita registrar o trabalhador, que acaba não adquirindo o treinamento e a habilidade necessária para realizar os delicados cuidados com os pomares. A maioria das frutas de mesa requer tratos culturais específicos para alcançar os padrões de qualidade exigidos no mercado externo.

5. Citricultura

O Estado de São Paulo produz metade da laranja destinada à fabricação de suco concentrado do mundo, produção que se concentra entre os municípios de Limeira, na Região Nordeste, e Paulo de Faria, na Noroeste. A área de laranja no Estado de São Paulo caiu 19,3%, no período de 1995 a junho de 2003. Na produção a queda foi menor, de 0,7% no período de 1995 a 2002 (Tabela 28), de forma que o setor como um todo não tem gerado novos empregos. A diferença entre as variações de área e de produção deve-se ao aumento do rendimento físico na cultura, mais notadamente na região Nordeste.

A região Noroeste é a principal produtora de laranja, concentrando 56,8% da produção e 61,7% da área cultivada do Estado. A

segunda maior produtora é a região Nordeste, que participa com 27,3% da produção e 25,1% da área cultivada (Tabela 28).

As causas principais da queda da área cultivada são os baixos preços recebidos pelos produtores e as doenças que infestaram os pomares, como a Clorose Variegada dos Citros (CVC) e, mais recentemente, a Morte Súbita, provocando o abandono da atividade em inúmeras propriedades. Por exemplo, em Ribeirão Preto, onde está ocorrendo retração de área, os pomares abandonados devido às doenças estão sendo ocupados pelo crescimento urbano e pela expansão da cana. Quem permanece na citricultura utiliza-se crescentemente de tecnologia.

A despeito das alterações ocorridas ao longo do período de expansão da citricultura no Estado, iniciada na década de 1920, o "desenho" do chamado "Corredor Citrícola", formado a partir da instalação de indústrias processadoras, sempre acompanhou as áreas produtivas de maior produtividade, que proporcionavam maior rentabilidade. A expansão da citricultura em direção a São José do Rio Preto consolidou-se nos anos 80, com a instalação de várias indústrias em municípios circunvizinhos, como Colina, Mirassol e Uchôa, entre outros (CHABARIBERY, 1999).

A pequena propriedade domina na citricultura, pois cerca de 92% dos produtores encontram-se nesta categoria; mas respondem por apenas 1/3 da produção, ficando 1/3 para as médias e o 1/3 restante para as grandes propriedades. De acordo com entrevistado do setor, existe uma tendência de concentração que não arrefece e, portanto, o processo de exclusão deve continuar.

O nível tecnológico na citricultura é alto e o produtor, seja grande, seja pequeno, precisa utilizar tecnologia extremamente sofisticada como forma de manter-se no negócio. O que difere é o montante da renda auferida, ou seja, o porte econômico. Atualmente, 37% dos citricultores têm acesso à Internet, com tendência de ampliar esse percentual muito rapidamente.

A ocupação da mão-de-obra sem qualificação se reduzirá forçosamente. A colheita mecanizada da laranja já foi testada na região de Ribeirão Preto e pode tornar-se uma realidade, com todas as mazelas sociais que isso acarreta, pois uma máquina elimina o trabalho de 30 colhedores e emprega quatro profissionais qualificados. Como a mecanização da colheita já avança em outras culturas importantes e o pequeno produtor encontra dificuldade de se manter na atividade, será difícil prever o que esse processo de exclusão pode causar.

A demanda por profissionais qualificados deve aumentar pois,

para crescer, o produtor tem que tecnificar a atividade e para isso necessita de mão-de-obra qualificada e altamente especializada. A "Morte Súbita" vai mudar a geografia da laranja, rumo ao sul de Araraquara, na margem esquerda do Tietê, em áreas que necessitariam de irrigação.

Além da demanda gerada para a irrigação, é patente a necessidade de técnicos na detecção e manejo integrado de pragas (MIP). Também ocorrerão mudanças no perfil do emprego, considerando que a agricultura de precisão é uma realidade, exigindo rastreamento e monitoramento para que não ocorra desperdício no uso de agroquímicos, cujo volume pode ser reduzido em um terço.

A citricultura paulista é voltada essencialmente para exportação, com 2/3 da produção destinada para a fabricação de suco, 98% deste para o mercado externo. O volume exportado de suco concentrado alcança 1,2 milhões de toneladas, gerando US$ 1,2 bilhão de dólares e mais US$ 200 milhões em subprodutos (pectina, óleos essenciais, etc.). O mercado externo é altamente competitivo e teve no transporte graneleiro a inovação compartilhada pelos grandes grupos atuantes no país que fez o diferencial de competitividade com o resto do mundo. Os 30% restantes da produção é comercializada no mercado interno como laranja de mesa.

As indústrias de suco pronto estão desenvolvendo, também, produtos para o mercado externo, mas o custo é muito alto para exportá-los embalados. Dessa forma, o produto é exportado a granel e embalado no país importador com marca local. Na Europa, 90% do suco consumido estão sob o domínio de marcas de hipermercados que se apossaram do varejo, destruindo marcas "mitológicas". Nesse contexto, o suco embalado com marcas brasileiras está sendo direcionado para a Argentina e para o Chile de caminhão, contribuindo para isso a ausência de pedágios, ao contrário das rotas direcionadas aos portos.

O mercado internacional está limitado pelas barreiras tarifárias, por isso a importância das negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC). No entanto, a estratégia hoje, no parecer do especialista do setor, são as negociações bilaterais de como conseguir cotas. Por exemplo, o México conseguiu na Europa, uma cota em um mercado que era brasileiro.

Dadas as dificuldades de expansão das exportações, o especialista em citricultutura entrevistado afirma que o grande potencial de expansão estaria no mercado interno. Considera o mercado brasileiro de suco concentrado ainda não significativo, apenas 40 mil toneladas, num valor de 40 milhões de dólares. Mas acredita no

potencial do suco pronto para beber[19], cujo volume já está chegando em 300 milhões de litros por ano, o que corresponde a 450 milhões de dólares. Novas empresas no ramo do suco pronto para beber têm surgido, permitindo agregação de valor e melhor distribuição de renda.

Como exemplo de potencial do mercado interno brasileiro temos a parceria da Cargil com a Coca-Cola para fornecer suco ao Mc Donald's, cujo volume estimado para o primeiro ano é de 18 milhões de toneladas, incluindo laranja, maracujá e uva. Os produtos serão embalados pela Cargil em *bags* na fábrica de Bebedouro. No total a empresa investiu cerca de 1,5 milhões de dólares[20].

Segundo representante de entidade do setor, o governo nunca foi determinante no padrão de competitividade da citricultura nacional. Com relação à pesquisa, a contribuição do governo foi considerável, como também da Universidade da Flórida e da França; mas, desde 1977 o Fundo de Defesa da Citricultura (Fundecitrus) funciona com verba privada e é hoje um dos principais órgãos de pesquisa do país. O Fundecitrus teve um papel decisivo no controle da "Morte Súbita". No controle do Cancro Cítrico, a Fundação também treinou 4 mil pessoas no campo para fazer a detecção, por meio de uma técnica de "varredura" a laser, pois a doença provoca mudança de temperatura na planta, que pode ser identificada pela alteração da cor.

Ainda na opinião do entrevistado, o governo deveria proteger portos e fronteiras para impedir a entrada, no país e em São Paulo, de mudas contaminadas, pois nos estados vizinhos, falta tecnologia para a produção de mudas saudáveis. O governo federal delega a vigilância sanitária para os estados e esses não conseguem controlar e fiscalizar os viveiros de mudas e seu trânsito. A atitude indutora do Estado para o desenvolvimento foi avaliada como não muito boa e seria necessária uma Secretaria de Comércio que desempenhasse esse papel.

A força da indústria do suco concentrado de laranja está na margem direita do Rio Tietê. Ela surgiu fortemente concentrada, em contraposição ao ocorrido nos EUA e no México, e nos anos recentes passou por um processo ainda maior de concentração patrimonial: de 34 indústrias de suco concentrado que existiam, em 1993, no Estado de São Paulo, atualmente restam seis empresas.

19 - A relação quantidade de suco concentrado para suco pronto é de 1/7, ou seja, com 1 litro de concentrado faz-se 7 litros do pronto para beber.
20 - Conforme informação disponível em: www.laranjabrasil.com.br, publicado em 18/11/2003.

Alguns grandes grupos brasileiros decidiram investir capital em indústrias na Flórida, alegando vantagens que o Brasil não oferece, como facilidade de crédito e juros mais baixos. Há uma consolidação empresarial, com constante aperfeiçoamento, tornando mais fácil o desenvolvimento da pesquisa. Corroborando isso, nos EUA, o produto sai da fábrica para o porto da Flórida com apenas um documento, enquanto no Brasil são necessários 19 documentos. Esses gargalos fazem parte do chamado "Custo Brasil" e não se resumem somente aos itens apontados, somando-se a eles as questões tributária, trabalhista e tarifária.

Para se ter uma idéia da importância da "exportação de capital" do complexo citrícola, das nove indústrias de suco concentrado de laranja atualmente existentes na Flórida, quatro têm participação majoritária de capital brasileiro. Na última década, observou-se, também nos EUA, um processo de concentração patrimonial, pois das 29 indústrias de suco restaram as nove já citadas.

Tabela 28
Produção e Área da Cultura de Laranja, segundo Região
Estado de São Paulo
1995, 2000 e 2002

Região	1995		2000		2002 - Jun./03		Variação		Participação	
	Produção	Área	Produção	Área	Produção	Área	Produção	Área	Produção	Área
	(cx. 40,8 kg)	(ha)	(cx. 40,8 kg)	(ha)	(cx. 40,8 kg)	(ha)	2002/95	2003/95	2002	jun/03
Estado de São Paulo	364.323.665,0	721.751,8	356.281.918,0	610.102,1	361.741.857,0	582.127,8	-0,7	-19,3	100,0	100,0
Noroeste	227.600.013,0	482.777,5	212.580.191,0	389.354,8	205.483.706,0	359.111,4	-9,7	-25,6	56,8	61,7
Nordeste	104.350.426,0	179.335,4	96.561.968,0	155.651,0	98.818.078,0	145.985,8	-5,3	-18,6	27,3	25,1
Centro-Oeste	14.250.456,0	25.647,4	26.277.459,0	35.731,8	32.197.318,0	46.427,4	125,9	81,0	8,9	8,0
Centro-Sul	13.327.312,0	26.353,6	17.107.070,0	24.955,3	18.773.333,0	27.372,8	40,9	3,9	5,2	4,7
Oeste	4.111.835,0	6.377,1	3.077.414,0	3.408,6	5.849.682,0	2.404,3	42,3	-62,3	1,6	0,4

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI)

6. Pecuária Leiteira

Nos últimos anos ocorreram transformações marcantes no complexo leiteiro brasileiro, resultantes da profunda reestruturação patrimonial ocorrida, acentuando a concentração da indústria de laticínios no país. Em meados da década de 80, grandes empresas entraram no país adquirindo ou realizando fusões com diversos laticínios, alguns em péssima situação financeira. Essa reestruturação incorporou, também, importantes inovações de produtos e de processos, como o lançamento no mercado do leite longa vida ou Ultra High Temperature (UHT) e, mais recentemente, a implementação da logística da cadeia de frio, desde o armazenamento na propriedade até o transporte da produção para as usinas (granelização).

Esse era o quadro do setor quando, no início da década de 90, se implementou a política de abertura econômica e de desregulamentação do mercado. Com aumento das importações e retração de preços recebidos pelo produtor por período extenso, iniciou-se uma longa fase de crise na pecuária leiteira, inclusive no Estado de São Paulo.

Em que pese à importância do leite no abastecimento alimentar básico da população, é notória a defasagem entre oferta e demanda em potencial do produto. Se fosse seguida a recomendação de consumo por faixa etária, a demanda estimada de leite no Brasil seria de 35,7 bilhões de litros/ano, cerca de 70% acima da atual oferta. O destino do leite produzido é fundamentalmente o mercado interno, porém, algumas empresas, principalmente no Estado de São Paulo, estão exportando derivados como o leite condensado e o leite em pó e muitos especialistas apontam o mercado externo como uma boa oportunidade para a cadeia produtiva do leite.

Entre as mudanças no panorama da produção leiteira no país está seu crescimento no Brasil Central, resultado do crédito do Fundo Constitucional do Centro-Oeste que, revelando uma das faces da guerra fiscal com interferência no desempenho da cadeia, de fato alterou a proporção interestadual da oferta de leite, o que foi um dos fatores que contribuiu para que o Estado de São Paulo caísse da posição de 2º produtor, participando com cerca de 11% da produção nacional, em 1997, para a de 5º produtor, participando com menos de 9% do total, em 2001.

Apesar das suas dificuldades, a produção leiteira paulista vem resistindo e alcançou, em 2002, o volume de 2,03 bilhões de litros, representando um crescimento de 1,4% em relação a 2001. Neste

ano, o volume de leite recepcionado pela indústria no Estado de São Paulo atingiu 2,18 bilhões de litros, a diferença com a produção estadual é suprida pelas importações de leite de outros estados, indicando seu papel preponderante na industrialização do produto. Apesar do grande volume de leite processado, a informalidade na comercialização do leite cru não foi eliminada no Estado (CHABARIBERY, 2003).

Com a crise dos anos 90, a rentabilidade tornou-se incompatível com os custos de produção, principalmente do leite tipo B, ocorrendo falência de produtores seguida de liquidação dos rebanhos mais especializados. Grande parcela dos que permaneceram na atividade transferiram-se para um sistema de produção menos caro ou já produziam nele. Nos anos de 2001 a 2003, a crise da pecuária leiteira foi parcialmente superada, pois os preços recebidos pelos produtores tiveram certa recuperação, propiciando novo impulso à atividade.

Embora a produção de leite seja bastante disseminada no Estado de São Paulo, é possível identificar algumas bacias leiteiras consideradas mais tradicionais, como a do Vale do Paraíba e da Região de São João da Boa Vista que, durante os anos 80, se especializaram na produção de leite tipo B. Com a reestruturação das empresas de laticínios, ocorreram modificações na importância relativa dessas bacias leiteiras, havendo expansão da produção de leite, sobretudo nas Regiões Oeste e Noroeste do Estado (Tabela 29).

Com relação à tecnologia, existe grande heterogeneidade entre os pecuaristas leiteiros, mas o sistema de produção de leite a pasto é o mais empregado no Estado de São Paulo, variando, conforme a região, a intensidade de utilização das pastagens. Nas condições climáticas do estado, existe um potencial considerável para a intensificação do pastoreio, pois há espécies forrageiras de alta produtividade e de manejo relativamente fácil, adequadas ao sistema de pastejo rotacionado, que permite grande lotação por unidade de área, sem reduzir a produtividade animal.

Outros sistemas produtivos, como o semiconfinamento e o confinamento, convivem com a produção de leite a pasto, porém com menor presença, sendo mais típicos nas produções de leite tipo A ou B e nas regiões de Araraquara, Bragança Paulista, São João da Boa Vista e Vale do Paraíba.

A despeito do movimento de venda de animais altamente especializados para criadores de outros estados, ocorrido no final dos anos 90, a recuperação da confiança dos produtores paulistas nos anos mais recentes incentivou o melhoramento do rebanho, por meio da

Tabela 29
Evolução da Participação Regional na Produção do Leite
Estado de São Paulo
1995, 2000 e 2002

Regiões e Mesorregiões	Tipo Leite	Ano		
		1995	2000	2002
		Participação (%)		
Estado de São Paulo	B	100	100	100
	C	100	100	100
Oeste	B	4	5	9
	C	18	19	20
Noroeste	B	17	26	23
	C	38	38	38
Centro-oeste	B	18	15	13
	C	16	13	13
Nordeste	B	21	21	21
	C	11	10	8
Centro-sul	B	8	9	6
	C	9	10	8
Litoral Sul Paulista	B	0	0	1
	C	1	1	1
Metropolitana de São Paulo	B	1	6	2
	C	0	2	2
Vale do Paraíba Paulista	B	31	18	25
	C	7	7	10
Produção no Estado		Em mil litros		
	B	397.440	348.173	344.972
	C	1.411.801	1.566.100	1.619.950

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA)

utilização de sêmen importado ou nacional de boa qualidade.

No campo da assistência técnica voltada para pequenos produtores de leite surgiram avanços, como o projeto de técnicos da Embrapa - Pecuária Sudeste, localizada em São Carlos/SP, que pretende motivar os pecuaristas a adotarem técnicas de baixo custo que trazem melhores retornos na produção e, consequentemente, monetários. Segundo os pesquisadores dessa instituição, a rotação de pasto e a utilização da mistura cana com uréia, para suplementar a alimentação de bovinos de leite durante o período seco do ano, em que diminui o volume de massa verde no pasto, permitem a produção de seis a oito litros de leite/vaca/dia sem o uso de concentrados. Esta técnica tem sido adotada com grande sucesso por pequenos produtores, pois reduz os custos com alimentação volumosa para o gado em até 30%. O projeto implementou propriedades "modelo" em vários municípios do Estado de São Paulo, para efeito de demonstração e divulgação das técnicas de manejo do rebanho. Geralmente, a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) participa das programações, acompanhando e incentivando a evolução dos produtores, juntamente com os pesquisadores da Embrapa.

A CATI tem incentivado os produtores de leite a fabricarem derivados com baixo custo e tecnologia artesanal, como queijos e leite condensado. Todavia, a maior dificuldade que os produtores encontram é na obtenção do certificado de inspeção municipal (SIM), que permite a venda dos produtos em âmbito municipal, devido às exigências da fiscalização sanitária.

O Sebrae/SAI, em parceria com outras instituições, como a CATI, o IEA e o Itesp, vem implementando programas para a melhoria dos sistemas de produção de leite para pequenos produtores, com o fomento de cursos de capacitação e o acompanhamento dos produtores que aderem aos projetos regionais.

O Fundo de Expansão da Agropecuária e da Pesca (FEAP) tem fomentado algumas atividades ligadas à produção leiteira, inclusive a criação de miniusinas de leite. Apesar do crescimento do número destas, é difícil avaliar se elas sobreviverão à concorrência das grandes marcas e se existe qualidade nos produtos ofertados.

Em geral, os pequenos produtores de leite utilizam pouco financiamento e, quando recorrem ao crédito rural, preferem o do PRONAF que oferece taxas de juros mais baixas. A compra de insumos geralmente realiza-se a crédito nas cooperativas ou, também, nas lojas privadas, que costumam financiar o produtor.

O Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite (PNMQL), lançado em 2002 pelo Governo Federal, vai requerer a adequação da pecuária leiteira a padrões de qualidade do leite cru. Faz exigência, também, com relação à estrutura construída, manejo sanitário do rebanho, contagem de células somáticas, armazenamento, coleta e transporte do leite refrigerado, entre outros itens. O prazo para a implementação desses padrões no Estado de São Paulo estava previsto para 2005.

7. Bovinocultura de Corte

No período de 1990 a 2000, a produção brasileira de carne bovina cresceu 60%, enquanto a de carne de frango cresceu 150% e a de carne suína, 80%. A disponibilidade interna agregada das três carnes aumentou 50% no período, atingindo 200g/ habitante/dia no ano 2000, quantidade suficiente para suprir a necessidade humana de proteína, o que não ocorre devido à péssima distribuição de renda do país.

A disponibilidade interna das carnes, porém, cresceu menos do que sua produção, indicando a crescente importância das expor-

tações como destino da carne produzida. A não ser que haja sensível distribuição da renda nacional, a sustentação do crescimento da produção de carnes dependerá, cada vez mais, das exportações. O consumo interno, que em 1990 absorvia 95% da produção total de carnes, em 2000 absorveu apenas 89%, embora tenha crescido ao longo da década.

Essa necessidade de expansão das exportações para manter o crescimento da produção pecuária não é vista como um problema, em razão da competitividade da produção nacional em relação ao custo de produção e também no aspecto sanitário, especialmente valorizado depois do surgimento do problema da vaca louca e do ressurgimento da febre aftosa na Europa, que favorecem o consumo do frango e também da carne bovina brasileira.

Em 2002, o Brasil produziu 7,67 milhões de toneladas de carne bovina, enquanto os EUA produziram 12,33 milhões de toneladas, a China produziu 5,6 milhões de toneladas e a Austrália, 2,11 milhões de toneladas. Nesse ano o Brasil foi o terceiro exportador mundial, com 929 mil toneladas, vindo após os EUA, com 1.119 mil toneladas e a Austrália, com 1.420 mil toneladas. Em 2003, a Austrália foi o maior exportador, com 1,25 milhões de toneladas de carne e o Brasil exportou mais que os EUA: 1,21 contra 1,19 milhões de toneladas. Para 2004 em diante, o Brasil deverá ser o primeiro exportador superando o patamar de 1,4 milhões de tonelada, vindo a seguir Austrália e EUA.

A pecuária de corte brasileira apresentou ganhos de produtividade muito significativos nos últimos vinte anos, pois a taxa de abate cresceu 24% e a taxa de produção de bezerros cresceu 20% (FERRAZ, 2003). Nesse período, o rebanho cresceu 28%, atingindo 167,4 milhões de cabeças em 2002.

A produção e as exportações brasileiras podem continuar crescendo, pois a produtividade média das pastagens e do rebanho ainda está distante do limite possível com a tecnologia atualmente disponível, além do que as práticas de manejo rotacionado das pastagens, semiconfinamento ou confinamento ainda são pouco utilizadas. Também se nota, em todo o país, grande investimento na melhoria da qualidade genética do rebanho.

O Estado de São Paulo, embora não tenha o maior rebanho, foi o maior produtor de carne do país até 2002, contribuindo para isso o fato de importar gado vivo de outros estados. No entanto, a partir de 2003, o maior produtor nacional de carne bovina passou a ser o Mato Grosso do Sul, cujo rebanho é 85% superior ao paulista e onde há uma política estadual que visa aumentar a produção e as exportações.

A pecuária em geral, e especialmente a pecuária paulista, vem sendo pressionada pela expansão da agricultura, cuja rentabilidade vem aumentando nos últimos anos, causando elevação dos preços da terra e ocupando áreas de pastagem, de modo que, apesar de apresentar ganhos na produtividade das pastagens e melhoria no desempenho do rebanho, quanto à eficiência reprodutiva e ao ganho de peso, a produção paulista de carne bovina vem decrescendo. Depois de atingir o recorde de produção em 1996, com 1,14 milhões de toneladas, apresentou seu menor resultado em 2002, com 0,95 milhão de toneladas de carne (FERRAZ, 2003).

Dados do IEA de 2002 demonstram que, em São Paulo, as principais regiões produtoras são a Oeste, cuja produção representou 33% do valor da carne produzida no conjunto do Estado, a Noroeste, que representou 26,5%, e a Centro-Oeste, que representou 23% do valor da produção estadual de carne bovina (Tabela 30).

Tabela 30
Valor da Produção da Carne Bovina por Região
Estado de São Paulo
1995, 2000 e 2002

Região	Valor da Produção [1] (R$)			Participação (%) em 2002	Variação (%)	
	1995	2000	2002		2002/1995	2002/2000
Estado de São Paulo	2.472.261.878	3.083.546.469	3.368.731.944	100	36	9
Litoral Sul	18.655.834	21.025.308	23.365.597	0,7	25	11
Metropolitana de São Paulo	3.460.330	5.358.777	5.399.835	0,2	56	1
Centro-Oeste	562.633.979	723.530.087	777.925.624	23,1	38	8
Centro-Sul	196.958.519	237.784.389	263.499.905	7,8	34	11
Nordeste	134.068.484	184.987.816	202.489.453	6	51	9
Noroeste	644.711.648	814.993.213	894.202.111	26,5	39	10
Oeste	860.823.409	1.008.020.799	1.115.031.466	33,1	30	11
Vale do Paraíba	50.949.674	87.846.079	86.817.953	2,6	70	-1

1 - Com preços méd ios estimados para dez.2002, em reais, corrigidos pelo IPCA.
Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA)

Nas economias regionais do Estado, a bovinocultura tem papel muito importante. No Vale do Paraíba, por exemplo, cuja participação no valor da produção paulista de carne foi de apenas 2,6% em 2002, o valor da carne produzida chegou a 34% de todo valor produzido pela agropecuária regional (Tabela 31).

Tabela 31
Participação da carne bovina no Valor da Produção Agropecuária, segundo Região
Estado de São Paulo
1995, 2000 e 2002

(em %)

Região	1995	2000	2002
Litoral Sul	3,8	7,0	9,3
Metropolitana de São Paulo	1,6	2,3	2,2
Centro-Oeste	33,4	33,6	30,4
Centro-Sul	11,1	14,1	12,9
Nordeste	4,9	6,6	5,5
Noroeste	11,4	12,7	11,0
Oeste	45,1	45,7	44,6
Vale do Paraíba	18,4	36,9	34,1
Total do Estado	15,6	17,9	16,0

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA)

8. Avicultura de Corte

A avicultura de corte brasileira, na qual a avicultura paulista foi pioneira, passou por um largo período de crescimento acelerado da produção, concomitante a uma significativa redução do preço real do frango e a um grande aumento do seu consumo, tornando-se parte integrante da dieta popular. De uns anos para cá, porém, o consumo per capita brasileiro da carne de frango estabilizou-se, em níveis relativamente altos, e a produção continuou crescendo em ritmo acelerado, graças à conquista de parcelas crescentes do mercado internacional, no qual o Brasil detêm hoje a posição de segundo maior exportador, com volume correspondente à metade do exportado pelos EUA, maior produtor e exportador mundial.

A entrada do frango brasileiro no mercado externo foi viabilizada por sua competitividade, calcada nos ganhos de produtividade conseguidos no próprio setor avícola e, também, em ganhos de produtividade conseguidos na produção nacional dos principais insumos utilizados na criação, ou seja, na produção de milho e soja.

Nos estados em que a atividade avícola é mais recente - como Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e, também, na área de expansão recentíssima do Centro-Oeste brasileiro -, as plantas dos abatedouros são maiores e mais modernas e desfrutam de ganhos de escala significativos, o que não acontece em São Paulo, onde há grande número de empresas pequenas e médias, nenhuma realmente grande, todas elas voltadas para o abastecimento interno, embora algumas poucas exportem pequenas parcelas da produção.

Já faz alguns anos que a avicultura paulista vem apresentando perda relativa de participação na produção nacional de carne de frango e tem enfrentado um problema, que é a entrada crescente de aves produzidas em outros estados no mercado paulista, o maior do país, fenômeno que se intensifica sempre que ocorrem frustrações na expectativa de exportação e que se reflete em aviltamento de preços no mercado paulista.

Estes fatos preocupam todos os agentes da cadeia produtiva do frango paulista, à medida que demonstram sua perda de dinamismo e competitividade. Os abatedouros paulistas, mais antigos, menores e menos capitalizados que os dos estados do Sul do país, correm riscos de não resistir a uma guerra de preços com os grandes grupos exportadores desses estados, cuja participação na produção nacional de carne de frango vem aumentando.

No Estado de São Paulo, a produção de carne de aves concentra-se na Região Nordeste, que produziu 41,1% do total do Estado

em 2002, na Noroeste, que produziu 28,3%, na Região Centro-Sul, que produziu 16,9% e na Centro-Oeste que produziu 13%. Os dados indicam que a Região Nordeste continua expandindo fortemente sua produção e ampliando sua distância diante de todas as outras, embora nos dois últimos anos a Região Centro-Oeste tenha demonstrado maior ímpeto de crescimento (Tabela 32).

A avicultura de corte assume maior importância na composição do valor da produção agropecuária total nas Regiões Nordeste e Centro-Sul, participando com 12,8% e 9,3%, respectivamente; em ambos os casos essa participação foi inferior à observada em 2000 (Tabela 33).

Tabela 32
Valor da Produção [1] de Carne de Frango, Estado de São Paulo
1995, 2000 e 2002

Região e mesoregião	1995		2000		2002	
	R$	%	R$	%	R$	%
Oeste	9.368.453	1	5.582.937	1	4.076.188	0
Araçatuba	3.902.397	1	3.195.266	0	2.031.343	0
Presidente Prudente	5.466.056	1	2.387.670	0	2.044.845	0
Noroeste	247.953.877	33	361.060.078	35	320.692.356	28
Araraquara	151.843.722	20	218.825.794	21	183.448.100	16
Ribeirão Preto	36.690.684	5	65.804.618	6	57.375.010	5
São José do Rio Preto	59.419.469	8	76.429.666	7	79.869.246	7
Centro-Oeste	92.843.698	12	110.437.201	11	147.026.647	13
Assis	3.429.282	0	1.645.249	0	2.197.910	0
Bauru	83.426.906	11	104.323.392	10	128.722.152	11
Marília	5.987.510	1	4.468.560	0	16.106.585	1
Nordeste	273.596.527	36	400.122.170	38	465.627.829	41
Campinas	172.230.566	23	293.322.691	28	273.619.419	24
Piracicaba	101.365.960	13	106.799.480	10	192.008.410	17
Litoral Sul Paulista	176.762	0	20.859	0	66.000	0
Centro-Sul	98.312.648	13	163.382.325	16	191.207.720	17
Macrometropolitana Paulista	42.554.215	6	93.357.880	9	98.220.320	9
Itapetininga	55.758.433	7	70.024.445	7	92.987.400	8
Metropolitana de São Paulo	1.830.426	0	2.147.556	0	3.638.208	0
Vale do Paraíba Paulista	30.809.601	4	87.503	0	68.750	0
Estado São Paulo	754.891.991	100	1.042.840.630	100	1.132.403.697	100

1 - Com preços médios estimados para dez.2002, em reais, corrigidos pelo IPCA.
Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA)

Na região do Vale do Paraíba, a avicultura perdeu toda a importância econômica que já teve, pois representava 11,1% do valor da agropecuária regional em 1995 e, em 2002 não representou praticamente nada. Na região Centro-Oeste, a atividade vem adquirindo maior importância, atingindo quase 6% em 2002.

9. Avicultura de Postura

Segundo estimativas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), o Brasil é atualmente o oitavo produtor mundial de ovos, muito embora seu consumo per *capita/ano*, esti-

mado em 90 e 93 ovos, em 2000 e 2001, respectivamente, seja muito inferior ao observado em Taiwan, no Japão e no México, onde ultrapassa 300 unidades *per capita/ano*, e abaixo também do verificado na China, França, Estados Unidos, Hong Kong, Alemanha e Espanha, onde ultrapassa 200 ovos per *capita/ano*.

Tabela 33
Participação Percentual da Avicultura de Corte no Valor da Produção Agropecuária Regional e no Estado de São Paulo
1995, 2000 e 2002

Região	1995	2000	2002
	Participação (%)		
Litoral Sul	0	0	0
Metropolitana de São Paulo	1	1	2
Centro-Oeste	3	3	6
Centro-Sul	6	10	9
Nordeste	10	14	13
Noroeste	4	6	4
Oeste	1	0	0
Vale do Paraíba	11	0	0
Estado	5	6	5

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA)

A produção brasileira de ovos, de acordo com a União Brasileira de Avicultura (UBA), atingiu um pico em 1996, quando ultrapassou 15,9 bilhões de unidades. Em 1997 a postura entrou em forte crise, causada pela retração do consumo. Nos anos seguintes, a produção veio se recuperando lentamente, embora não tenha recuperado os níveis de produção de 1996.

Essa produção destina-se quase que exclusivamente ao mercado interno, onde predomina a comercialização do ovo in natura. Para lidar com uma demanda interna que não está crescendo o suficiente para dar sustentação a níveis de produção mais altos, embora o consumo nacional seja relativamente baixo, os produtores de ovos têm adotado a estratégia, nem sempre bem-sucedida, de reduzir seus plantéis de poedeiras sempre que os custos de produção excedem os preços. A perspectiva de crescimento do setor voltado ao mercado interno depende de maior renda disponível para a aquisição de alimentos, além de esforços de marketing para combater a crença generalizada de que o ovo contém muito colesterol.

Embora o padrão técnico da avicultura de postura brasileira, e da paulista em particular, seja elevado, tendo atingido patamares de produtividade e qualidade que a habilitam para a conquista de maior espaço no mercado externo, a exportação brasileira de ovos ainda é muito pequena e irregular. Seus valores mais altos, em 1998 e em 2000, atingiram, respectivamente, apenas 0,9% e 0,8% da produção. O principal produto exportado tem sido a clara líquida e, em

2002, foi iniciada a exportação de ovos in natura para o Japão.

A industrialização do ovo, ainda incipiente no país, onde absorve apenas cerca de 5% da produção total, ocorre predominantemente em São Paulo, maior produtor do país. O potencial dessa indústria pode ser avaliado pelo fato de que em outros países, como o Japão, a parcela industrializada chega a 50% do ovo consumido, e é utilizada basicamente na indústria alimentícia.

O Estado de São Paulo responde por cerca de 40% da oferta nacional. O número total de granjas no Estado vem se reduzindo, especialmente o das pequenas. Dessa forma, aumenta a parcela das granjas grandes na produção paulista, algumas das quais com unidades produzindo em outros estados. As exportações para outros países têm ocorrido a partir de São Paulo, que também exporta para outras unidades da Federação.

A produção paulista de ovos está fortemente concentrada na região Centro-Oeste (53%), especificamente na mesoregião de Marília, no município de Bastos e vizinhança. A segunda região mais importante na produção de ovos é a região Oeste (Araçatuba e Presidente Prudente), com 15,4% da produção. Todas as demais regiões, com exceção do Vale do Paraíba e Litoral Sul, onde a produção é insignificante, produzem em torno de 8% do total (Tabela 34).

Tabela 34
Valor da Produção de Ovos, por Região e Estado de São Paulo
1995, 2000 e 2002

Regiões	Valor da Produção [1] (R$)			Part.	Variação (%)	
	1995	2000	2002	2002	2002/1995	2002/2000
Litoral Sul	251.417	130.411	36.962	0	-85	-72
Metropolitana de São Paulo	40.693.657	55.008.304	50.872.565	7,8	25	-8
Região Centro-Oeste	138.456.408	265.650.356	347.336.791	53	151	31
Região Centro-Sul	27.094.923	31.164.302	45.702.187	7	69	47
Região Nordeste	82.545.561	32.711.950	56.157.697	8,6	-32	72
Região Noroeste	29.017.922	41.677.314	49.717.288	7,6	71	19
Região Oeste	89.517.892	115.613.282	100.607.044	15	12	-13
Vale do Paraíba	3.237.529	3.917.044	2.090.500	0,3	-35	-47
Total Estado	410.815.311	545.872.963	652.521.033	100	59	20

1 - Com preços médios estimados para dez.20 02, em reais, corrigidos pelo IPCA.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA)

É interessante notar que a produção de ovo tem a sua maior importância no valor gerado pela agropecuária na região Metropolitana de São Paulo (Tabela 35), que é uma região pequena e de exploração limitada pela existência de grandes áreas urbanas, de reservas florestais e de represas. Nessa região, o pólo produtor de ovos é o município de Mogi das Cruzes, onde houve grande concentração de imigrantes japoneses, que introduziram a atividade na região, tal como aconteceu em Bastos.

Tabela 35
Participação percentual do ovo no Valor da Produção Agropecuária por Região
Estado de São Paulo
1995, 2000 e 2002

(em %)

Região	1995	2000	2002
Litoral Sul	0,1	0	0
Metropolitana de São Paulo	19,1	23,7	20,7
Centro-Oeste	4,9	8,2	8,8
Centro-Sul	1,5	1,8	2,2
Nordeste	3,0	1,2	1.5
Noroeste	0.5	0,6	0,7
Oeste	4,7	5,2	4,0
Vale do Paraiba	1,2	1,6	0,8
Total do Estado	2,6	3,2	3,1

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA)

CONCLUSÃO

A pesquisa demonstrou a diversidade da estrutura agrária paulista, deixando claras duas tendências muito fortes: por um lado, o crescimento do complexo sucroalcooleiro, que domina as regiões noroeste e nordeste, mas se expande vigorosamente para o oeste, centro-oeste e centro-sul, determinando a predominância da cultura da cana-de-açúcar no estado, o que vem causando mudanças sob três aspectos: sociais, na medida em que os novos rumos técnicos para essa cultura requerem o uso da colheita mecânica, desempregando grande contingente de trabalhadores; ambientais, pois requer o abandono contínuo da prática da "queimada" da cana anterior ao corte manual; e, econômicos, pois além da dependência financeira centrada em um só produto, o produtor deverá ficar cada vez mais atrelado à usina e ao mercado externo.

Por outro lado, houve uma reestruturação patrimonial nos complexos agro-industriais, acentuando a concentração na indústria. Como exemplo tem-se as aquisições e fusões no complexo canavieiro, cafeeiro, citrícola e nos laticínios. Houve elevação da participação de empresas multinacionais e, no setor citrícola, observou-se investimentos industrias fora do país. Ao mesmo tempo, uma das particularidades da produção paulista é a diversificação, com setores que, embora pouco representativos no conjunto da produção paulista, possuem certa importância no contexto nacional.

Essas tendências foram consolidadas a partir dos anos 90, quando ocorre uma mudança estrutural no agro paulista, mas que já estava em curso desde meados da década de 80. Verificou-se, então, grande concentração da produção em um menor número de culturas integradas aos grandes complexos agroindustriais, que tam-

bém, foi afetada pelo processo de interiorização da indústria paulista verificado a partir de meados dos anos 80. Além dos mercados urbanos, tal processo foi estimulado pelo acesso aos mercados externos, com uma configuração regional fortemente determinada pelas estratégias dos complexos agro-industriais, capaz de transformá-la em períodos de tempo cada vez mais reduzidos.

Enquanto algumas atividades foram perdendo peso no valor da produção do estado de São Paulo, nas culturas de cana-de-açúcar e na produção de carne bovina vem ocorrendo o contrário, e são responsáveis por um percentual crescente da produção paulista. E também sofreram intenso processo de modernização, especialmente no que se refere à mecanização da cultura da cana. Junto com a laranja, essas atividades respondem por 60% dos valores produzidos pela agropecuária, ocupando posição de destaque em termos de área, no caso dos canaviais, e de importância na agroindústria para a exportação, no caso do suco de laranja.

A fruticultura, incluindo a produção de laranja, e a olericultura são importantes empregadoras de força de trabalho agrícola (1/3 da demanda por força de trabalho) e ocupam área reduzida (14% da área). A laranja produzida em São Paulo e transformada em suco concentrado já representa mais da metade do suco consumido no mundo. Entretanto, o valor da produção de frutas frescas e olerícolas, excluindo a laranja, no Estado de São Paulo, decresceu entre 1995 e 2002, o que levou à crescente importação desses produtos, de outros estados, para o consumo interno paulista.

Na área de meio ambiente, notou-se a disseminação do reconhecimento da importância de recomposição da matas ciliares. Poucos avanços foram constatados no sentido da questão ambiental estar incorporada no sistema de produção ou no cotidiano dos produtores. Isto é, a questão do meio ambiente surge a reboque dos problemas gerados. Assim foi a ação da CETESB nas regiões de reflorestamento, do Ministério Público nas áreas de cana-de-açúcar para a recomposição de matas ciliares que surge depois dos grandes problemas de qualidade de água, especialmente nas regiões próximas aos grandes centros urbanos, e da diminuição de águas superficiais.

Muitos entrevistados identificaram um modelo de desenvolvimento contraditório no estado, onde a agricultura moderna se expressa como a monocultura integrada a grandes complexos agroindustriais, que desloca os produtores familiares e acaba com a diversidade de pequenos negócios associados a eles. Em todas as regiões, a agricultura familiar foi considerada como um modelo que

viabilizaria a sustentabilidade econômica e social, mas as políticas públicas são voltadas aos grandes complexos agroindustrais, e aquelas voltadas à agricultura familiar obtêm, quando muito, resultados parciais e localizados.

A partir desse impasse, muitos agentes passam a direcionar seus esforços para projetos de desenvolvimento local que, no entanto, não conseguem maior capilaridade, pois carecem de uma política nacional de incentivo à diversificação, comercialização em menor escala e difusão de tecnologias produtivas e gerencias apropriadas.

O papel das organizações públicas de pesquisa, de assistência técnica, de crédito e de infra-estrura, articuladas às iniciativas privadas fazem parte da história do desenvolvimento paulista e da expansão econômica de diversas atividades no interior do estado. Assim entende-se o crescimento recente dos complexos de cana-de-açúcar, laranja e soja. Sendo assim, o tipo de desenvolvimento e a conseqüente conformação regional do rural paulista, apesar de obedecer uma lógica de competitividade, também tiveram a contribuição, ao serem delineados, da ação deliberada das instituições e organizações.

Nesse contexto, a metodologia aplicada para a delimitação e caracterização das regiões, ao buscar a multiplicidade de opiniões dos diferentes agentes econômicos, sociais e políticos sobre o rural paulista, mostrou-se capaz de identificar as regiões, suas dinâmicas e, especialmente, suas tendências e articulações institucionais. Esta opção se contrapõe à adoção de uma regionalização previamente definida, por exemplo através de critérios administrativos, políticos ou geográficos.

Dentre as instituições públicas, a assistência técnica, ao passar para a esfera municipal, mas dentro da programação de atividades do governo estadual e mesmo nos programas do governo federal que a impunham como contrapartida, inviabilizou a implantação e continuidade de projetos que favorecessem os setores de menor capacidade de articulação, como os pequenos produtores. O motivo para a contratação ou demissão do técnico, quase sempre de foro político, criava um impasse para o desempenho do profissional. Por outro lado, os setores articulados, como o de insumos, maquinários e agroindústrias, passaram a desenvolver mecanismos próprios nesta área, num processo de substituição da iniciativa pública pelo empreendimento privado.

Quanto às instituições de pesquisa, observou-se também esse processo de substituição combinado a uma espécie de adequação das instituições públicas às demandas mais imediatas dos setores

mais dinâmicos da agricultura, com a criação de centros privados de pesquisa e extensão patrocinados por organizações setoriais ou empresas líderes, como foi o caso da Coopersucar na produção de cana-de-açúcar e do Fundecitros na citricultura.

Em que pese este processo, outras instituições públicas passaram a ter papel relevante no rural paulista, caso do Mistério Público, especialmente na área ambiental, mas com reflexos em outras áreas. A ação voltada para o corte na cana-de-açúcar, ao disciplinar as queimadas, concretizou a introdução da colheita mecânica reduzindo drasticamente a demanda de mão-de-obra nas lavouras implantadas em regiões de perfil menos acidentado. Outra ação, voltada para a reconstituição de parte da vegetação nativa, especialmente nas áreas de recomposição de mata ciliar, abre espaço para novos negócios de produção e de comercialização de mudas impulsionados, também, pelos projetos nas microbacias.

O sistema de organização da produção, da pesquisa e extensão e do próprio crédito está bem articulado numa lógica setorial das cadeias produtivas. As questões sociais e ambientais, neste contexto, ficaram como elementos exógenos ao modelo de desenvolvimento que se mostrou insuficiente para dar conta das questões inerentes da agricultura familiar.

A agricultura familiar necessita de uma abordagem sistêmica própria que leve em consideração a diversidade de culturas e a qualidade de vida, dado que nela quem decide sobre a atividade é também quem as executa. A própria natureza da unidade de produção com base na mão-de-obra familiar impõe uma visão ampla de desenvolvimento, não somente o econômico.

Essa visão é apresentada em contraposição com as visões de desenvolvimento pautadas pelos complexos agroindustriais que incentivam a monocultura integrada. O modelo da agropecuária diversificada também visa à integração, mas com uma visão sistêmica e gerencial mais ampla.

Algumas iniciativas de pesquisa-ação recentes foram bem avaliadas. Na pecuária, por exemplo, sistemas mais intensivos, inclusive o de piquetes, liberam área para grãos sem reduzir produção de carne/leite. O baixo custo e a simplicidade da técnica, com o emprenho e articulação das instituições envolvidas, mais o aumento imediato da renda, viabiliza o sistema inclusive para os pequenos produtores.

Com relação a políticas públicas, o Fundo de Expansão da Agropecuária e da Pesca (FEAP) e o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH) foram indicados em todas as regiões

como alternativos para o incentivo ao desenvolvimento, principalmente da agricultura familiar. No período analisado, o PRONAF atendia apenas alguns municípios considerados mais carentes no estado de São Paulo.

A integração e a articulação de projetos, organizações e instituições mostraram-se fundamentais para o sucesso de iniciativas locais para projetos de desenvolvimento. Porém, seria necessária a articulação com uma política central, pois, a falta de uma diretriz levou ao elevado número de iniciativas frustradas e os métodos participativos, para o empoderamento da população e a sua conscientização, foram em parte desacreditados.

Em quase todas as regiões foram apresentadas iniciativas de organização dos produtores, sendo várias delas frustradas. O que se destaca como um aspecto a ser pensado é algum tipo de sistema de informação e de defesa para que não se repitam os calotes aos quais várias organizações de produtores foram submetidas, principalmente na fase de comercialização da produção.

Por outra parte, a idéia das atividades não agrícolas foi disseminada e houve muitos investimentos frustrados, especialmente em pesque-pague. A conclusão geral é que o turismo rural depende da existência de atrativos naturais, mas também da menor distância dos grandes centros. O turismo rural se desenvolve em propriedades maiores, atraindo público da capital e, mesmo o proprietário, em geral tem uma vivência mais urbana.

PARTE II
A QUESTÃO AGRÁRIA EM SÃO PAULO: POLÍTICAS PÚBLICAS, REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO.

As transformações que as relações sociais experimentaram no curso do desenvolvimento capitalista, principalmente no pós-guerra, colocaram para a sociedade contemporânea um contexto de mercantilização de todas as esferas da vida social. Para alguns, a intervenção do Estado e a expansão do comércio exterior foram os responsáveis por traçar alterações profundas sobre a base agrária e agrícola da realidade rural, a ponto de a produção agrícola ser transformada numa extensão da indústria manufatureira, ou mesmo, confundir-se com ela, seja na racionalização dos processos produtivos, seja na intensificação do uso de capital, valendo-se cada vez mais de "*inputs*" oriundos a jusante ou a montante das unidades agrárias.

Para muitos analistas, a dinâmica agrária em uma dada região pode ser identificada a partir de índices e indicadores construídos com base na distribuição das unidades produtivas, das áreas e dimensões territoriais que ocupam e das formas de gestão que essas unidades apresentam. Com isso, muitas vezes, os principais elementos taxonômicos para a análise são os sistemas de posse e uso da terra e as dimensões dessas propriedades.

Dessa forma, dois aspectos podem ser apontados no âmbito da estrutura agrária. Em primeiro lugar, por um lado, que as transformações na agricultura, tanto em países desenvolvidos como nos países da periferia capitalista, não necessariamente alteram ou

alteraram, profundamente, suas estruturas agrárias preexistentes. Essa ação deixada à orientação do "*mercado*" mostrou muito mais uma acomodação e adaptação, um "*ajuste*" na expressão de ARNALTE (1986), quando não até uma maior concentração nas estruturas agrárias. Por outro lado, mesmo quando as estruturas agrárias eram mais desconcentradas e orientadas por "*lógicas*" familiares de exploração, também estas puderam se adaptar com razoável sucesso às transformações tecnológicas oferecidas a partir do desenvolvimento capitalista.

Um segundo aspecto a ser apontado diz respeito à relação de "*patrimônio*" que a propriedade da terra possibilita e as alterações nos seus usos, com implicações diretas no mercado de trabalho. Esta é a questão que relaciona as opções e estratégias dos proprietários de terras, posto que são esses elementos que estão sendo alterados no momento atual do desenvolvimento capitalista.

Podemos identificar, por exemplo, a influência que a estrutura agrária, em uma dada região, opera nas relações sociais e institucionais. HOFFMANN (2001), analisando a relação entre desigualdade na posse da terra e indicadores de desenvolvimento humano nas microrregiões de alguns estados brasileiros, chega à conclusão que a estrutura agrária preexistente, tanto herdada como adaptada, "*condicionou a formação de toda a estrutura sócio-econômica na microrregião, estabelecendo características (inclusive a qualidade e a distribuição da educação) que até hoje tem forte influência na taxa de mortalidade infantil e na esperança de vida ao nascer*"

Assim, as alterações nos usos dos imóveis rurais trazem para a reflexão elementos sobre as características e o comportamento da estrutura agrária e também, sua relação com os mercados de terras e trabalho. Por exemplo, uma hipótese recorrente de que, à medida que a produção e a produtividade das unidades agrárias ampliam-se, possibilitando que a renda gerada por unidade de área prescinda cada vez mais da quantidade de terra, faz criar uma maior mobilidade no "*mercado de terras*", à medida que libera estoques de terra para outros fins.

ARNALTE (1986), estudando os mercados de terras de vários países da Comunidade Econômica Européia (CEE), identificou algumas variações nessa mobilidade e concluiu que: o que caracteriza o mercado de terras é uma escassa transparência e sua baixa mobilidade, impostas pelo monopólio da propriedade privada. Assim, não coaduna a idéia de um mercado competitivo e ágil "*na livre dotação dos fatores*" e que, a característica predominante é um intervencionismo generalizado, condicionado muitas vezes na bus-

ca de promover "modelos" de articulação dos produtores com objetivos políticos de distribuição de renda e riqueza. Dessa forma, graus e sentidos de intervenção estatal são determinados pela dinâmica da estrutura agrária encontrada e por aquela estrutura considerada desejável, tendo em vista as políticas econômicas de crescimento e desenvolvimento.

Essa questão permite identificar melhor o efeito que tem o monopólio da terra sobre a estrutura agrária. É que esse elemento, não econômico, discrimina a flexibilidade do mercado de terras em relação, por exemplo, ao mercado de trabalho e ao de produtos e bens finais. Discrimina calcado na impossibilidade da reprodução da terra. Nesse sentido, POLANYI (2000) tem razão quando afirma ser um dos feito "*mais fantástico*" do ser humano: a transformação de um elemento da natureza entrelaçado com o trabalho, em um "*fator de produção*".

No Brasil e na atualidade, a manutenção de uma estrutura agrária concentrada com grandes estoques de terras aptas para a produção, mas colocadas fora do processo de expansão da agricultura comercial de base exportadora, possibilita que se estabeleça uma estratégia de "acumulação produtiva com acumulação fundiária" (DELGADO, 2005), na medida em que a expansão produtiva se realiza horizontalmente. São exemplares, no país e em São Paulo particularmente, os casos da Cana, do Café, da Soja, da Pecuária e etc.

Assim, "há uma linha de continuidade, qual seja a reprodução da estrutura altamente desigual de posse e uso da terra" (DELGADO, 2005) que obriga ao Estado, enquanto um ente capaz de formular políticas e intervir nessas estruturas, a propor políticas de alteração da estrutura agrária existente.

O texto apresentado a seguir coloca essas questões. Em primeiro lugar destaca a relevância de um diagnóstico agrário como instrumento de planejamento de uma política de Reforma Agrária, principalmente na identificação das áreas a serem reformadas. Em segundo lugar, apresenta ações de Reforma Agrária e políticas públicas que são implementadas, destacando-se o resgate da ação do Estado enquanto instituição soberana na promoção de políticas que orientam o desenvolvimento das comunidades de assentados.

CAPÍTULO 1

DIAGNÓSTICO AGRÁRIO

A elaboração de um diagnóstico agrário é uma das atribuições, no governo federal, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, prevista no Estatuto da Terra (1964) através de seu artigo 43, que estabeleceu a *realização de estudos para o zoneamento do País em regiões homogêneas do ponto de vista sócio-econômico e das características da estrutura agrária*. Essa determinação visa estabelecer regiões críticas; regiões em diferentes estados de desenvolvimento; regiões economicamente ocupadas e em diferentes fases de ocupação.

Os objetivos de se estabelecer este zoneamento residem em se determinar áreas prioritárias que possam orientar as diretrizes de política agrária e as ações dos órgãos governamentais, em especial, as ações que visem atender "as disponibilidades agropecuárias das áreas..." "quanto à melhor destinação econômica das terras, a adoção de práticas adequadas segundo as condições ecológicas, capacidade potencial de uso e mercados interno e externo", além de recuperar áreas degradadas em virtude de uso predatório e ausência de medidas de proteção dos recursos naturais renováveis[21].

Foi com o Estatuto da Terra que se criaram requisitos legais para uma intervenção sistemática do Estado na questão agrária ao incorporar as propostas de modernização da propriedade agrícola (desenvolvimento agrícola) e a da justa distribuição das terras (justiça social) tão debatidas no início dos anos 60, na esteira das "Reformas de Base" (LEITE et. al, 2004).

Com as determinações, estabelecidas no citado artigo, ficavam identificadas as "*áreas prioritárias de Reforma Agrária*" que circunscreviam em um amplo perímetro uma ou mais "*áreas de ação*", onde se localizariam os imóveis rurais passíveis de serem desapropriados por interesse sociais para fins de Reforma Agrária.

Em termos de técnica de planejamento, os estudos de "*zoneamento*" traziam para o âmbito do Estado (para a esfera governamental), o papel disciplinador e ordenador na ocupação do solo agrícola permitindo que se caracterizassem os conflitos e entraves ao processo de desenvolvimento do país.

21 - Estatuto da Terra - Lei nº 4.504 de 30.11.1964 - artigos 43 a 46.

No entanto, a história agrária brasileira e paulista nesses 40 anos de Estatuto da Terra mostra que prevaleceu, muito mais, a modernização agrícola, do que a justiça social, uma vez que os processos de desapropriação só ganham impulso a partir da estruturação progressiva da luta pela Reforma Agrária organizada pelos movimentos sociais pelo país afora, retomando as lutas antes desencadeadas, por exemplo, pelas das Ligas Camponesas. Assim, as "*áreas prioritárias de Reforma Agrária*" só aparecem sistematizadas nos estudos que deram origem ao I Plano Nacional de Reforma Agrária - I PNRA, em 1985.

Vários diagnósticos e zoneamentos já foram elaborados para o Estado de São Paulo. Iniciativa de órgãos governamentais estaduais os trabalhos recentes como os de CARVALHO *et al*(1998) e SEADE (1999) se aproximam do que aqui se busca realçar, posto que procuram organizar as informações disponíveis de forma a proporcionar uma visualização das características naturais e sócio-econômicas do Estado, cruzando as informações históricas e atuais de sua economia agrícola com as condicionantes edafoclimáticas (CARVALHO, 1998); ou ainda, através de uma abordagem geral da agropecuária paulista, relacionando os principais complexos agroindustriais, as transformações da estrutura regional de cultivo; inovações tecnológicas e seus impactos no emprego agrícola, assim como a utilização de financiamento pelos agricultores e suas relações com o comércio exterior (SEADE, 1999). Em ambos é desenhada uma proposta de regionalização da estrutura produtiva do agropecuário paulista.

Não obstante a essas louváveis iniciativas, nossa preocupação neste artigo é realçar que, na composição de um cenário agrário paulista, se deve debater sobre o que KAGEYAMA (1993) chamou de "*assincronia da recolocação da população ocupada no complexo rural*". Ou seja, dado o processo de industrialização gerando uma maior divisão social do trabalho, a capacidade de liberar, reter ou absorver a mão-de-obra acaba por interpor uma crise, como um traço predominante, na integração daquela ao processo produtivo. Essa crise se espelha na incapacidade de novos setores da economia, industrial e da moderna agricultura, em absorver a força de trabalho liberada da atividade rural.

Assim, a composição do cenário agrário passa, inevitavelmente, por essa assincronia dada entre cidade e campo. Na obra de Ignácio Rangel essa assincronia surge como fruto da industrialização, quando o meio rural deveria modernizar-se para permitir a liberação de mão-de-obra necessária ao processo de industrialização.

Hoje, esta assincronia calca-se em um movimento semelhante, mas em ambos os cenários: o rural e o urbano.

Na cidade quanto no campo, a modernização surge com o objetivo de reduzir os custos de forma a maximizar lucros e aumentar a competitividade da produção no mercado internacional. Existe assim, um *re-ordenamento* da estrutura produtiva que, combinado com uma política de controle inflacionário, adotada em especial a partir do Plano Real, acaba gerando uma contínua redução nos postos de trabalho, tanto na cidade quanto no campo.

A crise do emprego que atinge algumas regiões produz movimentos distintos na cidade e no campo. As cidades industrializadas possuem geralmente uma economia mais dinâmica permitindo, dado a redução de postos de trabalho na indústria, uma migração de parte desses trabalhadores para outros setores da economia (comércio, serviços, construção civil e até, trabalho informal). No campo, a inexistência de alternativas de emprego, a sazonalidade e a informalidade transformam os trabalhadores rurais em importantes atores sociais e coloca a luta pela terra como sendo a forma de expressão do conflito social gerado pela exclusão do trabalhador rural, que passa a ver na conquista de um lote de reforma agrária sua única opção para o exercício de uma atividade econômica.

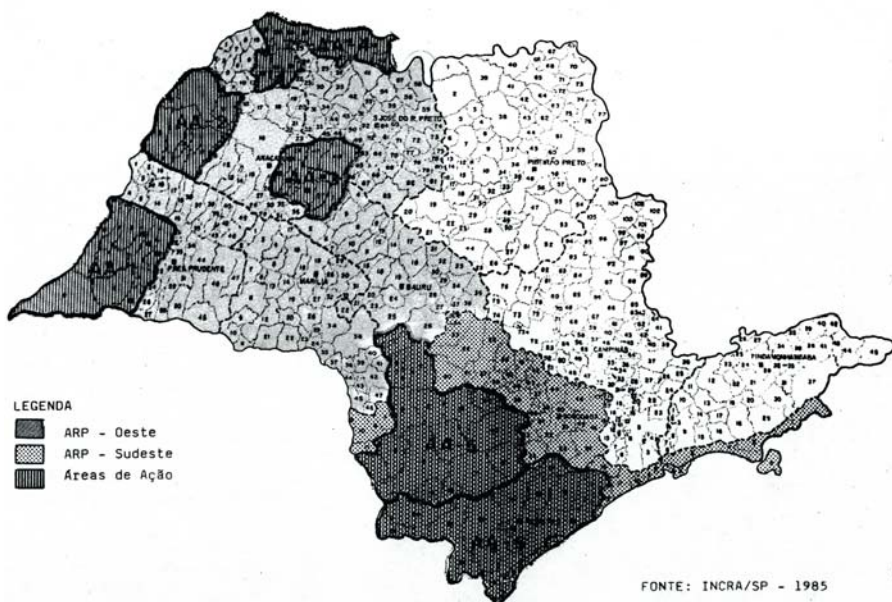
1. Delimitação das áreas de atuação da Reforma Agrária em São Paulo

A identificação de uma área geográfica onde se realizarão as ações de Reforma Agrária foi uma exigência legal até a promulgação da Constituição de 1988. Dessa forma, conforme já enunciado, quando da elaboração do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), editado por decreto em Outubro de 1985, as unidades regionais do INCRA sediadas nos Estados também se incumbiram de elaborarem seus respectivos Planos Regionais de Reforma Agrária, os PRRA e, no caso de São Paulo, editado a partir do Decreto 92.688 de 19 de Maio de 1986.

O trabalho que subsidiou a edição do Plano Regional para este estado, intitulado "*Anteprojeto do Plano Regional de Reforma Agrária*", apresentado em Dezembro de 1985, trouxe uma análise detalhada do cenário agrário do estado e "*através de indicadores, calculados para cada município do Estado, procurou-se detectar os pólos geográficos mais afetados pela concentração fundiária, pela ociosidade e subutilização dos recursos fundiários, por grandes*

investimentos públicos, pela tensão social e demanda potencial por terra." (INCRA, 1985; 16).

Os resultados das análises tipológicas realizadas foram apresentados em mapas que permitiram a "*identificação de seis perímetros*" ou "*Áreas de Ação*" (AA) distribuídas em duas grandes "*Áreas Prioritárias*" (ARP), situadas no Oeste e Sudeste do Estado, "*como os mais adequados à execução do PRRA durante o ano de 1986*" (INCRA, 1985). O Mapa 1 a seguir, extraído daquela publicação apresenta a localização dessas Áreas de Ação.

MAPA 1 - Áreas prioritárias e áreas de ação

Para as ações de Reforma Agrária, uma das conseqüências da promulgação da Constituição de 1988, dentre as várias existentes, foi estabelecer como desnecessária a definição de áreas prioritárias de intervenção fundiária. Posto que a Constituição introduziu novos conceitos sobre os imóveis passíveis de desapropriação e soterrou o tradicional conceito de Latifúndio (por dimensão e exploração), vigente pelo Estatuto da Terra.

Ao introduzir os conceitos de pequena e médias propriedades e o de Propriedade Produtiva "*insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária*" (art. 185, CF), a constituição individualizou

o processo de Reforma Agrária, descaracterizando a necessária análise crítica, global e regional, dos territórios e regiões onde se desenvolve o conflito agrário. Assim, o conflito agrário e fundiário passou a ser visto por muitos, como um processo pontual e, o caráter de intervenção e ordenamento na estrutura agrária e fundiária de uma dada região, um processo que apenas permanecia nos rincões do país, onde processos de ocupação e colonização traziam o conflito agrário e fundiário como sua principal característica. Para regiões de agricultura moderna, como em São Paulo, este cenário era uma página virada e portanto, uma etapa superada.

No entanto, em São Paulo encontra-se um mosaico de situações que reproduzem os mesmos problemas de outras regiões do país: latifúndios improdutivos; terras públicas federais e estaduais griladas; posseiros não titulados; pequenos proprietários e trabalhadores expulsos do campo pelo processo de concentração de capital na agricultura. (INCRA-SR(08)/MDA, 2004).

Em muitas localidades deste país as chamadas "*zonas reformadas*", que seriam as áreas prioritárias de Reforma Agrária, foram constituídas pela ação do movimento social que atuou mais fortemente em determinadas regiões. Em São Paulo, os casos do Pontal do Paranapanema e da região de Andradina são dois exemplos que ilustram essa situação. Tais regiões já estavam identificadas no diagnóstico realizado em 1985 e mantêm-se até hoje em função das contradições que a exploração agropecuária coloca.

A metodologia do zoneamento proposto pelo Estatuto da Terra foi definida pelo Decreto 55.891/65. A sua principal característica a ser destacada é que a metodologia aponta para uma homogeneização dos índices a serem calculados. Ou seja, buscava-se equalizar a distribuição demográfica, a ocupação sócio-econômica das terras e a renda per capta, ponderando-se esses fatores (ou índices) pelas características edafoclimáticas e ecológicas das regiões geográficas.

Ao fazer o diagnóstico da situação agrária em 1985, indicando as áreas prioritárias de Reforma Agrária e as Áreas de Ação, os planejadores daquela época indicaram o caráter geral da acumulação de capital no setor agropecuário brasileiro e paulista. Ou seja, apontaram o caráter patrimonialista que hoje sobressai por exemplo, na expansão canavieira em novas frentes pelo interior do Estado.

A expansão da cana é o aspecto particular desse caráter patrimonialista, na medida em que o avanço ou expansão do "*negócio*" cana se realiza em expansão concomitante de novas usinas e incorporação de mais terras ao complexo produtivo. Esse caráter patrimonialista se expressa, então, em um acúmulo de terras que

satisfaçam as condições edafoclimáticas e físicas de aproveitamento de uma planta industrial dada.

Incorpora-se o progresso tecnológico naquilo em que se afigura mais frágil institucionalmente, a posse e o domínio do solo e de custo relativo mais baixo (o preço da terra), comparado ao custo de implantação da planta industrial, evitando uma maior incorporação tecnológica naquilo que pode alterar a composição orgânica do capital investido na produção. Conclui-se do exposto que, não há uma prioridade na projeção da expansão do complexo sucroalcooleiro de uma proposta de política industrial que incorpore mais tecnologia no parque fabril do complexo, mas, sim, se prioriza uma estratégia agrária patrimonialista de expansão territorial.

2. O Comportamento Recente da Agricultura no Estado de São Paulo

O Estado de São Paulo é o estado da federação que expressa com mais clareza o poder econômico e político da atividade agropecuária existente no país. É o estado mais industrializado, apresenta a maior renda per capita, o mais urbanizado e concentra a maior parcela do PIB agropecuário e agroindustrial entre as unidades da federação. Por conta dessa imagem pujante argumenta-se com freqüência que, a Reforma Agrária é uma medida de política pública desnecessária na realidade agrária paulista.

Esse argumento escamoteia dois movimentos importantes dessa realidade que aqui queremos destacar. Primeiro, a mecanização da produção agropecuária e a incorporação de novas áreas de plantio vêm desempregando massas de trabalhadores rurais e pequenos agricultores. Segundo, que áreas de latifúndios improdutivos, em regiões adequadas ao processo de mecanização, tendem a se valorizarem especulativamente.

Assim, se considerarmos o processo histórico de ocupação do interior paulista, por exemplo, a partir da expansão cafeeira e, principalmente, tendo em mente os ciclos de desenvolvimento econômico calcados na expansão agrícola e agro-industrial que se sucederam, é necessário relativizar o caráter homogêneo da agricultura paulista e pensar que distintos cenários podem ser construídos. É o caso, então, de se orientar tomando um posicionamento a partir da capital do estado e, olhando esse processo de interiorização, perceber que o desenvolvimento econômico seguiu, em um primeiro momento, um sentido de privilegiar a ocupação da terra

na direção do eixo Campinas/Ribeirão Preto. Assim, com essa orientação, considerando uma linha divisória dada geograficamente pela calha do Rio Tietê, tem-se no estado de São Paulo, no mínimo, dois cenários distintos.

Por um lado, um eixo dinâmico dado por Campinas/Ribeirão Preto onde predomina, atualmente, o agronegócio, com o carro chefe dado, principalmente, pela Cana. Por outro lado, existe uma vasta região crítica, apta para a produção de alimentos, mas ocupada pela pecuária ultra-extensiva. Para se ter uma idéia, juntando a região do Pontal do Paranapanema, as regiões Noroeste e Centro-Sul têm-se, pelo Censo Agrícola 95/96, para esse conjunto, 61% dos imóveis rurais maiores que 1.000 hectares (IBGE, 1998).

Em 2004, 66,8% do Valor da Produção agropecuária do estado se concentrava em apenas cinco produtos: Cana (28,6%), Carne Bovina (15,9%), Laranja (11,2%), Frango (6,3%) e Milho (4,8%). Se acrescentarmos mais dois produtos, Soja (4,5%) e Leite (3,5%) têm-se aí concentrado, praticamente ¾ (75%), do total do Valor da Produção agropecuária do estado (TSUNECHIRO, 2005).

Observando-se o uso do solo, também em 2004, tem-se que as lavouras ocuparam 32% da área total em uso. As pastagens 48% e as florestas[22] cerca de 20%. Das áreas ocupadas com lavouras, 51% estavam ocupadas pela Cana. Percebe-se com isso que **a principal lavoura cultivada no estado, em valor e em área, é a cana e a segunda forma de uso do solo agrícola é a pastagem**.

Considerando-se o potencial de uso que as terras paulistas propiciam, em especial quanto à predominância de classes de capacidade de uso do solo próprias para culturas anuais e perenes, existe uma subutilização do potencial de terras disponíveis (Tabela 1).

22 - Nesse raciocínio estamos computando como florestas a soma das áreas com reflorestamentos, áreas de matas naturais, áreas de cerrado e cerradão.

Tabela 1

Uso do Solo no Estado de São Paulo por Região Administrativa, 2004

(em % da Área Total)

Reg. Adm.	Área Total	Total de Lavouras	Lavouras					Pastagens	*Florestas*[1]
			Cana	*Laranja*	*Milho*	*Soja*	*Café*		
Araçatuba	100	26,82	58,80	1,17	18,48	10,65	1,11	67,92	5,26
Baixada Santista	100	4,24	0,96	0,00	0,82	0,00	0,00	1,58	94,18
Barretos	100	71,41	49,49	22,27	7,80	18,14	0,11	23,13	5,47
Bauru	100	31,19	73,98	9,21	9,26	1,88	3,54	55,86	12,95
Campinas	100	43,70	52,27	18,24	14,99	1,98	7,05	38,78	17,52
Central	100	59,20	59,34	30,98	4,55	2,15	0,74	27,20	13,60
Franca	100	64,61	61,38	0,29	8,54	21,50	5,55	27,50	7,89
Marília	100	42,98	34,36	0,66	26,55	25,75	4,52	51,91	5,11
Presidente Prudente	100	19,12	41,54	0,03	20,03	23,15	3,06	75,57	5,31
Registro	100	4,01	0,39	0,04	2,03	0,00	0,06	15,07	80,93
Ribeirão Preto	100	66,97	83,14	2,09	3,51	4,19	2,77	19,63	13,40
São José do Rio Preto	100	29,92	50,91	16,09	17,28	4,09	2,52	63,98	6,10
São José dos Campos	100	2,80	20,24	1,41	40,46	1,32	0,77	57,84	39,36
São Paulo	100	1,55	11,15	5,88	29,85	0,03	0,51	14,18	84,26
Sorocaba	100	20,22	25,53	7,31	32,45	12,93	4,27	41,81	37,97
Total	100	32,02	51,42	9,88	15,83	11,47	3,54	47,91	20,07

1 - Foi computada como florestas a soma das áreas de reflorestamentos, as áreas de matas naturais, as áreas de cerrado e cerradão.
Fonte: IEA – CATI – SAA *(estimativa a partir de dados do Levantamento de safra e Anuário Estatístico 2004).*

Em termos do uso de mão de obra, pesquisas recentes também destacam que "*a atividade agrícola da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo é responsável por 36% da demanda pela força de trabalho do total das principais culturas*" (VEIGA FILHO, 2002). Dessa forma, a cana representa também a maior empregadora no campo. Representa assim a cultura em que o avanço da mecanização mais se faz sentir. Desde o plantio, dos tratos culturais até à colheita vem, em um processo de intensificação da mecanização, promovendo *uma mudança espacial, em busca de terras aptas,*

trocando-se, quando possível, aquelas em que a declividade for fator limitante (Idem).

VEIGA FILHO (2002) afirma ainda que, a taxa histórica de crescimento da área mecanizada situa-se em 14,2% ao ano. Dessa forma, a agricultura moderna que tanto recebe loas tem seu representante, fundamentalmente, no complexo sucroalcooleiro do estado de São Paulo. "*É evidente que o dinamismo do setor agropecuário é relevante para o emprego rural. Porém a produtividade do trabalho nesse setor vem crescendo ao longo do tempo em decorrência, principalmente, da adoção de máquinas em todas as operações do processo produtivo*" (BAPTISTELLA et. al, 2005). A adoção desse processo também libera terra que, no entanto, acaba se constituindo em um ativo de estoque, valorizado por um processo especulativo.

O Estatuto da Terra coloca entre os indicadores a serem usados na elaboração e caracterização das zonas prioritárias de *Reforma Agrária o número médio de hectares por pessoa ocupada*[23] na agricultura em uma dada região. Um cálculo preliminar desse indicador, para o período de 2000 a 2004, obtido a partir do trabalho de VICENTE et. al (2005), mostra um crescimento da área média trabalhada. Têm-se assim, uma taxa de crescimento do número médio de hectares por pessoa ocupada da ordem de 8% ao ano, conformando um crescimento de 36% no período. Em um mesmo sentido, mas muito mais intenso, a produtividade do trabalho demonstrada pela relação VBP/Pessoal Ocupado, acumula, no período, cerca de 62% de crescimento, com uma taxa média anual de quase 13%. Destaca-se o decréscimo do número de pessoas ocupadas na agricultura. Dessa forma, a redução de cerca de 20% no pessoal ocupado reflete aquilo que viemos destacando, ou seja, que a incorporação de tecnologia também opera na ampliação do desemprego no campo, muito embora se tenha acumulado recordes de safras. "*No Estado de São Paulo, o desemprego ocasionado pela evolução tecnológica tem sido fator relevante para a diminuição da população trabalhadora*" (VICENTE, 2003).

Como aponta FURTADO (1980), tal situação só se torna possível pelo fato de se "*integrar a agricultura em um mercado mais amplo*". "*A divisão internacional do trabalho criou essa possibilidade, permitindo que se ampliasse o excedente*" a ser gerado pela exploração agropecuária.

A Tabela 2, a seguir, apresenta esses dados para o período recente.

23 - Item c) do parágrafo 1º do artigo 43.

Tabela 2

Área Utilizada, Valor Bruto da Produção e Pessoal Ocupado na Agropecuária, Estado de São Paulo 2000 – 2004

‘Período	Área em uso (ha)	VBP em milhões de Reais de 2004	Pessoal Ocupado	Indicadores		
				Área/Pessoa Ocupada (ha/PO)	VBP/Área (R$/ha)	VBP/Pessoal Ocupado (R$/PO)
2000[1]	19.473.709,00	20.810	1.310.000	14,87	1.068,62	15.885,50
2001[2]	20.983.000,10	23.020	1.170.000	17,93	1.097,08	19.675,21
2002	21.312.521,88	25.620	1.210.000	17,61	1.202,11	21.173,55
2003	19.965.128,69	26.370	1.080.000	18,49	1.320,80	24.416,67
2004[3]	21.249.017,00	26.990	1.050.000	20,24	1.270,18	25.704,76
Variação 2004\2000	9,1%	29,7%	-19,8%	36,1%	18,9%	61,8%
Taxa Geométrica ao ano (%)	1,7	5,3	-4,3	6,0	3,5	10,1

(1) Dados de ocupação de mão de obra disponíveis apenas para novembro
(2) 2001 a 2003, média anual das estimativas de mão de obra obtidas em junho e novembro;
(3) Dados de ocupação de mão de obra disponíveis apenas para junho.
Fonte: IEA-SAA; CATI-SAA; elaboração a partir de VICENTE, et. al (2005)

CAPÍTULO 2

A REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO

1. Ação do Estado, Política de Assentamento e Reforma Agrária

A luta do movimento social, pressionando os diferentes governos pela criação de assentamentos, gerou uma nova dinâmica ao conjunto de experiências de intervenção estatal que acabaram propiciando o surgimento de um segmento social, de dimensões razoáveis e de grande visibilidade formado por pequenos produtores relacionados com o Estado (e a relação com o Estado é crucial e constitutiva quando se trata de camponeses) de uma maneira que os singularizava diante de outros pequenos agricultores (LEITE et al, 2004).

O assentamento é uma criação do Estado e está sujeito à sua gestão, seja de maneira mais direta e autoritária, seja de maneira mais indireta e negociada. Se, na relação que estabelece com os sem-terra, o Estado pode ignorar qualquer unidade social intermediária, no caso dos assentamentos, é o inverso para o Estado (e também para os que se contrapõem às suas políticas e/ou a ele próprio), não há assentado sem assentamento. É o assentamento que faz existir o assentado (LEITE et al, 2004).

As relações históricas do Estado brasileiro com latifúndio produziram a falta de iniciativas da parte do Estado como a regulação da posse e uso do solo. Isto rebate no processo de dispersão espacial dos assentamentos. Mesmo nas áreas de maior concentração não houve uma continuidade espacial que, permitisse a potencialização da infra-estrutura necessária ao seu desenvolvimento.

Em muitas localidades deste país as chamadas zonas reformadas, que seriam as áreas prioritárias de reforma agrária, foram constituídas pela ação do movimento social que atuou mais fortemente em determinadas regiões. Em São Paulo, os casos do Pontal do Paranapanema e da região de Andradina são dois exemplos que ilustram essa situação (LEITE et al, 2004).

As políticas governamentais para os assentamentos e as políticas de financiamento da produção, desde a primeira metade dos anos 80 até o final dos anos 90, foram marcadamente instáveis e

ficaram sujeitas as diferentes regulamentações, rupturas administrativas e programáticas.

Durante o governo Sarney as ações de assentamento iam a reboque dos movimentos sociais, de forma que a criação de assentamentos tinha como meta atenuar os conflitos sociais sem que, no entanto, se tivesse elaborado e disponibilizado qualquer política de financiamento para o desenvolvimento da produção, de obras de infra-estrutura nas áreas reformadas. Somente em 1986 é que surgiu o PROCERA - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (NORDER, 2004).

Na segunda metade dos anos 90, após os massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás e da repercussão junto à opinião pública, o Estado precisou atuar sobre a questão fundiária de forma mais incisiva e abrangente que os governos anteriores, com a desapropriação de áreas improdutivas e a implementação de assentamentos rurais.

Estas iniciativas implicaram em gastos governamentais com o pagamento das áreas desapropriadas, criação da infra-estrutura social e financiamento da produção agropecuária das famílias assentadas, contrariando as diretrizes oficiais e os acordos internacionais de contenção do déficit fiscal e de redução da participação direta e indireta do Estado em atividades econômicas e sociais (NORDER, 2004).

Dentre elas vale destacar a possibilidade da União delegar aos estados, mediante convênio, poder para que realizassem cadastramento, vistorias, avaliações e outras atribuições referentes à reforma agrária, até então exclusivas do poder federal. Por outro lado, ocorreram regulamentações que procuraram inibir a ação das organizações dos trabalhadores rurais, em especial do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Também a ação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criado como uma resposta à pressão social e por conta dos massacres dos sem-terra, estimulou a disputa entre os diferentes movimentos e buscou criar uma cunha entre as diferentes organizações existentes, reconhecendo as demandas de uns e ignorando as de outros. O processo de pressão contra a ação dos movimentos sociais chegou ao ponto em que se negava o acesso aos recursos públicos para as entidades com vínculos com organizações sociais que promoviam a ocupação de terras.

Em 1999, o MDA lançou o documento que ficou conhecido pelo nome de "Novo Mundo Rural" que tinha como lema levar qualidade aos assentamentos e tratar o assentado como um agricultor fami-

liar. Neste documento passa-se uma visão de que a superação da pobreza seria um resultado condicionado à "integração ao mercado". Esta proposta se confundia com a aplicação dos princípios da modernização e da agroindustrialização para estes produtores "recém-integrados".

Também foram implementadas medidas com vistas à descentralização administrativa, atribuindo competência aos estados e municípios e buscando adequá-la à lógica do mercado. Estas iniciativas vieram acompanhadas de uma série de medidas provisórias, decretos, leis complementares, portarias que, por vezes, sem grande alarde mudaram o modo de atuar do Poder Executivo.

De acordo com MEDEIROS (2003), o "Novo Mundo Rural" partia do pressuposto que o processo de reforma agrária no Brasil tinha somente uma porta de entrada mas não de saída, e que era preciso que os assentados deixassem de ficar sob a tutela do Estado e entrassem plenamente no universo contratual. A proposta impunha, após um curto período inicial de consolidação, o mercado como regulador maior das atividades desse contingente de trabalhadores e, significava também começar a pagar pela terra recebida.

O assentado passava a ser visto como "empreendedor" que deveria se ajustar ao mundo dos negócios e nele se mostrar competitivo. Com isso, atribuía-se à reforma agrária um caráter marcadamente produtivista. Ao mesmo tempo é extinto o Programa de Crédito da Reforma Agrária (PROCERA) e os assentados passaram a ser atendidos pelo Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF).

Para fazer frente à pressão dos movimentos sociais, a ação do governo deixou muitos assentamentos a mingua pois o que interessava eram os números. Como conseqüência verifica-se uma grande carência em infra-estrutura viária, água e saneamento, energia elétrica, etc, que dificulta a comercialização/escoamento da produção e a locomoção dos assentados. O mesmo vale para o acesso a serviços como educação e saúde, para ficar no mínimo.

Cria-se, assim, um sistema de coerções e cobranças (potenciais) recíprocas que resulta numa espécie de tensão permanente, mais próxima daquela que muitos assentados mantinham com os patrões no passado. Não é pois surpreendente, como pode parecer a muitos, que a mobilização dos assentados tenha persistido após a conquista da terra.

2. O Assentamento de Reforma Agrária e o Desenvolvimento

Se no passado, e até recentemente, os assentamentos foram tidos como enclaves de intervenção estatal e podiam ser ignorados; no momento atual isso não acontece mais. Os assentamentos, em conseqüência do seu crescimento numérico e da influência obtida junto à sociedade pelas suas organizações, ganharam uma sistematicidade e um reconhecimento social. Tamanho é esse impacto que os assentamentos ganharam destaque nas disputas acadêmicas e políticas em torno da questão agrária.

Pode-se afirmar que pela atuação dos movimentos sociais criou-se em nosso país uma dinâmica "reforma agrária processual" da seguinte forma: luta-mudanças-luta. A criação dos projetos de assentamento não significa o final de um processo, uma vez que ela sofre influência decisiva das formas como se estabelece a relação entre esses assentados e o Estado, nos seus diferentes níveis de administração (federal, estadual ou municipal) (Marcos Lins, apud LEITE et al, 2004).

Os assentamentos rurais, mesmo que não estejam centrados num processo nacional de reforma agrária e ainda permaneçam no bojo das lutas e da organização social, possuem um valor estratégico no campo do desenvolvimento com justiça social, pois resultam de uma intervenção do Estado que divide uma determinada propriedade improdutiva entre vários ocupantes.

Esta ação de inclusão da parte do Estado traz como resultado a possibilidade de acesso à moradia, comida, renda, emprego, educação, conhecimento, lazer e cidadania para um contingente significativo de trabalhadores que têm poucas chances de obter uma inserção produtiva na sociedade urbana moderna. E assim romper o círculo vicioso que limita o desenvolvimento dos pobres e excluídos do meio rural em nosso país.

É preciso reconhecer que uma das dificuldades no desenvolvimento de muitos dos assentamentos é que eles foram implantados enquanto experiências importantes, mas relativamente isoladas, que dificulta a transformação do ambiente sócio-econômico e institucional onde se inserem.

Um processo de reforma agrária se caracteriza não só pelo acesso à terra, mas sobretudo pela transformação da maneira como o agricultor se relaciona com as instituições da sociedade. Neste sentido, uma efetiva política de reforma agrária é uma condição para que se rompa o círculo de ferro que limita o desenvolvimento de muitos assentamentos (CARVALHO FILHO; ABRAMOWAY, 1994).

3. A Importância e o Papel dos Assentamentos

O termo assentamento está referido às diversas etapas que resultam da ação de intervenção do Estado, através da desapropriação de propriedades rurais com vistas a promover o reordenamento fundiário. O processo de criação de assentamentos não pode se confundir com o processo de reforma agrária, este último teria um caráter massivo, estrutural e não pontual.

Muitos autores afirmam que o assentamento não é uma ação resolutiva ou um ponto de chegada, mas um ponto de partida, ele é uma ação legal do Estado que acaba gerando novos confrontos, como é o caso da pressão por crédito, estradas, luz, água, escolas, transporte, assistência técnica, entre outros (STERCI et al, 1992; BERGAMASCO et al, 1997; MEDEIROS, 2003).

BERGAMASCO (1997), afirma que os assentamentos são núcleos estratégicos no quadro das transformações pelas quais passam as estruturas agrárias brasileiras desde os anos 60. Eles constituem uma nova modalidade de implementação da população rural, num contexto preciso de redistribuição da propriedade fundiária tendo como origem a transferência da população beneficiária e, como conseqüência, sua necessária readaptação a um novo espaço de vida e de trabalho.

Atualmente, pela forma como ocorre o processo de desapropriação e constituição de assentamentos, ela reproduz a discussão sobre o processo de constituição dos antigos bairros rurais existentes no interior do Estado de São Paulo. Os bairros rurais ou, ainda, os grupos de vizinhança, são agrupamentos de alguns agricultores num lugar comum de referência, um espaço geográfico bem delimitado por seus moradores, marcado pelas relações estreitas entre seus habitantes, muitas vezes caracterizadas por laços de parentesco.

Desta forma, o bairro rural é considerado a menor unidade organizacional da população rural. Ele corresponde a um espaço geográfico identificado como lugar ao qual todos reconhecem pertencer. Este modo de ocupação revela uma dupla dimensão: ao mesmo tempo, unidade de sociabilidade e unidade espacial. Sob este ângulo, há uma grande aproximação com a realidade dos assentamentos de reforma agrária (BERGAMASCO, 1997).

Os assentamentos vêm mostrando a sua importância na agregação das famílias. É comum a existência de familiares no mesmo projeto de assentamento, mostrando a sua relevância na reconstrução de sociabilidades anteriormente em crise. Isto demonstra que o lote é um ponto de apoio familiar. Os assentamentos apre-

sentam uma dinâmica demográfica alternada, do campo para a cidade e da cidade para o campo, ao contrário do fluxo unilateral inaugurado pela modernização conservadora (MEDEIROS, 2003 e NORDER, 2004).

4. Políticas Públicas e Desenvolvimento de Assentamentos

As políticas de assentamento são produtos da interação, negociação e confronto entre trabalhadores rurais, agências estatais, organizações dos movimentos sociais, organizações não-governamentais, igrejas e outros mediadores. Elas evidenciam a importância das decisões sobre o desenvolvimento dos assentamentos levarem em consideração essa rica e diferenciada realidade.

Como decorrência, afirma NORDER (2004), a importância de se considerar os assentados como protagonistas na decisão sobre a utilização dos recursos públicos a serem investidos no desenvolvimento dos assentamentos e na definição das estratégias de desenvolvimento da produção agropecuária.

As políticas de assentamento têm efeitos multifuncionais. Elas representam, simultaneamente, uma política habitacional, uma política de geração de emprego, de distribuição de renda, de fortalecimento da segurança alimentar e de desenvolvimento local e regional.

Nos assentamentos pós-1985 é necessário definir a própria forma de organização e pressionar por condições de produzir, situação que no período autoritário o Estado assegurava ou negava, sem o recurso do protesto, e, pior, em muitos casos, produzir a partir do nada, ou seja, devendo reivindicar, além das sementes, adubos e ferramentas, água, habitação, estrada, etc.

Na medida em que, a implantação de políticas públicas leve ao fortalecimento do poder decisório dos assentados e de outros atores presentes nas localidades, há uma ampliação da diversidade produtiva e a emergência de diferentes práticas locais de desenvolvimento da agropecuária.

O ato de criação e desenvolvimento de assentamentos supera na prática a falsa oposição entre política agrícola e reforma agrária, ao juntar nos assentamentos, de certo modo, as duas dimensões do Estatuto da Terra, que os sucessivos governos teimaram em separar, associando a política agrícola à grande propriedade e a reforma agrária como uma mera política compensatória (LEITE et al, 2004).

No caso da criação dos assentados a relação com o Estado ocorre de forma diferenciada. Se em geral a suposição da relação entre camponeses e Estado é uma relação de exclusão (voltada para a apropriação dos seus "excedentes", diretamente ou através de impostos), em situações como as que são criadas pelos assentamentos a suposição compartilhada é a de uma relação de inclusão (LEITE et al, 2004).

Isso representa uma ruptura em relação à trajetória da modernização da agricultura e da pecuária ultra-extensiva, que vêm provocando uma redução na absorção de trabalho e o despovoamento do campo, a decadência econômica e populacional de muitos dos pequenos municípios e uma acentuada destruição ambiental.

O assentamento é uma criação do Estado e está sujeito à sua gestão, seja de maneira direta e autoritária, seja de maneira indireta e negociada. Ao criar o assentamento, o Estado assume a responsabilidade de viabilizá-lo e o desempenho de um assentamento é um desempenho da ação do Estado.

Uma das faces da relação dos assentados com o Estado é certo privilégio que eles possuem de ter suas condições de produção garantidas pelo Estado, mas ao mesmo tempo ficar completamente à mercê das ações ou omissões do Estado. O que não ocorre com o comum dos camponeses. Em compensação, pelo modo como se vinculam ao Estado, os assentados têm reconhecida a sua legitimidade de cobrar, o que é negado aos que não fazem parte do mundo.

Os movimentos dos assentados introduziram a luta por políticas agrícolas adequadas na pauta de luta dos outros pequenos produtores não assentados com uma eficácia inédita. O que até então ficava circunscrita à região Sul do país tornou-se, a partir dos assentamentos e das circunstâncias em que ali se coloca sobre as condições de produzir, uma reivindicação generalizada dos movimentos de trabalhadores rurais.

No caso do financiamento do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) as agências dos bancos oficiais desempenhavam apenas o papel de intermediários. As decisões eram tomadas nas comissões estaduais do PROCERA e repassadas para Brasília.

A inserção dos assentados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), quando do advento do "Novo Mundo Rural", deslocou parte do processo decisório sobre a realização dos financiamentos para o interior das agências bancárias (o assentado ficou nas mãos dos gerentes e das metas a eles determinadas pela direção do Banco do Brasil), que

se tornou responsável pela efetivação da operação de crédito e pela obtenção de garantias de pagamento (CARVALHO FILHO; ALY JUNIOR, 2001; NORDER, 2004).

Como afirma NORDER (2004), o PRONAF substituiu o PROCERA sem que houvesse uma prévia resolução dos diversos impasses e obstáculos que se verificavam na sua execução. O PRONAF concentrou-se em dois grandes segmentos: os integrados com as agroindústrias que forneciam as garantias de comercialização solicitadas pelo banco e naqueles que possuíam patrimônio suficiente para oferecer em garantia aos bancos.

A desativação do PROCERA e, a incompatibilidade entre as regras criadas pelo PRONAF e a realidade do público assentado, levou à desativação das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento produtivo dos assentamentos. Isso abriu novos confrontos entre o Estado e os movimentos sociais/sindicais com resultados parciais, devido aos critérios mercantis do PRONAF que não incluem aqueles que não estão integrados com as agroindústrias e aos que não possuem garantias patrimoniais para oferecer aos bancos. Também persistem as dificuldades de acesso aos financiamentos para a realização de novos investimentos produtivos (CARVALHO FILHO; ALY JUNIOR, 2001; NORDER 2004).

A interação entre instituições econômicas e políticas no processo de desenvolvimento agrário mostra a importância das opções políticas do Estado no fortalecimento de determinadas relações sociais no processo de desenvolvimento rural. Algumas observações podem ser traçadas no sentido de analisar a interação entre Estado, mercado e produção agropecuária nos assentamentos rurais (NORDER, 2004).

Neste cenário, se destaca a relação de dependência do assentado para com diferentes atores externos ligados à comercialização e distribuição da produção que leva não apenas a uma restrição na rentabilidade e na distorção do trabalho na localidade, mas a um aumento na instabilidade da comercialização e distribuição da produção.

No que tange à comercialização a maioria dos assentados continua presa a cadeias tradicionais de comercialização que retêm ganhos significativos na venda, submetendo os produtores a preços desfavoráveis. A presença de atravessadores é marcante no dia-a-dia dos assentamentos (GOMES JUNIOR et al, 2002).

NORDER (2004) faz uma tipificação sobre as relações de comercialização[24] estabelecidas basicamente com dois tipos de comerciantes: um deles vinculado ao segmento de grãos e fibras, no qual a distribuição da produção é feita em grande escala para o setor

agroindustrial; e, o outro é formado pelos que atuam na distribuição da diversificada produção destinada ao abastecimento alimentar da população urbana. Os assentados estabelecem distintas relações sociais e materiais com cada um desses tipos de comerciantes.

A comercialização da produção voltada para o consumo de alimentos pela população urbana realiza-se continuamente, com temporalidade regular, e de forma bastante pulverizada e heterogênea. O mercado local permite a absorção de uma parcela da produção dos assentamentos. O transporte é realizado, quase sem exceção, pelos próprios comerciantes; e dezenas de "atravessadores" atuam no assentamento.

No caso da produção de milho (como exemplo dentre a cadeia de grãos e fibras) as características contrastam com as da comercialização diversificada de alimentos: um pequeno grupo de atacadistas realiza a conexão entre a produção obtida pelos assentados e a agroindústria, granjas ou canais de exportação. A distribuição é conduzida em meio a uma estrutura comercial centralizada e de grande porte e, geralmente, os assentados vendem toda a produção em única ocasião.

Como conseqüência o estímulo, ainda que contraditório e incompleto, para a produção de grãos ou outro produto voltado para o abastecimento da grande agroindústria, que pressupõe uma acentuada mercantilização do processo produtivo, reduz o poder decisório, a autonomia produtiva dos assentados e reduziu também as possibilidades de criação de novos postos de trabalho no interior do lote.

Este quadro revela que quanto mais os assentados estiverem inseridos na economia de mercado e ligados às grandes cadeias oligopolizadas, mais eles tenderão a acompanhar as tendências concentracionistas e excludentes que são inerentes a este tipo de economia (CARVALHO FILHO; ABRAMOWAY, 1994).

NORDER (2004) destaca alguns aspectos da complexa dinâmica política, social e comercial na formação dos assentamentos:

> - os assentados estabelecem diferentes relações com diferentes agentes de mercado. Um incremento na diversificação da produção pode favorecer as atividades econômicas de um elevado número de pequenos comerciantes que atuam no município e na região;

24 - Comercialização, neste caso, é entendida como uma operação que envolve simultaneamente a compra, venda e o transporte dos produtos, em conformidade com Norder (2004).

- as relações estabelecidas entre os diferentes agentes de mercado (incluindo os assentados) oscilam conforme as relações de cada agente com o Estado. A diversificação e intensificação da produção levam os assentados a estabelecer novas relações com outros agentes de comercialização da produção. Todavia, este tipo de produção conta com pouco apoio e recursos financeiros governamentais ;
- a formação de organizações locais contribui para transformar as relações entre os assentados e os agentes que compõem o mercado;
- as organizações locais são formadas a partir das negociações, interações e disputas políticas entre assentados, Estado e mediadores políticos (movimentos sociais, partidos e sindicatos). Muitas vezes os projetos do Estado e mesmo dos movimentos sociais caminham na direção contrária da diversificação da produção e elevação da autonomia das famílias frente às inseguranças da comercialização especializada;
- muitas vezes ocorre uma falta de sintonia entre os objetivos e as formas de ação das organizações dos assentados e que levam a uma desarticulação entre as principais atividades desenvolvidas no interior dos lotes pelos assentados;

Na relação do Estado com os assentados é marcante a ausência ou o bloqueio de investimentos em recursos produtivos de longo prazo (créditos de investimento), justamente aquele que possibilita a recomposição da base de recursos produtivos no interior do lote, eleva o grau de autonomia dos assentados e, permite uma ampliação da absorção de força de trabalho e geração de renda.

5. Os Assentamentos de São Paulo: constatação de uma realidade e uma nova configuração

Se por um lado, em São Paulo, a existência de uma agricultura altamente modernizada e industrializada traz elementos que se destacam no cenário econômico, ao mesmo tempo tornam-se um desafio à reforma agrária; por outro lado, e de um modo geral, todos os núcleos de assentamentos implantados apresentam uma produção agrícola significativa e uma integração progressiva aos

mercados agrícolas locais e regionais. Neste Estado a venda para a agroindústria também aparece e não é desprezível, valendo destacar os casos do leite e da mandioca.

A produtividade destas explorações é dependente da fertilidade do solo já que o nível tecnológico, em média, é baixo. Assim, de modo geral, a produtividade vai de regular a ruim devido à presença de terras pobres, ácidas e desgastadas pelo inadequado uso anterior.

No entanto, o que se vê na criação dos assentamentos é uma precária constituição de infra-estrutura produtiva e social, assim como uma atuação desarticulada, contraditória e inconsistente de diversas agências estatais. Em São Paulo, no início dos anos 90, ocorre um afastamento do INCRA na sua ação de administração dos assentamentos e uma parcial substituição pelo ITESP, deixando uma grande lacuna no atendimento aos assentados por parte do órgão federal responsável pelas ações de Reforma Agrária.

O desmonte dos escritórios do INCRA, que antes existiam nos assentamentos, levou a uma redução da comunicação com as demais agências governamentais federais, dificultando o acesso às políticas agrícolas e às políticas sociais. Apesar do distanciamento, o INCRA continuou mantendo alguma de suas atribuições administrativas, parte delas com significativas conseqüências sociais (NORDER, 2004).

O quadro descrito e as carências, como produto do desmonte do INCRA em São Paulo (SR-08), são os elementos que balizam a atuação do órgão em uma nova gestão, iniciada a partir de 2003. Ao mesmo tempo é o principal desafio da sua atuação, tanto junto à opinião pública, como dentro do próprio INCRA nacional: por que existe um mito de que neste Estado, pelo seu grau de desenvolvimento, não haveria demanda por terra e nem terra que pudesse se enquadrar nos índices que possibilitam a sua desapropriação[25].

Assim, no início de 2003, o INCRA retomou o processo de vistorias em todo o Estado na busca de áreas passiveis de desapropriação por serem improdutivas. Ele não mais restringiu a sua atuação na região de Andradina, como ocorreu anteriormente. Foram retomados processos de desapropriação que se encontravam paralisados há mais de cinco anos[26]!

---

25 - Observe-se, conforme vem sendo retratado pela imprensa ultimamente, que os índices que avaliam um imóvel para a sua desapropriação estão baseados em dados de produtividade coletados pelo Censo Agropecuário do IBGE da década de 1970. Nestes 35 anos em que o Estado brasileiro subsidiou o investimento tecnológico e produtivo das grandes propriedades ainda é possível encontrar no estado de São Paulo uma quantidade razoável de propriedades passíveis de desapropriação por não cumprirem a função social no que tange à produtividade. O mesmo poderá ocorrer com relação aos quesitos meio ambiente e relações de trabalho.

A ação sistemática da Procuradoria Regional e da Divisão de Obtenção junto ao Judiciário, somadas à maior mobilização da sociedade e sensibilização do Judiciário para a questão social, elevou o número de imissões na posse que, somadas às famílias assentadas pelo governo do estado[27], já igualou, em dois anos, ao número de famílias assentadas nos 8 anos do governo anterior.

No entanto, é preciso ressaltar que nos dois últimos anos houve uma mudança na proporção de famílias assentadas pelo governo federal e estadual. Neste período, cresceu a participação do governo federal, ele ficou com 75% do total de famílias assentadas.

Conforme o quadro abaixo é possível constatar que, a partir de 1995, houve um significativo aumento do número de famílias assentadas. Nos anos 80, no Brasil, foram assentadas em média cerca de 10 mil famílias por ano; entre 1990 e 1994 essa cifra sobe para 13 mil e entre 1995 e 1999 chega-se a uma média de quase 60 mil famílias. Em São Paulo, entre 1995 e 2002 foram assentadas, pelo governo federal, pouco mais de 2 mil famílias, valor esse igualado em apenas dois anos do atual governo.

Os dados relativos ao número de famílias assentadas no governo Fernando Henrique, em que pese às controvérsias, comprovam a existência de uma forte pressão sobre a terra que se viabiliza num momento em que se conjugam alguns fatores favoráveis como: a existência de organizações que mobilizam os trabalhadores para pressionar o governo, alguma cobertura legal, a pressão da opinião pública diante dos efeitos dos Massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás e a queda do preço da terra.

Quadro I - Assentamento de Famílias por Governo no Brasil e em São Paulo

Período	Número de famílias	
	Brasil	São Paulo
1964/1984 (regime militar)	77.465	286
1985/1989 (governo Sarney)	83.687	1.115
1990/1992 (governo Collor de Mello)	42.516	246
1993-1994 (governo Itamar Franco)	14.365	-
1995/2002 (gov. Fernando Henrique)	599.846*	2.176
2003/2005 (governo Lula)	117.555**	2.076***

* estes valores se referem à capacidade de famílias para serem assentadas e não ao número efetivo assentado, refletido na re lação de beneficiários ou de famílias homologadas.
**anos 2003 e 2004
*** valores referidos até o final do mês de abril, eles incluem os assentamentos estaduais em função do convênio federal para a reversão de terras públicas estaduais para a reforma agrár ia que repassa recursos para o estado de São Paulo.
Fonte: INCRA.

26 - Vale destacar os casos da Fazenda Floresta, em Promissão, da Fazenda Fortaleza, em Bocaina, da Fazenda da Barra, em Ribeirão Preto; das áreas federais do Núcleo Colonial Monções, em Iaras; da área do Guapiruvú, em Sete Barras, local este que é reivindicado por posseiros há mais de 150 anos; dentre outros.

27 - A adição das famílias assentadas pelo governo estadual se deve ao fato delas serem produto do repasse, por convênio, de recursos federais para a recuperação de terras públicas na região do Pontal do Paranapanema.

A situação encontrada nos assentamentos federais com relação aos investimentos em infra-estrutura no seu desenvolvimento é crítica. O governo anterior deixou um passivo em termos de infra-estrutura da ordem R$ 5 milhões relativos ao investimento em energia, estradas e poços. Nestes dois anos foram investidos R$ 4,2 milhões , com a estratégia de não deixar nenhum assentamento novo com pendência e ir recuperando paulatinamente o déficit deixado nos assentamentos realizados até 2002 (INCRA-SR08/MDA, 2004; INCRA-SR08/MDA, 2005).

No aspecto infra-estrutura que tem rebate sobre a qualidade de vida, é importante destacar o trabalho realizado para investimento em moradia tanto nos assentamentos federais como estaduais. No caso dos assentamentos estaduais o INCRA atendeu, a partir de 2003, uma antiga reivindicação dos movimentos sociais estendendo o benefício do crédito moradia para 1.842 famílias, em dois anos, para um total de 3.386 famílias atendidas. Essas famílias atendidas, em 2003 e 2004, representam em recursos financeiros um total de R$ 14 milhões.

Outra herança do governo anterior que muito interfere no desenvolvimento dos assentamentos refere-se ao financiamento da produção que antes ocorria pela linha do PROCERA e, atualmente é via PRONAF. Houve um grande esforço para que ocorresse a renegociação do financiamento do PROCERA e dos créditos do PRONAF liberados até o ano 2000.

Por se tratar do primeiro ano de governo houve uma confusão de publicação e republicação de normas e portarias. Como conseqüência, nas agências, a renegociação ficou paralisada até a implementação definitiva das normas internas do Banco do Brasil, que pudessem orientar o trabalho dos gerentes e funcionários. Este Banco é o agente financeiro que operou o PROCERA e opera as linhas A e A/C do PRONAF, voltadas aos assentados.

Desta maneira, os assentados que tinham condições de quitar suas dívidas à vista perderam esta oportunidade e o Banco, por sua vez, criou um programa que renegociava automaticamente as dívidas para o limite máximo de 17 anos, em vez de negociar caso a caso. Com isso e, por estarem com toda a sua capacidade de endividamento comprometida, os assentados não puderam acessar novo financiamento, o que dificultou, por sua vez, o pagamento das parcelas renegociadas.

Na busca de recuperar a capacidade produtiva e promover a elevação da renda dos assentados, a Superintendência do INCRA, em São Paulo, passou a atuar junto ao Banco do Brasil de sorte a

buscar garantir o acesso ao financiamento do PRONAF, também nas linhas C, D e E, mudando o procedimento anterior, uma vez que se trata de assentamentos em processo de desenvolvimento, que ainda não foram emancipados. Portanto, se encontram sob a responsabilidade do INCRA.

Este esforço que contou com o apoio de diferentes atores (movimentos sociais, órgãos públicos, as Superintendências do Banco do Brasil, prefeituras e parlamentares) e fez com que, em 2003, houvesse um incremento no número total de contratos assinados, especialmente na linha C, aquela que mais beneficia os assentados.

Nesta linha a evolução foi de 1.908%, o número de contratos de custeio passou de 154, em 2002, para 3.092, em 2003, e; para o investimento, nesta mesma linha, o aumento foi de 23 contratos para 156, um aumento de 578%. Significativo, porém, insuficiente diante do universo de assentados e agricultores que se enquadram nesta linha. O mesmo ocorreu com a linha A/C, registrou-se um aumento de 111%, realizando 1.971 novos contratos.

Em 2004, o número de contratos aumentou em 1.783 novos beneficiários. Porém, este incremento ocorreu nas linhas D e E, aquelas que possuem uma integração com agroindústrias e base patrimonial para dar em garantia ao Banco. Houve casos em que usinas de açúcar e álcool usaram essa linha de financiamento para beneficiar seus fornecedores. O decréscimo foi na linha A/C, custeio para os assentados, em função do número de famílias assentadas em 2002 e 2003, e por ter sido desafogada a demanda por esta linha.

O governo Lula, através do Programa Fome Zero, criou o Programa de Compras da Agricultura Familiar, produto da parceria entre os Ministérios de Desenvolvimento Social (MDS), MDA, Agricultura (MAPA) e operado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), que antecipa o pagamento da produção a ser saldada com a entrega da safra e também adquire produtos dos assentados, agricultores familiares e quilombolas destinados ao abastecimento de programas de segurança alimentar.

Este programa foi muito bem recebido pelos movimentos sociais e foi a grande alternativa para os assentados excluídos do sistema financeiro que, por conta disso, se viam obrigados a estabelecer relações contratuais com atravessadores, que financiam sua produção e a adquirem a baixos preços. Com isso vislumbrou-se a possibilidade de se obter maior autonomia frente ao atravessador e ao Banco e garantir a elevação da renda familiar.

Em São Paulo, a parceria com os movimentos sociais foi a

garantia para o sucesso da implementação desse programa. Em 2003, foram realizados 1.159 contratos e, em 2004, foram realizados mais 912 contratos[28], mais da metade no Pontal do Paranapanema, e para a cultura da mandioca, que somente será saldada a partir de 2005.

O Programa Fome Zero tem uma outra vertente que é o Compra Direta da Agricultura Familiar[29], voltado para a composição de Cesta Básica, formação de estoques para a doação para Programas Municipais de Segurança Alimentar. A Compra Direta também trouxe seu impacto, embora em menores proporções. Em dois anos, foram atendidas, 275 famílias e foram adquiridas 651 toneladas de produtos oriundos dos assentados, principalmente feijão e mandioca.

Nestes dois anos foram injetados nos assentamentos, por esse programa, mais de R$ 5,7 milhões, sendo que 89,7% do total ocorreram via a linha da Compra Antecipada, que teve seus recursos congelados a partir de 2005.

Malgrado a boa perspectiva que esse programa projetava, ocorreram vários problemas na sua implantação que poderiam ser aprimorados no ano seguinte, mas sofreram forte ataque das burocracias de Brasília, incrustadas nos ministérios que a realizaram e também da Fazenda, do Tesouro e do Banco do Brasil. O sucesso deste programa abriria a possibilidade de se criar uma linha de financiamento que alavancasse a produção dos assentados e agricultores pobres e diminuía o controle dos burocratas[30] ligados ao PRONAF - Crédito sobre as políticas de financiamento dos assentados.

Diante da carência de financiamento do PRONAF investimento, pelas razões explicadas anteriormente, e entendendo a importância do apoio a ações estruturantes que consolidem os projetos produtivos nos assentamentos federais, a SR-08 vem apoiando diferentes iniciativas que elevem a capacidade produtiva dos assentamentos.

---

28 - Esse número só não foi maior por que o MDS cancelou o repasse de recursos para a CONAB, sob a alegação do excesso de inadimplência. Mas, de fato, o que se viu foi uma mudança de atuação; este Ministério passou a operar via prefeituras, em alguns casos isto deixou de fora os assentados pois alguns prefeitos têm ligação direta com a UDR, como foi o caso de Araçatuba-SP.

29 - Existem diferentes modalidades de aquisição: direta pela CONAB, fornecimento direto pelos assentados ou agricultores familiares para programas de entidades sociais cadastradas pelo governo federal e, a possibilidade de aquisição pelas prefeituras municipais para os seus programas de segurança alimentar.

30 - Leia-se: os gerentes das agências bancárias, os burocratas do PRONAF que definem as regras e os recursos a serem liberados, o Branco do Brasil porque diminuiria seus lucros advindos da operação do programa e o poder de decidir sobre quem financiar, o mesmo ocorre com o Banco Central e o Tesouro que é a burocracia que define as regras do MCR em comum acordo com a burocracia do Banco do Brasil, a burocracia encastelada na CONAB de Brasília que não acredita e não deseja ver seu trabalho voltado para a viabilização da pequena produção neste país.

Como exemplo vale destacar o apoio à instalação de um viveiro[31] para produção de árvores para promover o sombreamento de pastos no Pontal. Segundo os especialistas, esta iniciativa, por elevar a cobertura florestal e diminuir a exposição ao sol melhora o microclima, permite elevar em até 20% a produção leiteira.

Outro projeto, por enquanto em andamento somente na região do Pontal, é o Banco de Sementes Crioulas, uma parceria do INCRA, Ministério do Meio Ambiente e ESALQ-USP. Ele busca estimular o cultivo de variedades adaptadas ou recolhidas de assentados da região com vistas à melhoria da segurança alimentar e garantir a preservação da biodiversidade de plantas alimentares.

Em 2004, o INCRA-SP deu início a um programa de apoio à recuperação de assentamentos (PRA) mais antigos. Para isso foi desenvolvido um conjunto de iniciativas e discussões com a comunidade na busca de alternativas para a geração de renda, de diversificação da produção e de elevação da renda dos assentados. Esta ação está sendo desenvolvida nos Assentamentos Pirituba, em Itapeva; Timboré, em Castilho/Andradina e Reunidas, em Promissão.

Buscando ainda ações na direção da consolidação produtiva, de fortalecer a capacidade de comercialização e de interlocução dos assentados está sendo implementado um programa de estímulo e apoio ao cooperativismo e associativismo. Esta linha atua, inicialmente, nos assentamentos que estão inseridos no PRA, além de apoiar os projetos de produção nas áreas de reserva legal que envolvem jovens e mulheres.

Na parte relativa à conservação e recuperação da fertilidade dos solos, em 2004, foram realizadas iniciativas de estímulo à adoção da adubação verde em alguns assentamentos. Foram distribuídas sementes para o plantio, multiplicação e posterior redistribuição para os demais interessados.

Ainda na área da conservação de solos, em 2005, através de um convênio com a Faculdade de Agronomia, Engenharia Florestal da UNESP de Botucatu, foi lançado um programa de melhoria da produção e de conservação de solos. Ele prevê a capacitação dos assentados e de seus filhos inclusive com períodos de estágio dentro dos departamentos da UNESP-Botucatu.

O início ocorrerá com a realização de palestras abordando temas como a importância da conservação dos solos, o papel da calagem e das práticas de adubação. Será realizada a capacitação para a

31 - Também nos assentamentos Sepé-Tiarajú, em Ribeirão Preto e Mesquita, em Pereira Barreto, estão sendo construídos viveiros de mudas para recuperação de áreas de reserva legal e estabelecimento de sistemas agroflorestais.

coleta de uma amostra dos solos dos lotes que será analisada nos laboratórios da Faculdade. Desta análise será organizada a distribuição de calcário conforme as necessidades para todos os assentados do INCRA.

A Superintendência de São Paulo também tem inovado na área do desenvolvimento sustentável, promovendo e apoiando iniciativas que levem em conta a produção florestal e a recuperação do meio ambiente, inclusive como fator de geração de renda, que permita a inserção produtiva de jovens e de mulheres.

Esta visão diferenciada da Superintendência é produto do diálogo com os movimentos sociais e ambientalistas. Ela levou à criação de assentamentos agroambientais, conhecidos na nomenclatura institucional pelo nome de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Este projeto é produto da Portaria Interministerial nº. 01, de 24 de janeiro de 1999, editada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério do Meio Ambiente, visando atender prioritariamente a região amazônica e, agora, passou a ser aplicado também neste Estado (ALMEIDA, 2004).

A metodologia dos PDS's está sendo aplicada nos assentamentos Sepé-Tiarajú, em Ribeirão Preto; na área desapropriada de posseiros no Vale do Ribeira (ainda em litígio judicial). Na resolução de dois problemas produtos do descaso de administrações anteriores no assentamento Fazenda Ipanema, em Iperó, localizado na área de amortização de impacto da Floresta Nacional de Ipanema e no assentamento Nova Conquista, em Rancharia, para poder desenvolver lotes que possuem uma parte razoável de mata nativa.

Preocupa-se em realizar um debate junto aos assentados com vistas a disseminar o conceito de que a área de reserva legal é uma quota-parte do lote e, com isto, estimulá-los a desenvolver uma produção florestal. A ação tem se direcionado para que jovens e mulheres organizados em grupos ou associações realizem a produção florestal através da implantação de Sistemas Agroflorestais (SAF's).

Misturando a produção de alimentos com a produção florestal e, num segundo momento, o manejo destas áreas florestadas, estimula-se o plantio de árvores que fornecem óleos, essências, madeiras nobres, seringueira (látex), palmito, mesmo o eucalipto, dentre outros. Através destas iniciativas busca-se mostrar que a produção no meio rural não se restringe a agricultura e a pecuária. De outro lado, esta iniciativa permite que os assentados disputem outras fontes de recursos que permitam o investimento em produção, geração de postos de trabalho e de renda.

As iniciativas na direção da constituição dos SAF's têm ocorrido

nos assentamentos Nova Esperança, em Euclides da Cunha; Mesquita, em Pereira Barreto; Sepé-Tiaraju, em Ribeirão Preto; Timboré, em Castilho/Andradina. Também vale destacar que para o caso do Pontal, em Teodoro Sampaio, o INCRA vem atuando juntamente com a Cocamp, a ESALQ-USP e a Embrapa Meio Ambiente, de Jaguariúna, na instalação de Sistemas Silvo Pastoris. No assentamento Nova Esperança, a ação é desenvolvida pela ONG IPÊ e pela COCAMP. Em Ribeirão Preto, no assentamento Sepé-Tiaraju, também o apoio é da Embrapa Meio Ambiente que, além dos projetos de SAF`s, atua conjuntamente com a Embrapa de São Carlos-SP e a de Gado Leiteiro - Minas Gerais.

Além das ações descritas é importante destacar outras três iniciativas do INCRA-SP que vêm reforçar o esforço de elevar a renda, diversificar a produção, a comercialização e elevar a segurança alimentar dos assentados. São elas: a criação dos núcleos regionais de apoio aos assentamentos, os convênios de ATES com as organizações dos assentados e com o ITESP e uma ação ofensiva do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) junto aos movimentos sociais, universidades e prefeituras.

A Superintendência de São Paulo, diante da reivindicação dos movimentos sociais de uma maior proximidade entre a instituição e os assentamentos e da crítica sobre os longos períodos de ausência dos técnicos dentro dos assentamentos, resolveu criar um mecanismo que voltasse a aproximar o INCRA dos assentamentos federais.

A criação dos Núcleos de Apoio Regional localizados em cinco regiões do Estado permitiu a retomada do contato com o dia-a-dia dos assentamentos e com outros órgãos federais para levar aos assentados as políticas públicas federais que elevem sua condição de vida, o desenvolvimento comunitário, econômico, social e ambiental.

Os convênios de assistência técnica eram antiga reivindicação dos assentados e, em acordo com o INCRA nacional e o MDA, passou a ser implementado em 2003. Estes convênios ampliaram o diálogo entre as organizações dos assentados e a sua base social, trazendo implicações no fortalecimento da capacidade de organização desse público, elevando o atendimento em termos de assistência técnica, que em muitos lugares veio a somar-se ao trabalho também realizado pelo ITESP.

Em 2003, a atuação da assistência técnica conveniada, em São Paulo, foi a grande responsável pelo alcance obtido pelo Programa de Compra Antecipada da Agricultura Familiar e pela ampliação para os assentamentos estaduais do benefício do crédito para a edificação de moradias.

No caso do PRONERA os técnicos têm promovido visitas e reuniões com os movimentos sociais e as universidades divulgando as linhas do Programa e as suas possibilidades, como cursos técnicos, universitários e a alfabetização de jovens e adultos. A partir da reunião realizada em novembro de 2004 entre prefeitos, prefeituras e assentamentos, esta ação também foi aberta para a participação das prefeituras. Importantes parcerias vêm sendo desenvolvidas com a UNICAMP; ESALQ-USP e a Fundação Municipal de Santo André.

CONCLUSÃO

O que foi aqui apresentado, sobre as ações de Reforma Agrária e Políticas Públicas, permite afirmar a existência de uma inflexão na condução política. Por se tratar de ações em curso o texto tem muito mais o objetivo de apresentar as indicações das inflexões e limites das políticas voltadas à desapropriação, criação e desenvolvimento dos assentamentos, principalmente na área do financiamento e comercialização da produção. Ele revela todo um esforço na reconstrução de um conjunto de iniciativas que levem a uma estruturação produtiva e organizativa dos assentamentos no Estado de São Paulo.

Vale destacar que o advento de novos assentamentos em pequenos municípios com baixo desenvolvimento traz um impacto sobre a economia local através da inserção de novos consumidores, pelos investimentos federais[32] que ocorrem nos dois primeiros anos, estimados em R$ 30 mil reais por família (valores de abril/ 2005), pelas novas demandas criadas por educação e saúde que têm agora a contrapartida, pelo governo federal, na elevação dos repasses, assim que termina o processo de seleção das famílias, e pelo resultado da própria produção dos assentados.

No entanto, é preciso destacar que dois dos principais mecanismos que promoveriam uma maior independência e permitiriam um desenvolvimento com maior autonomia para os assentados, e que são da esfera de decisão federal em Brasília, ficaram congelados pela burocracia, presa da lógica da política monetarista que privilegia os mecanismos de mercado. São eles: o financiamento, para a

32 - Nestes investimentos estão incluídos recursos para instalação e construção de moradia das famílias (R$ 7,5 mil reais), liberação do PRONAF A (R$13,5 mil reais) e mais os investimentos em estradas, água e energia. Podendo, também aí, contar com recursos do PRONERA (Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária) para alfabetização de adultos e cursos técnicos profissionalizantes.

produção e para investimentos nos assentamentos, e a política de compra antecipada.

A ênfase na oferta de financiamentos condicionada, exclusivamente, à produção comercial, ainda que com taxas de juros e encargos financeiros inferiores àquelas "do mercado", como via para a superação da pobreza, não aborda consistentemente a importância da formulação de políticas públicas de desenvolvimento da produção para além das bases teóricas e políticas da modernização e da agroindustrialização da produção agropecuária.

O financiamento para o desenvolvimento dos assentamentos deveria buscar elevar a capacidade de geração de emprego, a rentabilidade por unidade de área ou produto, a autonomia técnica dos assentados na reconstituição do processo de trabalho e reconstituir o patrimônio produtivo de caráter permanente.

No caso dos acessos ao financiamento bancário para os assentados e de uma correta política de apoio à produção via mecanismos de comercialização, a Compra Antecipada, que também beneficiaria os agricultores pobres (os do chamado Grupo B do PRONAF), o tratamento que vem sendo dado neste governo ainda é o mesmo do governo anterior.

As alternativas anunciadas após a marcha do MST, em maio de 2005, são um pequeno alento já que aumentam os recursos não bancários para o investimento nos assentamentos, mas não resolvem a questão principal que é o acesso a recursos para investimentos produtivos nos lotes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria C. L. Atividades agroambientais em unidades de conservação. **In:** CONGRESSO ARGENTINO DE DIREITO AGRÁRIO, 7., 2004. 12p. Mimeo.

ALY JUNIOR, Osvaldo. Gestão ambiental e agricultura familiar: os limites impostos pela falta de políticas públicas. CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 2002, Porto Alegre - RS. **Anais**.

AMARO, Antonio Ambrósio. Laranja - mudanças no mercado. **Agroanalysis**, FGV, Rio de Janeioro, v.25, n. 10, p.18-20, out 2005.

ARNALTE, E. et. al. Mercado de la tierra y dinámica de la estructura agraria em los paises de la CEE. **Agricultura y Sociedad**, n. 41, oct/dec. 1986.

BALSADI, Otavio V. Demanda da força de trabalho na agricultura paulista no período 1990-97. **Informações Econômicas**, São Paulo, v 28, n. 4, p. 19-31, abr 1998.

_____________; BORIN, Maria Rosa; BACCARIN, José G. Caracterização e regionalização da agropecuária paulista. **In:** Fórum São Paulo Século XXI, 2001. (Texto elaborado para o Grupo Temático n. 10 - Agricultura e Agronegócios). Mímeo.

BAPTISTELLA, Celma da S.L.; VICENTE, Maria Carlota M.; VEIGA, José Eduardo R. Demografia e mercado de trabalho na agricultura paulista nos anos noventas. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.30, n. 5, p. 7-29, maio 2000.

_____________ et al. População trabalhadora no rural paulista em 2004. Disponível em <www.iea.sp.gov.br> acessado em 20.set., 2005.

BERDEGUÉ, Julio; REARDON, Thomas; ESCOBAR, Germán. Rural nonagricultural employment and income in Latin America and the Caribbean. **In:** CONFERÊNCIA DEVELOPMENT OF THE RURAL ECONOMY AND POVERTY REDUCTION IN LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN, 2000, New Orleans, Louisiana. Mímeo.

BERGAMASCO, Sônia; BLANC-PAMARD, Chantal; CHONCHOL, Maria-Edy. **Por um Atlas dos assentamentos brasileiros**: espaços para pesquisa; Rio de Janeiro: Ed. DL/Brasil, 1997, 48p.

BERRY, W. **A place on earth**. San Francisco: North Point Press, 1983.

BOTELHO FILHO, Flávio Borges. Dinâmica hegemônica das ocupações rurais não-agrícolas no Distrito Federal. In: GRAZIANO DA SILVA, J.F.; CAMPANHOLA, C. (Editores). **O novo rural brasileiro**: uma análise estadual - sul, sudeste e centro-oeste. Jaguariúna (SP), Embrapa, 2000, v.3, cap.6, p.179-188.

ESTATUTO da terra - lei 4.504 de 30.11.1964, Brasília.

CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José (Editores). **O novo rural brasileiro**: uma análise nacional e regional. Jaguariúna - SP: Embrapa, 2000, v.1.

CARNE - Exportação: Selo de identificação será exigido de todos - Sisbov estuda uma mudança no prazo de certificação antes do abate. Diário de Cuiabá, 17 nov. 2003. Disponível em <www.diariodecuiaba.com.br>.

CARVALHO FILHO, José. J.; ALY JUNIOR, Osvaldo. Financiamento da Agricultura Familiar: uma avaliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF-, 2001. (Relatório final do Projeto IPEA/PNUD - BRA 97/013). Mimeo.

____________; ABRAMOWAY, Ricardo. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais: o caso dos assentamentos. **Reforma Agrária,** Campinas - SP, vol.24, set/dez 1994.

CARVALHO, Y. M. C. et al. Unidades Ambientais Homogêneas para o Estado de São Paulo. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo - SP, v.45, t 1, p. 69-102, 1998.

CHABARIBERY, Denyse. Desempenho recente da produção de leite no Estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo - SP, v. 33, n. 12, p. 16-29, 2003.

CHABARIBERY, Denyse. **Inovação e Desigualdade no Desenvolvimento da Agricultura Paulista**. São Paulo, 1999. 177 p. (Série: Coleção Estudos Agrícolas, 7)

DEL GROSSI, Mauro Eduardo. Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro: 1981-1995. 1999. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia IE/Unicamp, Campinas - SP.

DELGADO, Guilherme. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. **In:** RAMOS FILHO, L. O. e ALY JUNIOR, O. **Questão Agrária no Brasil**: perspectiva histórica e configuração atual. São Paulo: INCRA, 2005.

DULLEY, Richard D. **Políticas estaduais para a agricultura**: São Paulo, 1930-80. São Paulo: IEA, 1995. 189p. (Coleção Estudos Agrícolas, 3)

EHRENFELD, D. **Beginning again**: people and nature in the new millenium. New York: Oxford University Press, 1993. 215 p.

PRODUÇÃO de grãos, a saída para o Pontal. O Estado de São Paulo, São Paulo - SP, 9 jul. 2003. Suplemento Agrícola.

FERRAZ, José Vicente. Tempos de mudança na Pecuária Brasileira. **In:** Anuário da Pecuária Brasileira - Anualpec 2003, São Paulo - SP: FNP Consultoria.

FRIGORÍFICOS vão ajudar pecuaristas a rastrear. Jornal do Tocantins, 17 nov. 2003. Disponível em <www2.jornaldotocantins.com.br>.

FURTADO, C. **Pequena Introdução ao Desenvolvimento**: enfoque interdisciplinar. São Paulo: Ed. Nacional. 1980

GOMES JUNIOR, Newton et al. Políticas Públicas de segurança alimentar e combate à exclusão sócio-econômica: a importância da comercialização agrícola, p.139-155; **In:** BERGAMASCO, Sônia e SAMPAIO, Maria. **Sistemas Agroaliamentares Latino-americanos**: análises e perspectivas para a América Latina. Campinas - SP: Ed Feagri-Unicamp, 2003. 225p.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. Campinas - SP: Unicamp/IE 1999. (Coleção Pesquisas, n.1).

_________ et al. Meio rural paulista: muito além do agrícola e do agrário. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo - SP, v.10, n.2, p.60-72, abr-jun 1996.

_________; BALSADI, Otávio Valentim; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo - SP, v.11, n.2, p.50-64, abr/jun. 1997.

_________; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. A evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro de 1992 a 1995. **Revista Indicadores Econômicos**, Porto Alegre - RS, v.25, n.3, p.105-126, nov. 1997.

_________; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. Ocupação e renda nas famílias agrícolas e rurais no Brasil, 1992-97. Campinas - SP: IE/Unicamp, 1999 (Projeto Rurbano). Mímeo.

HOFFMANN, Rodolfo. A Desigualdade da distribuição da posse da terra e o desenvolvimento humano. **In:** CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 39., 2001, Recife - PE. **Anais.**

IBGE. Censo Agropecuário. Rio de Janeiro - RJ, v.19, 1998.

_________. Censo Demográfico. Rio de Janeiro - RJ, 2000.

INCRA/MDA. II Plano Nacional de Reforma Agrária. Brasília, 2004. 38 p.

INCRA-SR08/MDA. Relatório de Gestão 2003 e Proposta de Plano Regional de Reforma Agrária para o Estado de São Paulo, São Paulo - SP, 2004. 27 p. Mimeo.

INCRA-SR08/MDA. Relatório de Gestão 2004, São Paulo - SP, 2005. 44p. Mimeo.

IPEA/Ministério do Planejamento. **Boletim de Políticas Sociais**, n. 08, 2003. Disponível em <www.ipea.gov.br>.

IPEA/Ministério do Planejamento. **Boletim de Políticas Sociais**, n. 09, 2004. Disponível em <www.ipea.gov.br>.

IPEA/Ministério do Planejamento. **Boletim de Políticas Sociais**, n. 10, 2005. Disponível em <www.ipea.gov.br>.

JORNAL A TRIBUNA. Jales, 01 jul. 2001. p. 8-9.

JORNAL DE JUNDIAÍ. Ação identifica riscos em Depósito, Jundiaí, 23 out. 2003.

JORNAL DE JUNDIAÍ. Aterro deve ser reiniciado pelo Cias, Jundiaí, 20 set. 2003.

JULIO, Jorge E.; PETTI, Regina H. V. Critérios para Definição de região, sua evolução histórica, relação com o conceito de desenvolvimento e aplicação em pesquisa Social. 2003. Mimeo.

KAGEYAMA, A. A Questão Agrária Brasileira: interpretações clássicas. **Reforma Agrária**: a questão agrária extrapola fronteiras. São Paulo - SP, set/dez 1993.

_________; REHDER, Paulo. O bem-estar rural no Brasil na década de oitenta. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v. 31, n.1, p.23-44, jan/mar. 1993.

KLOPPENBURG JUNIOR, J. Social theory and the de/reconstruction of agricultural science: local knowledge for an alternative agriculture. **Rural Sociology**, v. 56, n. 4, p. 519-48, 1991.

LANJOUW, Peter. Policy options for employment in the rural non-farm sector. The World Bank, 2000.

_________. Rural nonagricultural employment and poverty in Ecuador. **Economic Development and Cultural Change**, v. 48, n.1, Oct 1999.

LAURENTI, Antonio Carlos; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. A evolução das pessoas ocupadas nas atividades agrícolas e não-agrícolas: Brasil e regiões, 1981-97. Campinas - SP: IE/Unicamp, 1999 (Projeto Rurbano). Mímeo.

LEITE, Sérgio et al. Impacto dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo - SP: Ed Unesp, 2004, p 391 (série estudos NEAD 06).

MEDEIROS, Leonilde S. Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra. São Paulo - SP: Ed Fundação Perseu Abramo, 2003. 103 p.

MERCADO é dominado por quatro empresas. Folha de Londrina, Paraná, 17 nov. 2003.

NORDER, Luiz A. C. Políticas de assentamento e localidade: os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil. Alemanha:Universidade de Wageningen, Tese de Doutorado, 2004. 313p.

OLIVETTI et al. Comportamento regional da área e da produção agrícola no estado de São Paulo, 1983-2002, **Informações Econômicas**, São Paulo - SP, v. 33 n. 6, jun. 2003

POLANYI, Karl. A Grande Transformação: as origens de nossa época. Rio de Janeiro - RJ: Campus. 3ª edição, 2000.

RAMOS FILHO, L. O. e ALY JUNIOR, O. Questão Agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual. São Paulo: INCRA, 2005.

ROMÃO, D. A. et al. Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira e Relatório final do projeto Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Ribeira de Iguape - uma análise das condições e limitações ao ecoturismo. 2003. Disponível em <www.iea.sp.gov.br>

SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Pesquisa da Atividade Econômica Regional. "Estudos do Mercado de Trabalho como Subsídios para a Reforma da Educação Profissional". Consolidação da Metodologia e Estratégia de Campo da Pesquisa. <http://portal.mec.gov.br/setec/index.php?option=content&task=view&id=246&Itemid= 361>, jan/2004.

SEADE e Assembléia Legislativa de São Paulo. Caderno Agricultura e Agronegócios, Caderno n. 10

do Fórum São Paulo Século XXI. http://www.al.sp.gov.br/forum/CADERNOS/index.htm capturado em julho de 2003.

SEADE e IEA. Estudos de Mercado de Trabalho como Subsídios para a Reforma da Educação Profissional no Estado de São Paulo. São Paulo, dezembro de 2003. Relatório final do contrato IEA/SEADE n. 083.03, jan 2004.

SEADE. Relatório elaborado para atender aos objetivos do Programa de Expansão da Educação Profissional, parte do projeto "Estudos do Mercado de Trabalho como Subsídios para a Reforma da Educação Profissional", 1999.

SILVA, Aldenôr Gomes da. Novas configurações no espaço rural do Rio Grande do Norte. In: GRAZIANO DA SILVA, J.F.; CAMPANHOLA, C. (Editores). O novo rural brasileiro: uma análise estadual - Nordeste. Jaguariúna (SP): Embrapa, v. 2, cap.1, p.13-44, 2000.

SILVA, Raimundo P. Assentamento rural: um novo momento de ocupação econômica no Pontal do Paranapanema. Campinas: IE/UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 2003. 96 p.

STERCI, Neide, et al. Assentamentos rurais: um convite ao debate. **Reforma Agrária**, Campinas - SP, v. 22, p. 4-15, set/dez. 1992.

TARTAGLIA, J. C.; OLIVEIRA, O. L. **Modernização e desenvolvimento no interior de São Paulo**, São Paulo: Unesp, 1988.

TEIXEIRA, Vanessa Lopes. A evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural fluminense nas décadas dos anos oitentas e noventas. **In**: GRAZIANO DA SILVA, J.F.; CAMPANHOLA, C. (Editores). O novo rural brasileiro: uma análise estadual - sul, sudeste e centro-oeste. Jaguariúna - SP: Embrapa, v.3, cap.4, p.119-150, 2000.

TSUNECHIRO, A Análise da composição do valor da produção da agropecuária e da silvicultura nos principais estados brasileiros. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 30, n. 12, p. 42-50, dez. 2000.

______________ et al. Valor da produção agropecuária do Estado de São Paulo, por Escritório de Desenvolvimento Rural e Região Administrativa, 1995-2000. **Informações Econômicas**, São Paulo - SP, v. 31, n. 7, p. 17-41, jul. 2001.

______________. Valor da produção agropecuária do estado de São Paulo em 2004. Informações Econômicas, SP. v.35, n.4, abr. 2005.

USINAS de álcool atraem R$ 1 Bi de investimentos. O Estado de São Paulo, São Paulo, 22 jun. 2003. Caderno de Economia p. B8.

VEIGA FILHO, A. A. (2004). A Substituição de empregos por máquinas: uma simulação para o corte da cana-de-açúcar em São Paulo, 2002. Disponível em <www.iea.sp.gov.br> acesso em 20.set.2005.

VICENTE, M. C. M. Valor da Produção e mercado de trabalho na agricultura paulista, 1995-2002. www.iea.sp.gov.br acesso em 15.01. 2003.

______________ et al. Evolução do Mercado de Trabalho na Agropecuária Paulista, 1995-2004. XLIII CONGRESSO DA SOBER, 43., 2005, Ribeirão Preto - SP. **Anais**...

VITAE CIVILIS E WWF. Sociedade e ecoturismo: na trilha do desenvolvimento sustentável, Peirópolis, São Paulo, 2003.

WELLER, Jurgen. El empleo rural no agropecuario en el istmo centroamericano. Panamá, OIT, 1994.